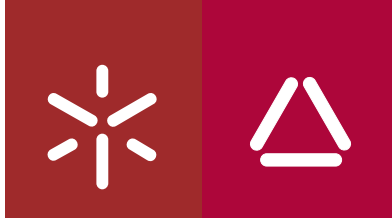


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Jorge Filipe Mano da Silva Torres

**Os comerciantes e o Grémio do Comércio
de Guimarães. Dinâmicas associativas,
corporativas e comerciais (1939-1969)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Jorge Filipe Mano da Silva Torres

**Os comerciantes e o Grémio do Comércio
de Guimarães. Dinâmicas associativas,
corporativas e comerciais (1939-1969)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Maria de Fátima Moura Ferreira

Agradecimentos

Em primeiro lugar um agradecimento especial à Professora Fátima, que ao longo deste percurso, me orientou na prossecução deste trabalho e me auxiliou em todas as fases do processo de construção da dissertação que agora se apresenta.

À Associação Comercial e Industrial de Guimarães, que tornou possível o acesso à documentação que deu origem à presente dissertação, não só pela disponibilidade dos seus membros diretivos e funcionários em nos abrir as suas portas, mas também pelas facilidades concedidas na recolha da documentação.

Um agradecimento também ao *Citcem*, em especial ao Eurico Loureiro, responsável pelos trabalhos de cartografia presentes nesta dissertação e cujo contributo veio enriquecer este trabalho; e ao Professor Francisco, pelas contribuições e apoio que sempre manifestou.

À minha família, em especial aos meus pais e irmã, fundamentais para a conclusão deste trabalho, já que foram eles que me permitiram continuar a prossecução desta investigação.

Por fim, um agradecimento aos amigos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para esta investigação e um agradecimento especial à Natália Pereira, minha namorada, que me acompanhou durante todo este percurso, ao mesmo tempo que fazia o seu, dando-me toda a ajuda e contribuição que lhe era possível.

Resumo

O presente trabalho procura analisar a realidade do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães, órgão primário da organização corporativa instaurada pelo Estado Novo, entre o ano do seu surgimento 1939, e 1969, tendo por base a documentação que *sobreviveu* à sua extinção.

O primeiro grande objetivo passa por reconstruir as dinâmicas do Grémio. Com recurso aos livros de atas da Direção, do Conselho Geral e da Assembleia Geral são analisadas as dinâmicas associativas internas (eleições, regulamentos, entre outros), a relação com o corporativismo e o poder central e o grau de participação do organismo na cidade e no concelho, não só a nível económico, mas também ao nível social e cultural.

Os livros de registo de sócios e de quotização são a principal fonte para a análise do tecido comercial concelhio, que representa o segundo grande objetivo da investigação. A conjugação das duas fontes permite abranger informação vital sobre os agremiados: localização, ramo de comércio, datas de admissão/exclusão e valor da quotização. Esta informação é analisada de forma isolada e também de forma relacionada, dando origem a uma análise detalhada do tecido comercial concelhio, apoiada pela localização em mapa de alguns dos fatores mais relevantes.

Abstract

The present work seeks to analyze the reality of the *Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães*, primary organ of the corporate organization implemented by the *Estado Novo*, between the year of its emergence, 1939, and 1969, based on the documentation who *survived* its extinction.

The biggest goal consists on the rebuilding of the *Grémio* dynamics. Using the minutes books of the direction, general counsel and general meeting we will analyze the internal associative dynamics (elections, regulations, *inter alia*), the relations with the corporatism and central power and the degree of participation of the organism within its city and county, not only on an economics base, but also on a social and cultural levels.

The associates and contribution record books are the main source to the analysis of the commercial tissue, the second major goal to the investigation. The conjugation of those two sources will enable to comprehend vital information about the associates: branch of commerce, admission/exclusion dates and value of contributions. This information will then be analyzed in an isolated and also connected manner, giving rise to a fully detailed review of the commercial tissue, backed by the mapping of some of the most relevant factors.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice.....	ix
Índice de Gráficos.....	xi
Índice de Quadros	xii
Índice de Mapas.....	xiii
Índice de figuras.....	xiv
Apresentação do objeto de estudo	1
Itinerário de pesquisa e metodológico.....	1
Objetivos da investigação e dificuldades.....	2
Capítulo I: Da criação da Associação Comercial e Industrial de Guimarães à instituição do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães (1865 – 1939): trajetória institucional	5
1.1 Breve historial da Associação Comercial e Industrial de Guimarães.....	5
A reconversão ACIG – GCCG	8
1.2 Evolução estatutária (1865-1940)	10
1.3 O surgimento do Estado Novo e a instituição dos Grémios.....	21
A legislação sobre os grémios	25
Capítulo II: O Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães (1939-1969)	31
Apontamentos metodológicos.....	31
2.1 O funcionamento interno do Grémio: dinâmicas associativas e corporativas	34
2.1.1 A gestão interna.....	34
2.1.2 A relação com o Estado Corporativo e a sua política	55
2.2 A participação do Grémio na vida concelhia.....	63
A ação do Organismo na economia do concelho vimaranense	64
Intervenção na vida social concelhia.....	69

Capítulo III: O tecido comercial do concelho a partir dos livros de registos	77
3.1 Enquadramento geográfico: a cidade e o concelho	77
3.2 Procedimentos metodológicos na reconstituição do universo dos sócios.....	83
3.3 Caracterização dos sócios e dos não inscritos	87
3.4 Movimento dos agremiados entre 1939 e 1969	89
3.5 Caracterização do tecido comercial do concelho de Guimarães.....	94
3.5.1 Sócios efetivos.....	94
3.5.2 Auxiliares	115
3.5.3 Não Inscritos	116
Conclusão	125
Fontes manuscritas	131
Bibliografia	133
Sites	136
Anexos	137
Anexo I - Membros diretivos do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães ..	138
Anexo II – Lista dos ramos de comércio arrolados.	140

Índice de Gráficos

Gráfico I – Evolução do balancete em escudos do GCCG, 1941-1955.....	41
Gráfico II – Evolução das verbas orçamentadas do GCCG, 1945-1959.....	43
Gráfico III – Evolução dos fundos instituídos e do balanço de <i>Imóveis, Móveis e Utensílios</i> e <i>Biblioteca</i> do GCCG, 1941-1955.....	44
Gráfico IV – Admissão de novos associados do GCCG por décadas, 1939- 1969.....	92
Gráfico V – Movimento de entradas/saídas de sócios efetivos do GCCG por décadas, 1930-1960.....	93
Gráfico VI – Distribuição dos estabelecimentos comerciais recenseados no GCCG em meio urbano e rural, 1939-1969.....	95
Gráfico VII – Distribuição dos estabelecimentos comerciais recenseados no GCCG de acordo com os grupos de comércio, 1939-1969.....	98
Gráfico VIII – Evolução do número de contribuintes efetivos recenseados no GCCG, 1940-1959.....	109
Gráfico IX – Evolução dos valores de cobrança dos contribuintes efetivos recenseados no GCCG, 1940-1959.....	111
Gráfico X – Evolução dos contribuintes efetivos recenseados no GCCG em meio urbano e rural, 1940-1959.....	112
Gráfico XI – Evolução dos valores de cobrança gerados pelos contribuintes efetivos recenseados no GCCG, de acordo com o meio local, 1940-1959.....	113
Gráfico XII – Representatividade dos escalões de quotização nos grupos de comércio.....	114
Gráfico XIII – Distribuição dos não inscritos em meio urbano e rural, 1940-1959.....	116
Gráfico XIV – Evolução dos contribuintes não inscritos em meio urbano e rural, 1940- 1959.....	117
Gráfico XV – Evolução dos valores de cobrança gerados pelos contribuintes não inscritos, de acordo com o meio local, 1940-1959	119

Índice de Quadros

Quadro I – População residente no concelho de Guimarães segundo os recenseamentos da população, 1940-1970.....	78
Quadro II – Distribuição da população do concelho de Guimarães por meio rural e urbano, segundo os recenseamentos da população, 1940-1970.....	80
Quadro III – Entrada de sócios efetivos recenseados no GCCG, 1939-1970.....	91
Quadro IV – Distribuição dos grupos de comércio pelo meio urbano e rural.....	105
Quadro V – Evolução do número de contribuintes efetivos recenseados no GCCG e valores anuais pagos, 1940-1959.....	110
Quadro VI – Quadro VI – Distribuição dos contribuintes efetivos recenseados no GCCG nos escalões de quotização, 1940-1959.....	111
Quadro VII – Representatividade dos escalões de quotização nos grupos de comércio.....	115
Quadro VIII – Quadro VIII – Valores de cobrança gerado pelos contribuintes não inscritos em meio urbano e rural.....	120

Índice de Mapas

Mapa I – Mapa do concelho de Guimarães entre 1939 e 1970.....	77
Mapa II – Densidade populacional segundos os recenseamentos da população, 1940-1970.....	82
Mapa III – Total da população segundo os recenseamentos face ao total de sócios do GCCG recenseados por década, 1940-1970.....	96
Mapa IV – Localização das mercearias, à rua, inseridas no centro urbano vimaranense, 1939-1969.....	100
Mapa V – Evolução temporal do grupo de comércio II, Géneros alimentícios.....	102
Mapa VI – Mapa VI – Total dos sócios recenseados no GCCG por grupos de comércio e freguesia, 1939-69.....	107 e 108

Índice de figuras

Figura I – Folha de livro do registo de sócios.....	84
Figura II – Folha de cobrança urbana.....	86
Figura III – Publicidade da Casa dos Linhos.....	121
Figura IV – Casa dos Linhos.....	122

Apresentação do objeto de estudo

A dissertação de mestrado que se apresenta centra-se no estudo do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães (doravante GCCG), desde a sua criação, por alvará de 20 de Abril de 1940, até ao final dos anos 60.

O primeiro objetivo da investigação foi direcionado no sentido de compreender o funcionamento deste organismo, não só a nível local, mas também ao nível do seu enquadramento no Estado corporativo.

Inicialmente, o período cronológico em estudo foi definido para acompanhar toda a duração do Organismo, desde 31 de Julho de 1939 (data da primeira reunião da Comissão Organizadora) até Abril de 1975 (data em que o GCCG é extinto e reconvertido na Associação Comercial de Guimarães). Houve, porém, a necessidade de adequar as balizas cronológicas do estudo de acordo com as disponibilidades documentais oferecidas pela atual Associação Comercial e Industrial de Guimarães (doravante ACIG), detentora do arquivo do Grémio. Desta forma, os marcos do estudo foram fixados em 31 de Julho de 1939, data das movimentações iniciais do organismo e 20 de Novembro de 1969, data em que se regista a entrada dos últimos associados (as atas das reuniões da Direção terminam em Fevereiro do mesmo ano). Seja como for, os limites temporais da investigação afiguram-se pertinentes, pois permitem-nos apreender as dinâmicas e os sinais de transformação da atividade comercial no concelho de Guimarães, entre dois ciclos significativos da sociedade portuguesa: 1939-1940 e finais dos anos 60.

Itinerário de pesquisa e metodológico

Aquando do início da investigação na ACIG, a Associação tinha acabado de passar por uma remodelação da sua sede, o que levou a que o arquivo tivesse sido desmantelado e a documentação alojada em armazéns dispersos, onde a Associação conservou o seu espólio. Aquando do regresso à Associação, o arquivo foi alojado numa arrecadação, tendo-se perdido alguns documentos no processo. A equipa diretiva, Engenheiro Carlos Teixeira e Dra. Rosa Neiva, manifestou todo o interesse e receptividade ao projeto, autorizando-nos a realizar as buscas de identificação do material, bem como a digitalizar a documentação necessária.

No processo de digitalização, foi primeiramente elaborada uma lista dos fundos documentais existentes, que foi depois organizada (tendo-se feito chegar essa lista à direção da Associação). Depois de selecionados os documentos mais pertinentes para a investigação, foram

tiradas fotografias, que serviriam depois para a criação das bases de dados e para a análise das atas que estão na origem dos capítulos II e III.

É necessário deixar uma palavra de agradecimento pela grande disponibilidade da ACIG, pelas condições que nos facultaram e pelo seu enorme contributo para este projeto.

Objetivos da investigação e dificuldades

O primeiro objetivo passa pela caracterização da dinâmica do GCCG. Nesse sentido, entre os vários tópicos abordados, serão alvo de destaque: os órgãos diretivos, procurando-se apurar quantas eleições se realizaram e a existência de rotatividade nos cargos; a gestão interna do organismo, através da análise de medidas tomadas pelo Grémio em relação aos seus funcionários, a regulações internas, à realização de obras/remodelações, entre outros; a participação que o Grémio teve na cidade e no próprio concelho vimeirense a todos os níveis; o corporativismo e a sua influência no organismo, tendo por base as relações que o Grémio teria com outros Organismos Corporativos e a sua posição relativamente à política nacional.

Como segundo objetivo interessa ter presente o impacto resultante da nova orgânica associativa em termos da promoção da atividade comercial e da afirmação dos interesses e dos valores deste grupo socioprofissional¹, na sequência da conversão da antiga estrutura associativa (Associação Comercial de Guimarães, 1865; Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Estatutos de 1884 e 1925, Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães, 1940).

O terceiro objetivo da investigação consiste em estudar o grupo dos comerciantes, através da caracterização do perfil socioeconómico dos associados. Os sócios e contribuintes são peça central da investigação, permitindo a reconstituição e caracterização do tecido comercial concelhio. Com base nos livros de registo de sócios e nos livros de cotização do GCCG, são analisados: o movimento de entrada e saída de sócios, recursos para um cálculo da evolução do movimento social do Organismo (tempo de permanência dos sócios no Grémio, com a criação de médias do tempo que os sócios ficavam ligados ao Organismo; períodos de maior afluência e escassez; evolução do saldo do movimento dos sócios); e o meio em que se inseriam, procurando-se perceber se teria mais ênfase o meio urbano ou o meio rural.

Quanto ao tecido empresarial, será determinado seguindo duas linhas condutoras, ramo de atividade e grandeza económica, sempre em conjugação com os vetores referidos anteriormente. O registo de sócios fornecerá grande parte da informação (ramo de atividade,

¹ Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães. *Actas da Comissão Organizadora e Comissão Directiva, 1939-42, Actas da Direcção, 1942-52, Actas da Direcção, 1952-69.*

meio em que se inseria, datas de entrada e/ou saída), já o registo da cotização revelará qual o escalão em que se inseria a mesma empresa, permitindo assim, aferir qual a sua dimensão económica, já que o escalão em que esta se inseria era calculado em conformidade com o seu lucro tributável.

Delineados os objetivos capitais da investigação importa relevar que o projeto se inscreve no campo da História Social e pretende articular dois domínios caros da investigação histórica: a dinâmica associativa/corporativa [Lousada, 2004; Alves, 1996; entre outros] e o estudo social dos comerciantes – grupo que não tem sido objeto privilegiado de investigação histórica, mas que regista hoje um renovado interesse, no âmbito do relançamento da investigação sobre grupos profissionais e as novas profissões técnico-científicas (operários, e classe trabalhadora [Patriarca, 1995], engenheiros [Rollo,], médicos [Garnel], juristas [Ferreira, 2010], comerciantes [José Barbosa, projeto de mestrado em curso sobre os comerciantes em Braga]. Importa, por fim, justificar o interesse que o estudo deste grupo socioprofissional reveste atendendo à centralidade da atividade comercial na dinamização e vivências do espaço urbano, razão que explica o interesse que este tema regista noutros domínios disciplinares (geografia urbana e arquitetura urbana).

O estudo deste grupo trouxe dificuldades pelo facto de existir uma escassez de trabalhos sobre o comércio e os próprios grémios do comércio, contando-se uma série de artigos sobre o comércio local nas revistas *Guimarães o Caixeiro e o Comércio*, e alguns artigos sobre o comércio bracarense publicados no jornal *Correio do Minho*. Sobre o comércio merece destaque *O Livro de ouro do comércio e da indústria de Portugal*, da autoria de Carlos Bastos, editado em 1957. Relativamente às associações comerciais, destacam-se o artigo de Armindo Cachada, “Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Subsídios para a sua História”, publicado no *Boletim Informativo* da ACIG em 1990, por ocasião dos 125 anos da Associação; e o livro de Eduardo Pires de Oliveira, *História da Associação Comercial de Braga*, de 2000. Sobre os grémios, merece destaque o livro Alexandre Herculano da Cal, *Legislação Corporativa. Grémios do Comércio e da Indústria e Sindicatos*, de 1955.

Importantes no quadro do contexto histórico, são também as obras de referência sobre o corporativismo, *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo* [Rosas e Garrido, 2012], *Salazar e o Poder, A Arte de Saber Durar* [Rosas, 2013] e “O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945)” [Ferreira, 2008].

No I Capítulo apresentamos um pequeno historial da ACIG, desde a sua fundação, em 1865, até à transformação no Grémio, em 1939. Particular relevo é dado ao panorama associativo nacional da época com o fim de contextualizar o nascimento do organismo em estudo. Em simultâneo, é analisada a evolução estatutária, segundo os estatutos promulgados em 1865, 1884, 1925 e 1940, com o fim de situar a especificidade do grémio de comércio por relação à estrutura associativa passada. Por último, examinamos os princípios e normas que presidem à instituição dos grémios no quadro da ideologia e das estruturas corporativas do Estado Novo.

O Capítulo II concentra-se na caracterização da dinâmica associativa do GCCG, tendo por base as Atas da Direção, do Conselho Geral e da Assembleia Geral. A partir do levantamento e análise integral deste *corpus* procedemos ao estudo do funcionamento do Grémio sob vários prismas, nomeadamente ao nível da gestão interna do organismo (contabilidade, funcionários, eleições, entre outros), da sua relação com o Estado corporativo (Delegados do INTP, relações corporativas, política nacional, etc.), bem como do impacto do organismo na vida económica, política e social do concelho, quer através das medidas implementadas na regulamentação comercial, da vivência cultural-recreativa do organismo e da ligação com os órgãos concelhios oficiais.

O III capítulo trata dos comerciantes recenseados no GCCG. A partir dos livros de registo de sócios e de registo da quotização, são identificados os sócios efetivos, os sócios auxiliares e os não inscritos. Posteriormente, e com base na informação disponível, são analisados vários fatores relacionados com os comerciantes: período de vinculação ao organismo; domicílio; ramo de atividade; e movimento económico. A análise destes fatores vai permitir traçar a realidade do tecido comercial vimaranense durante o período em estudo.

Capítulo I: Da criação da Associação Comercial e Industrial de Guimarães à instituição do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães (1865 – 1939): trajetória institucional

1.1 Breve historial da Associação Comercial e Industrial de Guimarães

Guimarães, “núcleo mercantil e manufatureiro de uma das mais ativas regiões minhotas (...) que durante longos séculos manteve uma organização corporativa exemplar”², desde cedo se destacou a nível industrial, com os seus industriais e artesãos a marcarem presença em grandes feiras industriais um pouco por todo o mundo, tendo estas atividades³ um grande destaque no concelho, ao ponto de se ter ali realizado a primeira exposição industrial concelhia do país, em 1884. Para uma regulação eficaz das atividades ligadas ao comércio dos produtos industriais, foram criadas “estruturas associativas capazes de defender os interesses da classe”⁴, sendo a Associação Comercial de Guimarães a terceira no norte do país (atrás apenas das associações de Porto, 1834 e Braga, 1863), o que sugere, além de uma intensa atividade industrial e comercial, uma forte tradição associativa no concelho vimaranense.

É em 1865 que a Associação Comercial de Guimarães dá os seus primeiros passos, no período que Vasco Rosendo descreve, na sua obra *O Mutualismo em Portugal*, como a segunda fase do mutualismo nacional, época de alguma paz social e política e de progresso material e cultural, em que se verifica o crescimento da classe média e o aumento do consumo e do nível de vida. Nesta época, o movimento mutualista vai-se expandir e consolidar, registando-se o aparecimento de inúmeras associações de socorros mútuos.

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o associativismo livre beneficiou de muita vitalidade, verificando-se o surgimento de mais de três mil associações de todos os géneros. Ainda assim, como nos diz Maria Lousada em “Tradição e renovação nas associações profissionais”, as associações mutualistas e profissionais confundiam-se, já que muitas das associações de socorros mútuos (de proteção social) eram também associações de classe, e se numa primeira fase a organização de grande parte dos

² Bastos, Carlos. *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*. Porto: edição de autor, 1957, p. 49.

³ Os principais produtos eram os linhos, as cutelarias, os curtumes, a ourivesaria, o vinho, o papel, as sedas, fruta seca e doce, sabões, colas, pente, licores e a arboricultura.

⁴ Cachada, Armindo. “Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Subsídios para a sua história”, in *Boletim Informativo Edição Especial, 125 anos*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 1990, p. 18.

grupos profissionais assumiu a forma de associações de socorros mútuos, depressa estas associações perderam espaço para as associações de classe, o tipo associativo mais comum.

As associações comerciais, associações de classe patronais, têm objetivos de representação, promoção e defesa dos interesses coletivos, neste caso específico, dos interesses do comércio. As primeiras associações patronais estão precisamente ligadas à atividade comercial (Lisboa e Porto, 1834)⁵, sendo estas que dominam o panorama associativo patronal.

Conhecem-se as origens da ACIG através de Armindo Cachada, que na edição especial do *Boletim Informativo* da ACIG, em comemoração dos seus 125 anos⁶, publicou um artigo sobre a história da Associação.

Numa reunião que tem lugar a 12 de Março de 1865, por iniciativa de António José Ferreira Caldas⁷, na casa do negociante António do Espírito Santo (que preside à reunião e que virá a ser o primeiro presidente da associação), compareceram 97 comerciantes, motivados pelo desejo de criar uma associação comercial que defendesse os seus interesses. Deste primeiro encontro resultou a constituição de uma Comissão Organizadora encarregada de elaborar os Estatutos a serem apresentados em reunião agendada para o final do mês (26 de Março). É nessa reunião, que decorre no Salão do Teatro D. Afonso Henriques, que é apresentado o projeto de estatutos, que após leitura, e a intervenção de alguns comerciantes, viria a ser aprovado, tendo ainda sido exarado em ata um voto de louvor a António José Ferreira Caldas, pela iniciática de criar a Associação.

A criação oficial da Associação só viria a acontecer a três de Outubro, por alvará régio, subscrito pelo rei D. Luís e pelo Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

A 11 de Outubro foi realizada a primeira eleição da Mesa da AG e da Direção, de acordo com os Estatutos, resultando a seguinte composição: para a AG, António do Espírito Santo (Presidente), João de Castro Sampaio (Vice-Presidente), Francisco José da Costa Guimarães (1.º Secretário) e José Joaquim de Lemos (2.º Secretário); para a Direção, José António Peixoto de Lima (Presidente), João António da Silva Areias (Secretário); Custódio José Gomes e José Custódio Vieira (Diretores) e António José Ferreira Caldas (Tesoureiro).

⁵ Entre 1834 e 1891 surgem 14 associações comerciais, entre as quais se conta a de Guimarães (1865).

⁶ "Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Subsídios para a sua história", in *Boletim Informativo Edição Especial, 125 anos*. Guimarães: Ideal – Artes Gráficas, 1990.

⁷ Natural de Vizela, António José Ferreira Caldas era negociante de fazendas brancas, de linho e algodão com estabelecimento no Toural.

Segundo Cachada, a primeira medida na defesa dos interesses do comércio e indústria vimaranense, referida na ata da segunda reunião, de 26 de Março de 1865, foi o envio de uma representação ao governo, solicitando que Guimarães fosse considerado um ponto importante nos estudos que se estavam a realizar no âmbito do projeto dos caminhos-de-ferro do Minho.

Os primeiros anos da associação evidenciam um movimento associativo escasso e irregular⁸, revelando uma tendência de perda de associados. Os sócios pagavam 3000 réis de quota, constituindo o principal financiamento da Associação, porém, devido à perda acentuada de sócios, em reunião de Dezembro de 1868 é aprovada uma proposta para a suspensão da contribuição anual obrigatória de 3000 reis, bem como uma proposta para o *levantamento* da casa da associação, o despedimento do contínuo e a anulação da assinatura dos periódicos. Esta reunião é reveladora da situação atribulada que a associação estaria a viver, tornando possível concluir uma extinção da atividade associativa que apenas seria revitalizada na década de 1880.

Com efeito, em 1880 entra em cena uma nova Direção presidida por António da Costa Guimarães, trazendo novo fôlego à associação, que manteve uma atividade regular ao longo dessa década, com a realização de várias iniciativas. Esta Direção levou a cabo uma reforma dos Estatutos, que refletiam na sua complexidade (em relação aos anteriores), o progresso do comércio vimaranense numa época de atividade económica intensa, “na qual Guimarães se estava integrando com a mecanização do equipamento das suas instalações fabris e com a abertura das comunicações ferroviárias”⁹. Os Estatutos foram aprovados pela AG em 15 de Junho de 1882 e sancionados por alvará régio em 22 de Outubro de 1884. Convém lembrar que este ano fica também marcado pela realização da Exposição Industrial, promovida pela Sociedade Martins Sarmento, “que se iria revelar fundamental para o futuro do concelho em termos de desenvolvimento industrial, comercial e económico”¹⁰, contribuindo para a revitalização da associação, que em 1886 contava já com 129 sócios.

Apesar do dinamismo imprimido pela nova Direção, o movimento associativo dos primeiros anos da década de 1880 representa um novo período de crise, com uma perda de quase 50% dos associados entre 1880 e 1885 e já no virar do século, em 1899, um relatório da

⁸ De acordo com Cachada, na primeira reunião marcaram presença 97 sócios, atingindo-se os 100 associados em Fevereiro de 1866; no ano seguinte o número cai para 57, indicador da fragilidade da estrutura associativa; em 1868 é o próprio presidente da AG a abandonar e no final desse ano, em reunião de 30 de Dezembro, marcam presença apenas 34 sócios.

⁹ Bastos, Carlos. *Livro de Ouro do Comércio...* p. 50.

¹⁰ Cachada, Armindo. «Associação Comercial e Industrial de Guimarães...» p. 22.

Direção dá conta do desinteresse dos comerciantes e industriais pela associação, resultado da falta de atividade da mesma que já se fazia sentir há algum tempo, com os sócios a desaparecer rapidamente e as reuniões a serem cada vez mais espaçadas, sendo mesmo prognosticado o fim da associação comercial. No início de 1901 é eleita uma nova Direção, presidida por João Gualdino Pereira, registando-se então 166 sócios (seis dos quais honorários¹¹). Porém, a primeira reunião realiza-se apenas em Novembro, com a presença de 24 associados.

Os principais feitos da associação no início de século foram a revitalização das Festas da Cidade e as exposições industriais e agrícolas de 1910 e 1923 (a Primeira Guerra Mundial teve um forte impacto na economia concelhia, levando à suspensão das festas entre 1918 e 1923). Neste período preside à Direção Eduardo D'Almeida, com ideias concretas para a reorganização associativa, com destaque para uma nova reforma dos Estatutos (por forma a incluir a classe industrial, dando origem à Associação Comercial e Industrial de Guimarães) e para a aquisição de instalações próprias (o que se realizaria ainda nesse ano, mas já sob o mandato do seu sucessor), sendo que o número de associados sofreu um grande aumento, atingindo-se os 253 sócios (239 efetivos, 12 honorários e dois correspondentes).

Em Março de 1921 é então eleita uma nova Direção que contrai o empréstimo para a compra do edifício da Sede (na Rua da Rainha), no valor de 59 000\$00¹²; retoma as Festas da Cidade e organiza uma *Feira Industrial e Agrícola*, “que veio a tornar-se numa das mais importantes referências sobre o grau de desenvolvimento e aperfeiçoamento das indústrias da região, então em franca recuperação económica”¹³. A associação desenvolve uma atividade regular nos anos seguintes, sobretudo graças à reativação das Festas da Cidade, e apesar de em 1926 as festas passarem a ser organizadas por uma comissão de empregados do comércio, a associação mantém o seu patrocínio, encarregando-se da organização das *Feiras Francas de S. Gualter*.

A reconversão ACIG – GCCG

Cachada afirma não existir registo de atividade nas Atas da Direção entre 1936 e 1939, indicador de novo período de crise associativa. A 25 de Maio de 1939 é convocada a Direção, para uma reunião extraordinária, na sequência de uma reunião dos credores que tinham

¹¹ Entre os sócios honorários contavam-se Alberto Sampaio (impulsionador da Feira Industrial de 1884), Conde de Margaride (Par do Reino) e alguns ministros (entre eles João Franco Castelo Branco, grande defensor do comércio e indústria vimaranenses).

¹² A mudança da associação para a nova sede arrancou no ano seguinte, e apenas em 1932 é concretizada a escritura definitiva de compra do imóvel, já no mandato de João Rodrigues Loureiro.

¹³ Cachada, Armindo. «Associação Comercial e Industrial de Guimarães...» p. 24.

subscrito a compra do edifício sede. Aí é dado conhecimento aos sócios de uma reunião a realizar a 26 de Junho, com vista à transformação da associação no GCCG. A 30 desse mês decorre a última reunião da ACIG (que desde a sua fundação até 1939, segundo o *Relatório da Actividade do Grémio de Comércio do Concelho de Guimarães desde a sua fundação em 1940 até 1955*, terá contado com cerca de 610 associados), que marca também o fim da sua atividade, depois de 74 anos de vida, “integrando-se na evolução social do País que preconizava quadros económicos modelados sob conceções de novo carácter, a coletividade ia transformar-se em grémio patronal, aderindo assim à estrutura do Estado Corporativo saído da Revolução de 28 de Maio”¹⁴, situação tida como patriótica e que em nada desonraria a tradição da associação comercial, de acordo com o autor do *Livro de Ouro do Comércio e Indústria de Portugal*, Carlos Bastos.

A 31 de Julho de 1939 tem então lugar a primeira reunião da Comissão Organizadora do Grémio do Comércio (composta por membros das extintas ACIG e da Associação Comercial de Revendedores de Vinhos e Viveres). A principal preocupação dos organizadores é a elaboração de um projeto de Estatutos enquadrado na organização corporativa instaurada pelo Estado Novo. A 20 de Abril de 1940 os Estatutos são aprovados por alvará do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, criando-se oficialmente o GCCG. Segundo Carlos Bastos, este organismo continuou a ser “o porta-voz dos interesses regionais e o propulsor das energias mercantis e industriais da sua terra”¹⁵, tratando de questões relativas ao progresso da cidade e dinamizando as suas empresas mais importantes, sempre em colaboração com entidades superiores, subordinado às instituições vigentes.

No distrito de Braga surgem mais cinco grémios do comércio, resultados da reconversão de associações comerciais: Fafe (Abril de 1940), Braga (Junho de 1940), Barcelos (Agosto de 1940), Vila Nova de Famalicão e Esposende. De todos estes destacam-se os grémios de Braga e Fafe, pelo seu carácter pluriconcelhio, ou seja, com um raio de ação não limitado a apenas um concelho. O Grémio de Fafe foi o primeiro a receber esse estatuto, por alvará do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, em Agosto de 1943, alargando a sua área administrativa aos concelhos de Cabeceiras e Celorico de Basto. O Grémio de Braga recebe esse estatuto em 1944, abrangendo os concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde.

¹⁴ Bastos, Carlos. *Livro de Ouro do Comércio...* p, 52.

¹⁵ *Idem*.

1.2 Evolução estatutária (1865-1940)

Por *estatutos* entende-se o regulamento ou normas de uma instituição, constituindo fonte privilegiada para o estudo da instituição que representam. Daí a pertinência de uma análise comparativa dos diversos Estatutos da ACIG, entre si e, também com os Estatutos do GCCG, com o fim de apreender a evolução da estrutura associativa até à instituição do Grémio, por forma a observar as principais mudanças que a instituição sofre com a transformação num organismo primário da rede corporativa.

São quatro os Estatutos em observação: 1865, 1884 e 1925 (da ACIG), e 1940 (do GCCG), que são examinados a partir de três campos distintos: *Objetivos*, *Órgãos Administrativos* e *Sócios*.

Uma primeira análise geral dos estatutos da Associação evidencia que o núcleo fundamental permanece e que as principais regras/normas não se alteram. Ainda assim, constata-se uma crescente explicitação dos procedimentos e princípios norteadores dos estatutos que culmina com os Estatutos de 1925.

Com o fim da associação e o surgimento do Grémio dá-se uma rutura com os valores estabelecidos. O Grémio deixa de ser o meio de defesa e promoção do comércio, de acordo com os fins da associação, para se converter numa entidade dependente da política económica nacional, de acordo com a estrutura corporativa implementada pelo Estado Novo, que procura controlar a vida económica nacional alargando a rede dos organismos de coordenação económica, criando um aparelho de supervisão e regulação de grande parte da atividade comercial.

Fernando Rosas afirma, que o corporativismo, como instrumento de controlo e disciplina social do movimento operário e sindical e “principal quadro orgânico de regulação e equilíbrio entre os diversos sectores da classe dominante”¹⁶, representou um dos principais fatores de longevidade política do Estado Novo. A organização corporativa tinha a seu cargo o controlo do movimento operário, a sua contenção/repressão, para isso contava com os organismos primários da pirâmide corporativa, cujos objetivos passavam pela regulação das relações entre capital e trabalho, os Sindicatos Nacionais, que enquadravam os operários industriais e os empregados dos serviços privados e os Grémios (da indústria, do comércio e da lavoura) e as Casas do Povo e dos Pescadores enquadravam, respetivamente, o conjunto de patrões e trabalhadores do meio rural e das pescas.

¹⁶ Rosas, Fernando e Garrido, Álvaro (coord.). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Edições Almedina, 2012, P. 281.

Entremos, então, na análise comparativa estatutária, de acordo com os itens atrás referidos.

Fins associativos

O primeiro campo em observação é o dos *Objetivos*. Este item figura quase sempre no início dos Estatutos, apenas nos de 1884 surgem no *Capítulo IV*. A análise comparativa evidencia uma evolução significativa quanto ao conteúdo dos objetivos. Assim, nos Estatutos de 1865 existem apenas dois objetivos: a promoção de relações de amizade entre os associados (conteúdo que já não vai constar dos Estatutos seguintes) e a criação de um centro para a defesa dos interesses do comércio (art. 2.º). Nos Estatutos de 1884, surge a pretensão de alargar a defesa dos interesses do comércio à indústria (art. 4.º)¹⁷. Porém, são os Estatutos de 1925 aqueles que evidenciam uma maior precisão, detalhe e desenvolvimento na enunciação dos objetivos/fins da Associação, como veremos.

Ao invés do que se verifica anteriormente, nos Estatutos de 1925 é afirmada “uma representação e defesa colectiva dos interesses dos comerciantes”¹⁸ (art. 2.º), e é feita alusão à promoção de propaganda dos produtos, comércio e indústria do concelho. Além disso, depreende-se uma maior preocupação com a região, ao declarar-se a pretensão do “desenvolvimento económico da região, cidade e concelho” (idem)¹⁹, associado ao desenvolvimento do “progresso material e moral dos associados” (idem)²⁰.

Por seu turno, Os Estatutos do Grémio vão rasgar completamente com os objetivos traçados ao longo da estrutura associativa da ACIG. O novo organismo tem como único objetivo “a disciplina das actividades comerciais que representa, repudiando (...) a luta de classes e o predomínio das plutocracias”²¹ (art. 4.º). O Grémio, como elemento primário da organização corporativa, está obrigado a cooperar com toda a organização económica nacional, ao mesmo tempo, deve renunciar a toda e qualquer atividade contrária aos interesses nacionais, encontrando-se proibido de se ligar a qualquer organização internacional sem autorização prévia do Governo. Dito por outras palavras, a estrutura gremial inscrita na organização corporativa

¹⁷ “A Associação tem por fim dar ao commercio e mais industrias um centro que investigue as suas necessidades, defenda e promova os seus interesses” (Estatutos, 1884).

¹⁸ Associação Comercial e Industrial de Guimarães (doravante ACIG). Estatutos. Guimarães: Tipografia Minerva, 1925.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ *Idem*.

²¹ Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães (doravante GCCG). *Estatutos*. Barcelos: Editora Companhia do Minho, 1940, p. 6.

enquadra-se plenamente nos objetivos ideológicos e políticos do salazarismo, tanto no que respeita ao projeto económico como ao projeto de sociedade a implementar.

É notória a evolução dos Objetivos da Associação, que se vão tornando cada vez mais abrangentes, mas ao mesmo tempo mais precisos. Os Estatutos de 1925 revelam uma maior preocupação com a defesa dos interesses do comércio e da indústria, definindo formas mais precisas para a prossecução desse objetivo, e ao mesmo tempo revelam uma preocupação com a região, e com a promoção e desenvolvimento da mesma, a par do desenvolvimento dos seus associados.

Também nos Estatutos do Grémio surgem, pela primeira vez, obrigações ou deveres do organismo com a causa pública (art. 6.º), entre as quais fazem parte: a emissão de pareceres sobre assuntos ou matérias solicitadas pelos órgãos corporativos superiores ou pelo Estado; a garantia da execução de acordos e de contratos coletivos de trabalho bem como de outros compromissos de carácter corporativo (fiscalizar o cumprimento das disposições adotadas e promover a aplicação de sanções aos prevaricadores; a colaboração na fundação de instituições sindicais de previdência, destinadas à proteção contra doença ou invalidez de todos os empregados do comércio, assegurando-lhes pensões de reforma; o estudo de problemas relativos à situação, condições e necessidades do comércio, promovendo o desenvolvimento da sua atividade; oferecer aos agremiados as condições necessárias ao normal exercício das suas atividades; o desempenho de quaisquer funções incumbidas pelo Regimento das Corporações).

Os Órgãos Administrativos

Dos órgãos da associação e grémio referidos nos vários estatutos contam-se: Direção, AG, designada nos Estatutos de 1865 de *Administração* e *Mesa da Assembleia Geral* (que nos restantes Estatutos é referida como parte integrante da AG) e, apenas nos Estatutos do Grémio, o CG.

A Assembleia Geral

No artigo 10.º, Título III dos Estatutos de 1865 é definida a composição da AG, composta pelos sócios ativos. Nos artigos seguintes (11.º e 12.º) são definidas as sessões da Assembleia e os seus objetivos, estipulando-se duas sessões ordinárias por ano, nos meses de Janeiro e Julho. Nos Estatutos de 1884 e de 1925, mantêm-se as duas sessões anuais, passando a segunda a realizar-se no prazo de 30 dias após a primeira (que continua a realizar-se

em Janeiro)²². Nos Estatutos do Grémio AG passa a reunir apenas uma vez a cada dois anos (art. 16.º). No que respeita às sessões extraordinárias, as condições que ditam a sua convocação, são semelhantes em todos os Estatutos da Associação, tendo lugar sempre que a Direção o entenda necessário, ou a pedido de determinado número de sócios (10 em 1865 e 1884, 20 em 1925)²³. Na vigência do Grémio as reuniões extraordinárias ocorrem apenas por requerimento da maioria da Direção ou do CG ou por mais de um terço dos sócios, podendo apenas ser debatidos os assuntos inscritos na convocatória “e com respeito absoluto pela Lei”²⁴ (art. 16.º).

Os objetivos das sessões ordinárias mantêm-se muito semelhantes ao longo dos três Estatutos da Associação. Em 1865 são apontados como objetivos da primeira sessão: a apresentação das contas do ano anterior; a atualização do conhecimento do estado da Associação; a eleição da mesa da assembleia, da direção e dos restantes cargos da Associação; e a nomeação de uma comissão revisora de contas (art. 12.º). Nos Estatutos de 1884 e de 1925 (arts. 7.º e 23.º, respetivamente) é definido que a primeira sessão teria como objetivos a leitura dos relatórios e contas da Associação, e a nomeação de uma comissão para emissão de um parecer sobre os mesmos. Na segunda sessão seria então emitido e votado o parecer da referida comissão e realizar-se-ia a eleição dos novos corpos gerentes. Com o Grémio, a AG passa a ter como propósito: a eleição da Mesa e da Direção, a apreciação de assuntos ou propostas que lhe fossem dirigidas e a apreciação e resolução de reclamações contra a Direção (art. 19.º).

A composição da Mesa da AG sofre ligeiras alterações nos diferentes Estatutos. Assim nos de 1865 a Mesa da AG é composta por quatro elementos: presidente, vice-presidente, 1.º e 2.º secretários (art. 13.º), enquanto nos de 1884, é definido que seriam os presidentes e secretários da Direção a desempenhar essa mesma função (art. 6.º). Nos Estatutos de 1925, a AG volta à sua composição primitiva: presidente, vice-presidente e 1.º e 2.º secretários. Com os Estatutos de 1940 a Mesa viria a perder um elemento, sendo constituída por um presidente, um 1.º secretário (com funções de vice-presidente) e um 2.º secretário (art. 21.º). Em nenhum dos Estatutos, quer da Associação, quer do Grémio é referido o processo de designação dos elementos da AG.

²² Respetivamente, artigos 7.º e 23.º.

²³ Respetivamente, artigos 11.º, 7.º e 24.º.

²⁴ GCCG. *Estatutos...*, p. 12.

Em 1865, de acordo com o artigo 13.º, as competências do Presidente são: a elaboração das convocatórias para as sessões; a manutenção da ordem e a mediação das intervenções de forma a assegurar a ordem e o cumprimento dos Estatutos. Já em 1925, competia ao Presidente a abertura e encerramento das sessões, o comando dos trabalhos e a manutenção da ordem, lavrar os termos de abertura e encerramento das sessões nos livros, rubricar as folhas e dar posse aos novos corpos gerentes (art. 27.º). As competências atribuídas ao Presidente nos Estatutos de 1940 não diferem muito dos estatutos anteriores, estando-lhe incumbidas: a convocação da AG, a direção dos seus trabalhos e a manutenção da ordem; dar posse aos corpos gerentes ou comissões; rubricar o Livro do Grémio e assinatura das atas; cumprir e fazer cumprir as deliberações tomadas (art. 18.º). Em suma, e apesar das diferenças nos enunciados, as competências do presidente da AG conservam-se no período em análise.

Quanto ao primeiro secretário, as suas competências em 1865 são apenas a manutenção do livro das atas das sessões da assembleia e a responsabilidade pelo arquivo (art. 13.º); funções conservadas nos Estatutos de 1884 (art. 14.º); ampliadas nos de 1925 (redigir e expedir a correspondência e lavrar as atas, coadjuvado pelo segundo secretário, art. 28.º) e não especificadas nos de 1940.

Em 1925 e 1940 surgem também definidas as competências da AG (artigos 26.º e 19.º, respetivamente) que nos primeiros se definem como: a supervisão de Estatutos e regulamentos; decisão de recursos; discussão e votação de propostas; nomeação de sócios honorários e correspondentes; votação de louvor por serviços prestados à Associação; eleição dos órgãos diretivos. Já em 1940 as suas competências são bastante mais reduzidas, cabendo-lhe apenas: a eleição da Mesa e Direção; apreciação ou deliberação de assuntos propostos (“cingindo-se sempre aos preceitos estatutários e à Lei”²⁵); e apreciação e resolução de reclamações apresentadas contra deliberações da Direção.

Os Estatutos de 1940 definem também no artigo 20.º, do Capítulo III que a AG “não pode deliberar senão os assuntos constantes da convocação e com respeito absoluto pelos princípios do Estatuto do Trabalho Nacional e demais legislação Corporativa”²⁶, demonstrando uma vez mais, a subordinação do Grémio e dos seus órgãos à política nacional.

²⁵ *Idem*, p. 13.

²⁶ *Ibidem*.

A Direção

Durante o período da Associação, a Direção funcionava por um ano, podendo ser reeleita (respetivamente, arts. 15.º, 10.º e 31.º). Com os Estatutos de 1865, os membros eleitos não poderiam ser forçados a cumprir um segundo mandato (art. 15.º). Ainda em 1865, estava definido que a Direção não podia funcionar sem três dos seus membros. Em 1884 e 1925 esse número é alterado para quatro (arts. 16.º, 11.º e 32.º). No Grémio, a duração dos mandatos da Direção não foi fixa: inicialmente os mandatos tinham a duração de um ano; posteriormente, um biénio; e, no seguimento do Decreto-Lei n.º 35404, de 28 de Dezembro de 1945²⁷, um triénio, sendo que, quando possível, deveria ser reconduzido um dos anteriores membros diretivos.

Em todos os Estatutos está presente a composição da Direção, que nos Estatutos de 1865 contempla cinco elementos (um presidente, um secretário, dois diretores e um tesoureiro). Nos de 1884, a Direção integra nove membros (presidente, 1.º e 2.º secretários, tesoureiro, três diretores efetivos e dois suplentes) e finalmente, nos de 1925, a Direção é composta por 10 elementos: presidente, 1.º e 2.º secretários, tesoureiro, três diretores efetivos e três suplentes. Em 1940, os Estatutos estabelecem a Direção mais pequena de sempre, com apenas três membros (presidente, secretário (com funções de vice-presidente) e tesoureiro)²⁸. É ainda fixada a obrigação de um dos diretores cessantes ser reconduzido, ao mesmo tempo que se estipula que só pode fazer parte da Direção um elemento de cada grupo ou ramo do comércio. O procedimento a adotar no caso da falta de algum membro da Direção era semelhante, assumindo os diretores suplentes essas funções. Apenas nos Estatutos do Grémio não é feita referência a essa situação²⁹.

Nos Estatutos de 1925 surgem discriminadas as competências dos seus membros. Ao Presidente competia a regulação dos trabalhos, a rubrica dos livros e contas da despesa ordinária e propor os assuntos sujeitos a discussão e votação (art. 35.º). O primeiro secretário estava encarregado de redigir as atas, dar conta do expediente, dirigir a correspondência em nome da Direção e cumprir as suas deliberações (art. 36.º). O segundo secretário estava obrigado a coadjuvar o primeiro, assumindo as suas funções em caso de falta (art. 37.º). Já o tesoureiro recebia as receitas, pagava os documentos de despesa assinados pelo presidente e

²⁷ Determina que os mandatos dos membros das direções, dos conselhos gerais e assembleias gerais dos sindicatos nacionais e grémios sujeitos ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 24715 e das respetivas uniões e federações passe a ser de três anos.

²⁸ Artigos 15.º, 9.º, 30.º e 24.º, respetivamente.

²⁹ O que acontecia, na prática, aquando da falta de algum dos membros da Direção, era a promoção de um dos restantes membros, sem que fosse feita qualquer substituição; apenas em caso de morte se procedia a substituições.

secretário, a apresentação de contas mensais e gerais no final do ano, o cumprimento do serviço administrativo quando indicado pela Direção e garantir a conservação, o asseio e boa ordem da Sede (art. 38.º).

A periodicidade das reuniões da Direção é idêntica em todos os Estatutos da Associação, fixando-se que se realize uma sessão ordinária mensalmente, tendo lugar uma sessão extraordinária sempre que se justificasse (arts. 17.º, 12.º; e 33.º, respetivamente). Com os Estatutos do Grémio a Direção reúne, em sessão ordinária, duas vezes por mês (uma a cada quinze dias) e em sessão extraordinária por convite do seu Presidente ou do Presidente do CG (art. 25.º).

Da competência de todas as Direções da Associação (arts. 19.º, 13.º e 34.º, respetivamente) fazem parte a gestão económica da Associação e a nomeação de empregados, estabelecendo-lhes os respetivos vencimentos (nos Estatutos de 1865 encontra-se ainda referência às obrigações que a Direção podia imputar aos funcionários e nos Estatutos de 1925, à demissão dos funcionários, decidida pela Direção). Igualmente presente em todos os Estatutos está a exigência de que a Direção deve cumprir e fazer cumprir todas as resoluções da AG; além da obrigação de apresentar o relatório anual à AG bem como o relatório de contas e de receitas; da admissão, por escrutínio secreto, dos novos sócios; e ainda, a elaboração do regulamento interno. Nos Estatutos de 1865 e de 1884 (arts. 2.º e 4.º, respetivamente) está ainda prevista a criação de um centro para a defesa das necessidades do comércio e promoção dos seus interesses.

Nos Estatutos de 1884 e de 1925 são ainda idênticas as competências de manter um livro de atas de todas as reuniões. Há ainda algumas competências exclusivas aos Estatutos de 1925, nomeadamente: a representação da Associação em atos públicos; a cobrança de receitas; e a tomada de posse dos novos eleitos.

Nos Estatutos de 1940 a Direção do Grémio *herda* algumas das competências anteriores (com ligeiras alterações): representação do organismo; execução dos Estatutos, regulamentos e deliberações da AG e do CG; organização dos serviços, contratação e demissão do pessoal e fixação de categorias e vencimentos; apresentação anual, para apreciação do CG, das contas com o relatório da gerência e da proposta de orçamento para o ano seguinte. Das novas competências fazem parte: a manutenção do inventário e documentos; resoluções com vista à realização dos fins do Grémio; a aplicação das sanções previstas aos sócios não cumpridores dos Estatutos e regulamentos; o ajuste de contratos e acordos coletivos de trabalho

e outros compromissos de carácter corporativo; a organização dos grupos de comércio, conforme disposto no artigo 8.º e a elaboração das listas de sócios inscritos nos diferentes grupos; a elaboração de uma lista de sócios ativos, com referência a 1 de Janeiro de cada ano (art. 25.º, alíneas a – l)³⁰.

O Conselho Geral

Nestes Estatutos surge também um novo órgão, o CG, composto (art. 27.º) por um máximo de oito delegados das freguesias e um máximo de quatro representantes de cada grupo de comércio (se existissem mais de oito freguesias os delegados escolheriam entre si; no caso de não se constituírem determinados grupos de comércio, os restantes grupos teriam mais delegados). No GCCG apenas dispomos de informação relativa ao presidente e secretários, verificando-se que o estipulado no artigo 27.º não foi, de todo cumprido, já que apenas três freguesias estão representadas no CG, Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião. Quanto aos grupos de comércio, domina o grupo I, *Vestuário, têxteis* (contando-se dois CG's compostos inteiramente por sócios inscritos neste grupo). Estão também representados os grupos III, *Drogaria e ferragens*, IV, *Agentes/Comissários* e VIII, *Papelaria*.

Este Conselho reúne por convocação do Presidente, a pedido da Direção ou por requerimento dos seus vogais (neste último caso, o pedido da reunião teria de ser devidamente fundamentado). O Conselho é constituído por um Presidente (que corresponde ao Presidente da AG), um 1.º secretário com funções de vice-presidente e um 2.º secretário (estes dois últimos não podem fazer parte da Direção), e são “eleitos em reunião dos enviados de cada ramo de comércio das freguesias (...) escolhidos pelos sócios do respetivo ramo de cada freguesia em reunião promovida pelo Delegado”³¹. Das funções e competências deste conselho fazem parte: emissão de pareceres sobre assuntos presentes pela Direção; aplicação da pena de eliminação (aos sócios não cumpridores dos Estatutos e regulamentos); apreciação do relatório de contas da gerência e proposta do orçamento; aprovação dos regulamentos internos; fiscalização dos atos da Direção; emissão de pareceres sobre propostas de alterações aos Estatutos; alteração do valor das joias e quotas (art. 30.º, alíneas a – g).

Dentro do âmbito do CG é prevista a criação de Comissões Técnicas, em função do número dos grupos de comércio existentes, funcionando estas, como um órgão consultivo

³⁰ A elaboração das lista de sócios ativos, com referência a 1 de Janeiro de cada ano, não terá sido prática comum, uma vez que a informação sobre o registo de sócios não parece estar de acordo com esta disposição.

³¹ GCCG. *Estatutos*, p. 17.

especializado, “podendo estudar e propor quanto julgar conveniente a respeito da espécie ou espécies de comércio que compõem o respetivo grupo”³² (art. 33.º). As Comissões Técnicas são compostas por três membros: o Presidente, representante do respetivo grupo ou ramo de comércio no CG, e dois vogais (escolhidos entre os sócios inscritos no grupo de comércio) escolhidos pelo CG, reunindo sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou a convite do CG ou da Direcção (art. 34.º).

Os Associados

As categorias de sócios constituem um elemento significativo da evolução da estrutura associativa. Nos Estatutos de 1865 existem apenas duas categorias de sócios: os sócios ativos³³, assim classificados por serem residentes no concelho de Guimarães e seu *distrito comercial*, e os sócios correspondentes, designação atribuída aqueles que são residentes fora de Guimarães e do seu *distrito comercial* (art. 1.º). Os Estatutos seguintes, de 1884, acrescentam uma nova categoria, a dos sócios honorários, que é atribuída por serviços à associação ou ao comércio (art. 14.º). Estes estatutos preveem ainda a possibilidade de as sociedades comerciais e as industriais serem registadas como sócios (art. 15.º), princípio conservado nos Estatutos de 1925³⁴ (art. 3.º). Os últimos Estatutos da Associação estabelecem duas novas categorias de sócios: os sócios protetores e os sócios extraordinários. Os primeiros exercem o comércio ou indústria fora do país, mas permanecem no concelho por largos períodos de tempo. Os segundos, sócios extraordinários, encontram-se na mesma condição que os sócios protetores, diferenciando-se destes por permanecerem no concelho, por breves períodos. Ambos estão obrigados ao pagamento de quotas anuais, os protetores no valor de 18\$00 e os extraordinários no montante de 30\$00, situando-se a quota dos sócios efetivos nos 18\$00.

Nos Estatutos do Grémio estão unicamente inscritas duas categorias: a dos sócios efetivos, empresas singulares ou coletivas que exercem o comércio a retalho e que não se encontrem representados por grémios de ramo diferente (art. 9.º); e a dos sócios auxiliares, “entidades singulares ou coletivas que, pela sua situação social, a Direcção queira admitir”³⁵ (art.

³² *Idem*, p. 18.

³³ Os sócios ativos/efetivos e correspondentes tinham obrigações muito semelhantes (arts. 4.º, 13.º e 10.º, respetivamente): os correspondentes estão isentos do pagamento de quotas, mas têm o dever de fornecer à Associação todas as notícias e informação do interesse da Associação e comércio; já os sócios ativos/efetivos estão obrigados ao pagamento de uma quota anual (3000 reis em 1865, 1500 em 1884 e 18\$00 em 1925).

³⁴ Nos Estatutos de 1884 os sócios ativos passam a ser designados de sócios efetivos, art. 14.º.

³⁵ GCCG. *Estatutos*, p. 10.

13.^o), que analisaremos mais aprofundadamente no capítulo III. Para se ser admitido a sócio efetivo é necessária a apresentação de uma proposta escrita à Direção, na condição de o candidato ser proprietário de estabelecimento próprio e ser coletado com contribuição industrial estando os candidatos, coletados pela contribuição industrial, sendo obrigatório que possuíssem estabelecimento próprio.

Apenas os Estatutos de 1925³⁶ e de 1940 inscrevem artigos que definem aprofundadamente as obrigações dos sócios.

Nos Estatutos do Grémio, as obrigações dos sócios efetivos apresentam algumas semelhanças com as definidas nos Estatutos de 1925, nomeadamente: a contribuição para o engrandecimento e progresso do Grémio; o pagamento da jóia de inscrição (no valor de 10\$00) e da quota mensal (que poderia ir dos 2\$50 aos 30\$00); e a servir gratuitamente aos cargos do Grémio para que sejam eleitos. Entre os novos deveres contam-se: acatar as resoluções dos órgãos diretivos e observar as suas determinações; cumprir as obrigações que lhes caibam por efeito de quaisquer compromissos corporativos; e prestar todas as informações e esclarecimentos que a Direção lhes solicite.

No capítulo dos direitos, em 1865 são atribuídos aos sócios ativos os direitos de voto e de eleição para todos os cargos da Associação (art. 6.^o), direitos esses que se mantêm nos Estatutos de 1884 (art. 18.^o). É lhes ainda atribuído o direito a examinar as contas de receita e despesa, bem como o de apresentar visitantes³⁷ (art. 18.^o), direito que nos Estatutos anteriores estava confiado quer a sócios ativos, quer a sócios correspondentes. Nos Estatutos de 1925, mantêm-se os mesmos direitos para os sócios efetivos (art. 11.^o), acrescentando-se apenas o seguinte: “frequentar a casa da Associação e gozar todas as regalias, diversões e vantagens que ela possa proporcionar aos seus associados”³⁸. É também referido que os sócios honorários, correspondentes, protetores e extraordinários têm todas as regalias dos sócios efetivos, à exceção de serem elegíveis (os sócios efetivos que passarem a honorários mantêm os direitos de sócios efetivos).

³⁶ Segundo os Estatutos de 1925, os sócios estavam obrigados a um cumprimento rigoroso dos estatutos e do regulamento interno; a promoverem, por todos os meios possíveis, a prosperidade e o engrandecimento da associação; ao pagamento de uma quota anual de 18\$00, em mensalidades adiantadas de 1\$50 (que podiam também ser pagas em períodos trimestrais, semestrais ou anuais, adiantadamente); e a servir nos cargos da Associação para que fossem eleitos, salvo impossibilidade comprovada (art. 13.^o).

³⁷ Os visitantes têm direito a frequentar o Gabinete de Leitura da Associação (nos Estatutos de 1865, por espaço de um mês; em 1884 por dois meses; em 1925 não é feita qualquer referência a períodos de tempo).

³⁸ ACIG. *Estatutos*, 1925. Art. 11.^o, n.º 1, Capítulo IV.

Nos Estatutos de 1940 os sócios efetivos têm o direito: a participar nas AG's e reuniões de freguesia do grupo de comércio; a eleger e ser eleitos para os cargos do Grémio; a propor à AG e Direção o que entendam útil ao progresso do seu comércio; a reclamar em relação ao cumprimento das disposições dos Estatutos e regulamentos internos; a beneficiar de quaisquer instituições ou serviços do Grémio; e a requerer a convocação da AG (art. 11.º). Já os sócios auxiliares têm apenas consagrado como direito, frequentar a sede e dependências do Grémio, usufruindo dos serviços criados em benefício dos agremiados (art. 11.º, alíneas a – e).

Quanto à adesão de novos sócios, apenas em 1884 não surgem referências. Em 1865, para admissão de novos sócios era necessário um requerimento por escrito à Direção (art. 5.º); em 1925 esse procedimento mantém-se, mas os critérios de seleção tornam-se mais rigorosos (art. 3.º). Em ambas as datas (1865, 1925) a Direção decide da admissão ou rejeição, por escrutínio secreto. Nos Estatutos de 1925 faz-se ainda menção ao caso dos sócios que, abandonando o concelho, não perdiam o direito de sócio, desde que cumprissem com as suas obrigações (art. 5.º). Nos Estatutos de 40, os critérios vão tornar-se mais condescendentes, se levarmos em conta que nos anteriores Estatutos, de 1925, a admissão de novos sócios dependia do gozo de boa reputação moral e civil e do estatuto de maioridade ou emancipação (art. 3.º). Nos Estatutos do GCCG, para a admissão de novos associados, basta a apresentação de uma proposta escrita à Direção, estando os candidatos, coletados pela contribuição industrial e possuindo estabelecimento próprio (art. 9.º).

Em todos os Estatutos da Associação são referidas as questões do abandono ou perda dos direitos dos sócios. Aqueles que pretendessem abandonar a Associação, deviam fazê-lo constar por escrito à Direção (arts. 7.º, 17.º, 10.º, respetivamente).

Em relação à perda dos direitos de sócio, nos Estatutos da Associação é definido que a AG podia expulsar aqueles sócios que achasse conveniente, ou seja, aqueles que não cumprissem com os seus deveres, falidos ou condenados em tribunal (arts. 7.º, 17.º e 16.º, respetivamente); sendo que os Estatutos de 1925 consagram um capítulo sobre este ponto e os Estatutos de 1940 um artigo, definindo as situações que podiam levar à perda do direito de sócio.

Nos Estatutos de 1925 perdiam o direito de sócio: aqueles que deixassem de pagar, sem motivo justificado, um trimestre de quotização; o falido, julgada a falência culposa ou fraudulenta; os condenados por sentença passada em julgado, com alguma das penas maiores;

e os que, pelo seu incorreto comportamento, se tornassem indignos de fazer parte da Associação (art. 16.º).

Nos Estatutos de 1940 os critérios que levam à perda do direito de sócio aumentam, estando presente a questão da subordinação ao regime político e à organização corporativa (art. 12.º). Assim, podem perder o direito de sócio: aqueles ajam de má-fé ou pratiquem fraude no exercício do seu comércio; difamem a Organização Corporativa (organismos, dirigentes ou filiados); sejam castigados com pena de eliminação; declarem falência (podendo readquirir os seus direitos se se provarem reabilitados por sentença judicial); sejam suspensos (perdendo o direito apenas no período da suspensão); realizem concordatas com os seus credores por valor inferior a 50% do seu passivo; e pelo não pagamento das quotas durante três meses consecutivos.

Ainda nestes Estatutos é definido que o desrespeito pelas regras dos Estatutos e pelas deliberações da AG, do CG ou da Direção poderia levar à aplicação de penalidades (censura, multa, suspensão ou eliminação) aplicadas pelo CG e Direção (art. 39.º).

1.3 O surgimento do Estado Novo e a instituição dos Grémios

Em 1926 um golpe militar põe fim à Primeira República, instaurando uma Ditadura Militar que culminaria com a instauração do Estado Novo em 1933. É Salazar quem consegue criar as condições de estabilidade política e ideológica para que as várias formas da direita se unam no compromisso de instaurar um regime autoritário estável e duradouro. O Estado Novo é o resultado do equilíbrio entre cinco fontes principais – Centro Católico, Integralismo Lusitano, Direita Republicana Conservadora-Liberal, *Direita das Realizações*, e Nacional-Sindicalistas – com diferentes ideologias, sob o controlo de Salazar.

Aquando do surgimento do Estado Novo, Portugal encontrava-se sem equilíbrio, com a oligarquia portuguesa a apelar “à arbitragem *super partes* de uma entidade que pudesse interpretar os interesses das classes dominantes como um todo e proceder à composição e equilíbrio dos vários objetivos e estratégias sociais em presença”³⁹. O Estado Novo surge assim com uma grande autonomia e autoridade relativamente à sua base social de apoio, procurando um triplo equilíbrio económico e social.

O primeiro equilíbrio a que o Estado Novo se dedicou foi a contenção/repressão do movimento operário, terminando com os sindicatos livres, proibindo greves, reprimindo as lutas

³⁹ Rosas, Fernando, “O Estado Novo”, vol. VII, em *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 245.

operárias, estrangulando assim o movimento operário organizado e não deixando margem de manobra a negociações ou reivindicações aos assalariados, já que tal função não era da competência dos sindicatos nacionais. O segundo equilíbrio conseguido pelo Estado foi feito entre os principais blocos de interesses contraditórios que constituíam a classe dominante da sociedade portuguesa na década de 1930, a indústria e agricultura nacional face ao comércio internacional em geral e colonial em particular, com o Estado a intervir autoritariamente, numa tentativa de equilibrar esses interesses na defesa do *interesse nacional*. O terceiro e último equilíbrio perpetrado pelo regime foi “a composição dos grandes com os pequenos interesses da agricultura, da indústria, e do comércio”⁴⁰, procurando manter, com as pequenas atividades, uma “fonte de estabilidade social e reservatório de mão-de-obra do mundo rural tradicional, como retaguarda social, económica e até político-ideológica das crises”⁴¹, numa política de proteção à *indústria caseira e familiar* que, cada vez mais, não passava do discurso ideológico, à medida que se colocavam em xeque as pequenas atividades. A obtenção dos equilíbrios económico-sociais que viabilizam e dão ao regime a sua estabilidade estão na origem da organização corporativa, instrumento central de intervenção económica e social do Estado.

Fernando Rosas divide o Estado Novo em seis períodos distintos: 1926-1933/34, transição da Ditadura Militar para a institucionalização do regime; 1934-1940, implantação e consolidação; 1941-1949, primeira crise do regime, consequência da II Guerra Mundial; 1949-1958, período de mudanças na economia, sociedade e regime; 1958-1968, segunda crise, motivada pela candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República; 1968-1974, período do “marcelismo”, tentativa falhada de autorreforma do regime. Esta dissertação acompanha integralmente três desses períodos (1941-49, 1949-58 e 1958-68), contactando ainda com o segundo e o último período do Estado Novo.

A Constituição de 1933, que marca o início do regime, proclama uma república unitária e corporativa, entre princípios liberais (que depressa são *esquecidos*) e corporativos. O corporativismo, enquanto instrumento de controlo e disciplina social do movimento operário e sindical e “principal quadro orgânico de regulação e equilíbrio entre os diversos sectores da classe dominante”⁴², representa, de acordo com Fernando Rosas na sua obra *Salazar e o Poder...*, um dos principais fatores de longevidade política do Estado Novo.

⁴⁰ Rosas, Fernando, “O Estado Novo” ..., p. 249.

⁴¹ *Idem*.

⁴² Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder, A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013, p. 281.

O propósito do corporativismo é constituir um meio de atingir “objectivos de equilíbrio e harmonia social”⁴³, ambicionados pelos seus mentores, com o Estado a desempenhar um papel fulcral, tendo-se como indispensável na sua função de regulação e controlo da vida económica e social do país, visto como “um conjunto coeso e organizado”⁴⁴.

É assim defendida uma lógica de organização económica e social que privilegia o interesse geral, através da harmonia entre os vários intervenientes do mercado, controlado pelo próprio Estado. As corporações e os grémios controlam as decisões económicas nacionais (fixação de preços, entrada de novas empresas no mercado, regulação das condições de trabalho, etc.) possuindo “capacidade e garantias de representatividade nacional e sectorial das actividades económicas”⁴⁵. O Estado (através do corporativismo) sobrepõe-se ao indivíduo, que se submete aos desígnios da nação, deixando de existir livre concorrência em prol dos ideais de cooperação e solidariedade, e subjugando a luta de classes. O modelo corporativo impõe um sistema de valores que interfere no modo de organização da vida económica e, mais do que *sistema*, é *organização*. Tendo sido à partida definido como instrumento de prevenção da conflitualidade social, jamais essa posição vem a ser corrigida. Assim, trata-se de uma forma de disciplinar o *capital* e o *trabalho*, subjugando os interesses económicos aos *interesses nacionais*, tornando-o um poderoso instrumento do Estado sobre a sociedade.

É no sentido desta política que surgem os grémios⁴⁶, elementos primários da organização corporativa patronal, são órgãos de intervenção económica com vastos poderes de regulação nos respetivos sectores, com o objetivo de regular as relações entre capital e trabalho (do lado dos patrões), têm a sua origem da necessidade de cartelização patronal como resposta a situações sectoriais de crise. Controlados rigorosamente pelo Estado, através do INTP ou dos organismos sectoriais de coordenação económica, os primeiros grémios do comércio, indústria ou de produtos agrícolas, que são também os principais, tinham inscrição obrigatória, sendo criados pelo Governo, a sua área de atuação e funções são determinados pelo Estado, que designa os respetivos corpos gerentes. Ainda assim, também os grémios facultativos funcionam na mesma linha dos grémios obrigatórios (transformando-se muitas vezes em grémios obrigatórios). A gestão destes organismos depende de aprovação governamental prévia, com o

⁴³ Cardoso, José Luís. «Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico», em Rosas, Fernando e Garrido, Álvaro (coord.). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 102.

⁴⁴ *Idem*, p. 102.

⁴⁵ *Idem*, p. 103.

⁴⁶ Existem três tipos de grémios com regimes jurídicos próprios mas disposições comuns, os grémios obrigatórios (presentes em todos os sectores da economia), os facultativos do comércio e indústria (no qual se encaixa o Grémio de Guimarães) e os da lavoura.

Governo a vigiar e orientar a sua atividade através do INTP e dos organismos de coordenação económica.

O sistema gremial fica marcado por uma grande complexidade, consequência de diversos fatores: as principais funções que lhes são atribuídas, representação profissional e defesa da categoria económica, implicam uma grande variedade de tarefas relacionadas com a contratação coletiva, a previdência e a ação social, a realização de estudos e o fomento das atividades e também da disciplinação; do próprio sistema económico que os grêmios representam, já que o seu raio de ação varia de acordo com as exigências de cada ramo de atividade, existindo grêmios distritais, concelhios (mais limitados), pluriconcelhios e até nacionais, dando-se ainda a separação entre grossistas e retalhistas, existindo ainda os grêmios mistos; a coexistência de grêmios obrigatórios e facultativos, os primeiros criados pelos interessados sem inscrição obrigatória, os segundos criados pelos ministérios económicos, com inscrição obrigatória para o exercício da atividade (no entanto, em muitos grêmios facultativos o Estado substitui a iniciativa privada, instituindo a inscrição obrigatória)⁴⁷.

Com a nova ideologia política e económica defendida pelo Estado Novo a existência da ACG, e de muitas outras associações por todo o país, é posta em xeque por uma legislação de carácter *obligacionista*, que impõe a *mão* do Estado na administração das várias associações comerciais existentes, assumindo o Estado um papel cada vez mais presente e, podemos mesmo dizer, dominador. Essa imposição faz-se sentir ainda mais, de certo modo, na ACIG, uma vez que esta é forçada a abandonar a vertente industrial para sobreviver, passando apenas a incorporar a atividade comercial, deixando então de existir a ACIG, para dar lugar ao GCCG.

As mudanças vão ser muitas, e a orientação do organismo passa por alterações de fundo. Se até 1939 a preocupação da Associação havia sido sempre a defesa dos interesses do comércio/indústria, dos seus comerciantes/industriais e a promoção do desenvolvimento do concelho, com o surgimento do Grémio, o comércio e os comerciantes ficam em segundo plano, ao passo que os interesses industriais desaparecem por completo. O organismo passa a constituir um *braço* do Estado, com o principal objetivo de disciplinar as atividades comerciais que representa, estando constantemente subordinado (e subordinando os seus afiliados) aos interesses do Estado e da política nacional, através da organização corporativa, da qual o grémio constitui elemento primário.

⁴⁷ O Grémio do Comércio de Guimarães é um grémio concelhio facultativo de retalhistas. No distrito de Braga, dos seis grêmios comerciais existentes, apenas os Grêmios de Braga e Fafe diferem desta configuração, tendo carácter pluriconcelhio (abarcam vários concelhos no seu raio de ação).

Em 1939, dá-se então uma importante mudança no associativismo comercial vimaranense, com a transformação da Associação Comercial em Grémio do Comércio, sequência do Decreto-Lei n.º 29232 de 8 de Dezembro de 1938 (que define os moldes da integração das associações patronais na organização corporativa), no seguimento do regime político em vigor desde 1933.

A legislação sobre os grémios

A primeira legislação sobre os grémios (de carácter obrigatório) é lançada ainda em Setembro de 1933 através do Decreto-Lei n.º 23049, a par dos documentos fundadores do regime, a Constituição e o Estatuto do Trabalho Nacional. Este Decreto-Lei “veio condicionar, através da criação de grémios, a intervenção do Estado na coordenação das actividades económicas segundo os princípios expressos no Estatuto do Trabalho Nacional”⁴⁸, impondo a todas as entidades patronais a organização corporativa através dos grémios. Nestes agrupam-se empresas, sociedades ou firmas, singulares ou coletivas, a exercer atividade comercial, industrial ou agrícola. Definindo-se no primeiro artigo a quem se aplica e o seu âmbito de ação, que varia conforme as exigências de cada atividade, agindo de acordo com os interesses coletivos.

A ação dos grémios fica limitada ao panorama nacional, sendo proibida qualquer intervenção no estrangeiro sem autorização do governo, com os seus interesses a estarem subordinados aos interesses da economia nacional, rejeitando a luta de classes e o predomínio das plutocracias e atuando dentro dos princípios do Estatuto do Trabalho Nacional (conforme consta nos Estatutos do GCCG). Em última análise, os grémios encontram-se totalmente dependentes dos Ministérios, já que deles depende a criação de novos grémios, e a sua *orientação* técnica e económica, fiscalizando este domínio. Ficam também na dependência do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (doravante INTP), nomeadamente do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, no que se refere às questões de ação social, disciplina do trabalho, salários e comparticipação para os organismos de previdência.

Os grémios possuem *personalidade jurídica*, como tal “representam legalmente todos os elementos do mesmo ramo de comércio, indústria ou agricultura (...) tutelam os seus interesses perante o Estado e os outros organismos corporativos; ajustam com os sindicatos nacionais contratos colectivos de trabalho (...); cobram dos associados as cotas necessárias à sua

⁴⁸ Cal. Alexandre Herculano da. 1955. *Legislação Corporativa. Grémios do Comércio e da Indústria e Sindicatos*. Porto: Edição do Autor, p. 7.

manutenção”⁴⁹. Está também previsto o seu agrupamento em Federações e Uniões, como organismos intermédios da respetiva Corporação.

As suas obrigações são regidas pelo Estado e defendem os seus interesses. Assim, é obrigação dos Grémios “exercer as funções políticas conferidas pela Constituição Política da República Portuguesa aos organismos corporativos”⁵⁰, a emissão de pareceres de assuntos da sua especialidade, nomeadamente em situações de necessidade do comércio ou indústria, em questões de pessoal, higiene e segurança no trabalho. Têm também a obrigação de, juntamente com os Sindicatos Nacionais, criar instituições sindicais de previdência.

Em suma, este decreto define os limites jurídicos dos Grémios (de carácter obrigatório), bem como as suas funções e obrigações. Numa análise muito breve, é fácil perceber que esta legislação defende os interesses do Estado, sobretudo os seus interesses económicos e sociais, uma vez que *abafa* os interesses associativos, subjugando-os à vontade política. Apesar do seu carácter, este Decreto-Lei possibilita ainda a sobrevivência de muitas associações (entre as quais a ACIG), ao permitir que continuem a reger-se, ainda que transitoriamente, pelos seus estatutos. Mais tarde é lançada nova legislação complementar a este Decreto-Lei.

Em Dezembro de 1938, é promulgada a legislação decisiva para a transformação da Associação Comercial em Grémio do Comércio, através do Decreto-Lei n.º 29232, que define a transformação das associações comerciais e/ou industriais já existentes em Grémios, segundo a legislação aprovada pelo Governo. Este Decreto-Lei tem a finalidade de regular a integração na organização corporativa das associações patronais constituídas ao abrigo do decreto de 9 de Maio de 1891, surgindo na sequência da impossibilidade de adaptação das associações com uma estrutura heterogénea (associações comerciais e industriais, como é o caso da de Guimarães).

Nesse sentido, as associações devem requerer autorização do Governo para se integrarem na organização corporativa, devendo para tal organizar novos estatutos, sob pena de dissolução. As associações que agrupam empresas que exercem a sua atividade apenas no ramo do comércio ou apenas no ramo da indústria, e que não se encontrem ainda organizadas corporativamente podem transformar-se em grémios distritais ou concelhios. Já as associações que agrupam empresas que exercem a sua atividade em vários ramos de comércio ou indústria podem transformar-se em uniões de grémios (“quando entre as actividades associadas houver a

⁴⁹ Decreto-Lei 23049 de 23 de Setembro de 1933, art. 6.º.

⁵⁰ Decreto-Lei 23049 de 23 de Setembro de 1933, art. 8.º.

devida afinidade”⁵¹) ou podem pedir a criação de grêmios respeitantes a cada um dos ramos, desde que estes não se encontrem organizados corporativamente.

Os grêmios constituídos ao abrigo deste Decreto-Lei ficam sujeitos ao regime jurídico presente no Decreto-Lei n.º 24715, de 3 de Dezembro de 1934. As associações que reúnam as condições para a integração na organização corporativa (onde se inclui a ACIG), têm que elaborar novos Estatutos até 30 de Junho de 1939, submetendo-os à aprovação do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, sob pena de dissolução, sendo imediatamente dissolvidas as associações cuja atividade já se encontre organizada corporativamente. É também definido neste decreto que apenas se podem intitular de grêmios, “os organismos constituídos em harmonia com as disposições do Estatuto do Trabalho Nacional e legislação complementar”⁵².

O Decreto-Lei n.º 24715, de 8 de Dezembro de 1934, ao qual o GCCG está sujeito, estabelece “o regime jurídico da organização facultativa das actividades comerciais e industriais”⁵³. Este Decreto-Lei define a organização de grêmios por iniciativas dos interessados, ou seja, fora do disposto no Decreto-Lei n.º 23049, do ano anterior. Neste Decreto-Lei, é aprovada a constituição de grêmios de ramos de comércio específicos, na condição de que se agrupem empresas, sociedades ou firmas, que representem 50% do total das existentes no distrito, requerendo para isso ao Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, a constituição sob a forma de grémio, recebendo a denominação de *Grémio Distrital dos (ramo de comércio) de (Distrito)*, por exemplo «Grémio Distrital dos Revendedores de Café de Braga». A constituição destes grêmios está sujeita à aprovação do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social e do Conselho Corporativo, ficando estes com uma ação de influência limitada a um grupo de concelhos, ou mesmo a um só concelho, recebendo a denominação de *Grémio concelho dos (ramo de comércio) de (nome do concelho respetivo ou do concelho em que tiver sede)*. Os grêmios distritais podem ainda constituir secções, que se denominam de *Grémio distrital do (ramo de comércio) de (nome do distrito), secção de (nome da localidade)*. As atividades industriais podem também organizar-se da mesma forma.

⁵¹ Decreto-Lei 29232 de 8 de Dezembro de 1938, artigo 3.º. Por afinidade entende-se o objeto das atividades exercidas, mas também o grau do respetivo comércio, considerando-se distintos os comerciantes que vendem a retalho ou por grosso. Ainda assim, existe uma exceção que define que “onde o comércio de retalho se exerça normalmente por forma mixta e se não justifique a aprovação de uniões poderão as respectivas associações transformar-se em grêmios distritais ou concelhos” [Decreto-Lei 29232, 8/12/1938, art. 3.º].

⁵² Decreto-Lei 29232, oito de Dezembro de 1938, art. 11.º.

⁵³ Cal. Alexandre Herculano da. *Legislação Corporativa. Grêmios...* p. 9.

É ainda acrescentado um artigo que define a criação de grémios que não se adaptem à divisão administrativa, com os interessados nestas condições a ter a possibilidade de requerer ao Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social a constituição do grémio, com a condição de que reúnam “mais de metade das empresas, sociedades ou firmas que explorem o ramo da indústria ou comércio a organizar e representem 50 por cento, pelo menos, do valor médio das transacções relativas ao continente português ou à região considerada”⁵⁴.

Quanto à localização das sedes dos grémios distritais ou concelhios, a sede localiza-se na capital de distrito ou sede de concelho, podendo esta ser noutra localidade, justificando-se com o número e importância das empresas, sociedades e firmas inscritos. A aprovação para a constituição dos grémios é feita através de alvará publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*.

Estes organismos encontram-se sempre na dependência do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, devendo seguir a orientação do Governo relativamente à sua acção técnica e económica. As obrigações dos grémios, referidas neste Decreto-Lei, são as mesmas que estão presentes no Decreto-Lei n.º 23049.

Este Decreto-Lei consagra ainda um capítulo à questão dos Estatutos, onde se incluem os tópicos, com carácter obrigatório, a figurar nos mesmos (indicações que os Estatutos do GCCG seguem à risca). Assim, dessa lista constam: a denominação do grémio, da sua sede, atribuições e fins, onde constam os deveres e obrigações; uma afirmação de respeito pelos princípios e finalidade de coletividade nacional, repudiando qualquer atividade contrária aos interesses da Nação Portuguesa; o reconhecimento da constituição do grémio como fator de cooperação ativa com todos os outros fatores da economia nacional; os procedimentos e condições para admissão de sócios, seus direitos e deveres, condições de suspensão ou expulsão e o pagamento de quotas; das receitas e suas formas de distribuição; regras para a criação de secções, do seu funcionamento e contribuição nas despesas do grémio; o modo de designação da direção e as suas atribuições; normas para a constituição e funcionamento da AG, organização e atribuições da respetiva mesa, o exercício do direito de voto e a forma de contagem, e o procedimento para a alteração dos Estatutos; e ainda o procedimento de dissolução. Ainda no artigo 15.º deste capítulo, é definido o critério para admissão de novos sócios, recaindo nos grémios a responsabilidade da admissão (estando os mesmos sujeitos a multas caso inscrevessem sócios ilegalmente).

⁵⁴ Decreto-Lei 24715, 3 de Dezembro de 1934, art. 6.º.

É também referida a AG, sendo definidas as suas sessões, em reunião ordinária de dois em dois anos, com o objetivo de eleger a mesa e a direção. Quanto às sessões extraordinárias, estas só podem ser convocadas por requerimento da maioria da direção ou por mais de um terço dos votos atribuídos aos sócios (estando consagradas essas sessões apenas para os assuntos constantes da convocação). A direção é composta por três membros, eleitos na AG até ao fim de Janeiro do ano em que seriam realizadas as eleições. A direção escolhe entre os seus membros o Presidente, o Secretário (com funções de vice-presidente), e o Tesoureiro. Nenhum grémio pode ter na direção mais do que um indivíduo de nacionalidade estrangeira ou representante de firma estrangeira.

Este Decreto-Lei segue as linhas do Decreto-Lei n.º 23049, tentando aproximar-se-lhe o mais possível. A grande diferença é que o primeiro se refere aos grémios com carácter obrigatório, já o Decreto-Lei n.º 24715, dirige-se aos grémios de carácter facultativo.

A legislação que cria os organismos corporativos tem assim o seu início com a Constituição de 1933, base institucional do novo regime, que define um Estado corporativo, que assenta em quatro pilares fundamentais: o nacionalismo corporativo; o estado forte; o intervencionismo económico-social; e o imperialismo colonial.

O nacionalismo corporativo foi um dos grandes princípios positivos. Os interesses do indivíduo ficam sujeitos aos interesses e objetivos da nação (nacionalismo), sujeição conseguida através da construção do Estado social corporativo, legitimado nos “organismos componentes da nação”⁵⁵ (as famílias, freguesias, municípios e corporações) com intervenção direta na constituição do Estado.

Outro dos princípios orientadores é o do Estado forte e para isso é fundamental um poder executivo forte, no entanto, este encontra-se fragilizado pela sua sujeição ao poder legislativo, tornando assim necessário devolver ao poder executivo “o papel hegemónico indiscutível no sistema político”⁵⁶. Nesse sentido, o projeto constitucional, concentra o poder executivo no Chefe de Estado, que detém os maiores poderes. O Governo funciona assim na dependência do Presidente da República, com responsabilidade exclusiva e independente da assembleia legislativa, com vastas contribuições, entre as quais, a direção superior da administração pública e o poder de fazer leis. Ao Presidente do Conselho é atribuído um papel particular, único responsável governamental perante o Presidente da República, propõe a

⁵⁵ ROSAS, Fernando (coord.), “Portugal e o Estado Novo”, vol. XII, em *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Presença, 1987, p. 97.

⁵⁶ *Idem*, p. 99.

nomeação e exoneração dos membros do Governo, preside ao Conselho de Ministros e define o programa geral do Governo, estando este, verdadeiramente, à frente dos destinos do país.

A intervenção do Estado no domínio económico-social é também um dos princípios fundamentais do regime, com o próprio Salazar a defender que um estado equilibrado e forte era impossível sem a coordenação e desenvolvimento da economia nacional, parte integrante da organização política, sendo para isso essencial que a Constituição apresente “garantias gerais respeitantes às grandes obras e melhoramentos”⁵⁷, estando nela consagrado o direito e obrigação do Estado de coordenar a vida económica e social, com o objetivo de a defender de explorações económicas e otimizar a produtividade, estando mesmo prevista a possibilidade do Estado intervir nas atividades particulares.

Para atingir esses objetivos são promovidos “a formação e o desenvolvimento da economia nacional corporativa”⁵⁸, coordenando as corporações, federações económicas de carácter patronal ou operário. Só com uma economia organizada corporativamente se podem sujeitar as atividades e interesses aos do Estado, daí a *função social*, levada a cabo pela propriedade, capital e trabalho, em cooperação económica e solidariedade. A intervenção económica do Estado tem como principal instrumento a organização corporativa económico-social, apesar de esta se encontrar politicamente subordinada ao poder legislativo liberal, e direccionada para a intervenção económica estatal, quer na iniciativa de criação dos organismos, quer na sua orientação e articulação.

É nesta conjuntura política que o GCCG é oficialmente criado em 1940, com a aprovação dos seus Estatutos, através de alvará de 20 de Abril, pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

⁵⁷ *Idem*, p. 102.

⁵⁸ *Idem*, p. 103.

Capítulo II: O Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães (1939-1969)

Apontamentos metodológicos

Numa tentativa de compreender os meandros do funcionamento do Grémio do Comércio a nível interno e na sua relação com o Estado corporativo, foi decidido analisar as atas dos diferentes órgãos administrativos do organismo. Desses órgãos constam a Direção, o CG e a AG, do qual existem a maioria dos livros de atas na documentação disponibilizada pela ACIG. Assim, para a Direção existem três livros de atas que determinam o período em estudo (1939-1969⁹⁹); do CG existem também dois livros de atas (1942-62, 1963-69) e da AG existe apenas um livro de atas (que ultrapassa, em muito, o período de estudo, 1944-1994).

Cada um dos livros foi tratado exaustivamente, tendo sido realizada, inicialmente, uma transcrição de todas as atas, em formato *Word*. De seguida, foi criada uma folha de dados, em *Excel*, para cada um dos diferentes órgãos: das atas da Direção e do CG consta a informação da data e tipo de reunião, tema (proponente, carácter e desfecho) e observações; nas atas da AG a informação refere-se à data e tipo de reunião, aos membros que presidiam à reunião e ao assunto.

O grosso da informação encontra-se nas atas da Direção, órgão supremo do organismo e com maiores designações, até porque os restantes órgãos apenas sancionam as deliberações da Direção, mas também pelo número de reuniões que este órgão regista, 616 (sendo que dessas, 93 tiveram carácter extraordinário), contra 52 do CG e 15 da AG. Com o fim de organizar o *corpus* documental criamos uma base de dados, construída a partir das seguintes categorias para os assuntos discutidos: associativo, corporativo, económico, participação na cidade e política nacional. Três dessas categorias foram ainda subdivididas em subcategorias: “associativo” foi desdobrada em outros assuntos da vida associativa; a categoria “participação na cidade” deu lugar a lúdico; melhoramentos; oficial; relações; votos de pesar; por último, a categoria “económico” é acompanhada pela subcategoria apoios.

Entremos na análise de cada uma destas temáticas.

A categoria “Associativo” engloba todos os assuntos que dizem respeito, diretamente, à vida do Grémio, isto é, todas as decisões tomadas no âmbito da vida associativa, quer do foro interno do organismo, quer nos assuntos relacionados com entidades exteriores ligadas ao corporativismo (INTP, grémios e outros organismos corporativos). Esta categoria destaca-se das

⁹⁹ Inicialmente, o objetivo passava por estudar todo o período de existência do Grémio (1939-75), no entanto, face às limitações dos livros de atas da Direção, que não existem para além de 1969, foi decidido que o período de estudo terminasse nesse ano de 1969.

restantes, sobretudo, pela sua importância, já que é aquela que regista mais entradas, 657, representando cerca de 60% do total de todas as categorias. Atendendo a esta grande quantidade de registos foi necessário realizar uma partição dos assuntos, criando designações (isto é, expressões que nos permitem acompanhar o assunto ao longo do tempo) que agrupam esses registos em tópicos semelhantes, com vista a elaborar um texto mais fluido e fácil de acompanhar. Assim, criaram-se 27 tópicos, sendo os mais relevantes, em termos quantitativo, os relativos às regulações internas; a questões ligadas com os funcionários do Grémio; e à aprovação de novos sócios e anulação de quotas. No entanto, a importância destes tópicos não pode ser medida e reduzida ao quantitativo, pois alguns deles dizem respeito a questões centrais da vida do Grémio, adquirindo grande importância.

Desta categoria nasce ainda uma subcategoria, intitulada “Outros assuntos da vida associativa”, que compreende conteúdos relativos à vida associativa, ainda que com uma menor importância, representando 3% (36 entradas) do total dos assuntos tratados no período em análise, percentagem ligeiramente superior às registadas pelas categorias “Política nacional” e “Votos de pesar”. Sendo de ressaltar que 32 dessas entradas ocorrem entre 1949 e 1969 (16 por cada década), ou seja, praticamente na primeira década de vida do Grémio, não são abordados assuntos deste tipo. Entre os assuntos mencionados existem referências à receção e envio de correspondência, pedidos para a cedência de dependências da Sede do Grémio, e várias deliberações.

Na categoria “Corporativo” foram incluídos todos os assuntos relacionados com as instituições corporativas superiores e/ou circundantes ao Grémio. Para uma melhor composição do texto, foram criadas, livremente, algumas linhas gerais que englobam os assuntos com carácter semelhante. Essas linhas gerais vão agrupar assuntos que, de outra forma, estariam dispersos no tempo, permitindo assim, uma melhor fluidez. São cinco as diretrizes criadas com base em referências a: delegados e à delegação do INTP; contratos coletivos de Trabalho; relações com outros organismos corporativos; orientações superiores (legislação e normas obrigatórias); e comemorações/homenagens.

A categoria “Política Nacional”, por sua vez, integra, como o próprio nome indica, todos os assuntos relativos à política e a acontecimentos nacionais em que o Grémio intervém, direta ou indiretamente. Das 1099 entradas registadas na totalidade das oito categorias, esta representa apenas cerca de 3%, o que denota uma fraca relevância atribuída aos assuntos nacionais no interior das reuniões do Grémio. Estas três primeiras categorias vão permitir criar

uma imagem do funcionamento interno do organismo e da sua relação com a política nacional, através do impacto do corporativismo no seu funcionamento e do seu posicionamento face aos acontecimentos da política nacional.

A categoria “Económico” abrange todos os assuntos relacionados com iniciativas ou disposições para regulação da atividade comercial. Existe também uma subcategoria, intitulada “apoios”, que diz respeito aos casos em que o Grémio fornece apoio ao crescimento das empresas.

Já a categoria intitulada “Participação na Cidade” é relativa, como o nome o sugere, à intervenção que o Grémio teria na vida da cidade e também do concelho, constituindo fonte central para a compreensão da influência do organismo no concelho vimaranense a vários níveis. Foram criadas quatro subcategorias: “Lúdico”, relativa ao lado mais recreativo do Grémio e da cidade, incide sobre a participação e intervenção do Grémio nas Festas da Cidade, a cedência de espaços do Organismo para a realização de eventos culturais, entre outros; “melhoramentos”, referente ao papel do Grémio na tentativa de melhorar vários aspetos da cidade, não só a nível de infraestruturas, mas também da gestão de alguns serviços públicos; “oficial”, que contém informações sobre a participação do Grémio em reuniões ou outros eventos organizados por entidades oficiais, ou diligências feitas junto de entidades oficiais; finalmente, a subcategoria “relações”, deu lugar a três subcategorias próprias, fruto do tipo de entidade com que eram encetados contactos, “associativas”, relativa a organismos corporativos e/ou associações do concelho, “oficiais”, diz respeito a contactos com entidades oficiais e “com entidades”, refere-se a relações com entidades de género indefinido, mas que ainda assim, não se revestem de carácter oficial ou associativo/corporativo.

A categoria “Votos de pesar” pode incluir-se nesta questão da influência do Grémio no concelho. As menções de condolências manifestadas pelo Grémio a diferentes individualidades foram diferenciadas através da criação de três subcategorias: “Votos de pesar – associativa” abrange as referências a figuras relacionadas, direta ou indiretamente, com o Grémio, concretamente, a membros diretivos, funcionários (em funções ou já retirados) e sócios e seus familiares. Incluímos, a título excecional, o voto de pesar referente a um funcionário do Grémio da Lavoura da cidade, caso único; a segunda subcategoria, “Votos de pesar – oficial”, como o próprio nome sugere, diz respeito às menções que envolvem autoridades oficiais, ligadas à vida política local e nacional; finalmente, a última das subcategorias, foi uma necessidade, já que não seria adequado colocar o caso que abarca nas anteriores subcategorias; nesta subcategoria (que

registra apenas uma ocorrência) temos referência a uma figura da cidade acerca da qual não possuímos qualquer informação.

2.1 O funcionamento interno do Grémio: dinâmicas associativas e corporativas

2.1.1 A gestão interna

A categoria *associativo*, não só pela sua dimensão, mas sobretudo pelo seu conteúdo, oferece informações completas sobre a vida interna do Grémio, desde a gerência dos seus corpos diretivos, ao funcionamento do edifício Sede, ou mesmo pelas medidas relativas aos seus funcionários, reveste-se de uma importância vital, tornando-a no centro nevrálgico de toda a investigação, permitindo deslumbrar todos os aspetos do funcionamento do Organismo.

Os Estatutos – aprovação e alterações

Aspeto fundamental para a compreensão da realidade do Organismo são os Estatutos, neste caso em concreto, a aprovação e/ou alterações estatutárias. A aprovação dos Estatutos do Grémio realizou-se pouco tempo depois da sua aprovação interna, ainda que não isenta a alguns problemas burocráticos. Em relação a alterações, apenas uma foi ensaiada, não sendo possível concluir se com ou sem sucesso.

Foi a oito de Agosto de 1939, na segunda reunião da Comissão Organizadora do Grémio, que se determinou a redação definitiva do projeto dos Estatutos em elaboração, tendo-se definido a data de 17 de Agosto para a sua aprovação – o que aconteceria efetivamente, tendo sido também nessa data, definido o envio de cópias dos mesmos para aprovação superior, por intermédio do Delegado em Braga do INTP.

No entanto, a aprovação superior revelou-se um processo moroso, e só depois de alguns contactos dos membros do Organismo com o Delegado do INTP e até de duas visitas ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, em Lisboa⁶⁰, a aprovação foi finalmente conseguida em Abril de 1940. A comunicação aconteceu em Junho, tendo sido de imediato submetido à aprovação da Direção um orçamento para a impressão de 1000 exemplares dos Estatutos, com um valor de 427\$00 (adjudicado à Companhia Editora do

⁶⁰ Uma dessas visitas tem também o objetivo de procurar o deferimento da representação enviada em 23 de Setembro de 1939, “e ainda para efeitos da cobrança de quotização devida a este Grémio, como determina o Decreto número vinte e nove mil novecentos e trinta e um, em que se torna indispensável que superiormente se esclareça o que deva ser considerado como profissionais do comércio” [GCCG]. Actas da Comissão Organizadora e Comissão Directiva, n.º 1, 1939-42, fl. 9v.]

Minho), deliberando-se uns meses depois “proceder à distribuição gratuita dos exemplares dos Estatutos pelos sócios”⁶¹.

A dois de Abril de 1941, em sessão da Direção, o Presidente propôs, no seguimento de informações na Imprensa que davam conta de uma representação feita ao Presidente da Câmara, por sócios do Grémio, acusando a Comissão Diretiva de não ter dado cumprimento ao artigo 16.º dos Estatutos, o envio de uma nota oficiosa desmentindo essas informações.

Os Estatutos só voltam a ser discutidos nos anos 60, em reunião de 17 de Maio de 1960. Nessa sessão o Presidente da Direção faz "diversas considerações de ordem económica pondo em relevo a difícil situação financeira que permanentemente, se verifica, neste Organismo, muito especialmente pela despesa da conservação do Edifício-próprio, (...) e ainda atendendo à circunstância de que o Grémio (...) mantém um sistema de cotisação absolutamente desactualizado e o de mais baixa receita proporcional a outros Grémios congéneres em cidades da mesma importância. Foca também o agravamento do nível de vida e a política seguida pelo Ministério das Corporações de aumento de salários"⁶². Face a essa situação, pede ao tesoureiro que estude e apresente uma nova redação do artigo 14.º dos Estatutos, que determina o pagamento de quotas e joias dos sócios (sugestão aprovada por unanimidade).

Esta reunião desencadeia um processo que se arrasta por alguns anos, na tentativa da alteração dos Estatutos, sem que se chegue a algo conclusivo. A proposta recebe uma reação positiva no interior do Organismo, e rapidamente é elaborada a nova redação do artigo. Porém, quando chega ao Delegado do INTP em Braga, dão-se os primeiros problemas, com a indicação de nova redação; sendo que no início de 1961 não havia ainda desenvolvimentos sobre a matéria.

A proposta apresentada inicialmente não terá mesmo continuidade, já que a dois de Fevereiro de 1961, é determinada a atualização dos Estatutos, com o envio da proposta a todos os contribuintes, para que estes a assinassem, sendo-lhes dada a possibilidade de se tornarem sócios efetivos (uma estratégia para conseguir o maior número possível de assinaturas).

Mais uma vez não é dada continuidade à questão e em sessão do CG de 21 de Março de 1962, o Presidente (do CG) menciona a necessidade do aumento de quotas, para a restauração da Sede, propondo um voto de confiança à Direção, pedindo-lhe que não

⁶¹ GCCG. *Actas da Comissão Organizadora e Comissão Directiva*, n.º 1, 1939-42, fl. 19.

⁶² GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3, 1952-69, p. 293.

esmorecesse e continuasse "a lutar por conseguir maior prestígio para o Organismo que representa"⁶³.

O bloqueio na aprovação da nova redação do artigo 14.º levou a reuniões com o Delegado do INTP de Braga e até à deslocação do Presidente da Direção a Lisboa, ao Ministério das Corporações e Previdência Social. Em 1963 foi necessário proceder a uma nova redação do artigo e a 15 de Março desse ano é, finalmente, anunciada a aprovação da alteração ao artigo, para o qual contribuíram José Rebelo Cotta e Luiz Vieira de Campos.

No entanto, a situação não terá ficado resolvida, pois no ano seguinte, em reunião de 17 de Novembro, é pedido um parecer ao Delegado do INTP acerca da emissão de quotas para 1965, já que com o aumento das contribuições e a alteração do artigo 14.º, algumas firmas não poderiam pagar a quota atribuída, acabando por se manter os escalões anteriores "em relação à situação transitória que atravessámos"⁶⁴.

A situação sofre novo revés e no final de 1965, em reunião de sete de Dezembro, deliberou-se pela manutenção do sistema de emissão de quotas, conforme determinado na reunião de 3 de Dezembro de 1964, voltando assim à situação original.

Em 1967 é feita nova tentativa para a alteração do artigo 14.º dos Estatutos, com a deliberação da Direção de anular o escalão de 2\$50. O CG vai mais longe e o seu Presidente proclama a desatualização dos escalões, face à existência de quotas no valor de 2\$50 e 5\$00, "afirmando que estas estariam talvez bem em mil novecentos e quarenta, mas neste momento, se não justificam tanto mais que, há necessidade de aumentar as receitas do Organismo pois se impõe, urgentemente, a obras de conservação e algumas de restauro, as quais serão de certo vulto (...) e também porque se propõe organizar cursos de formação profissional e dar incremento às actividades do Grémio em defesa dos seus agremiados"⁶⁵. Assim, propõe a eliminação dos escalões de 2\$50 e 5\$00, passando o escalão mínimo a ser de 15\$00! Recebendo a proposta uma aprovação unânime, determinou-se que os novos escalões entrariam em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1968.

Os atos eleitorais

As eleições são alvo natural de destaque, não pelo número que representam, mas pela sua importância na vida associativa. No entanto, durante a existência do Grémio, não podemos

⁶³ GCCG. *Livro de Actas do Conselho Geral*, n.º 1, p. 94.

⁶⁴ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3... p. 388.

⁶⁵ GCCG. *Livro de Actas do Conselho Geral*, fl. 4v.

falar de eleições livres, “já que tinham de ser obrigatoriamente sancionadas pelo Instituto Nacional do Trabalho. Se houvesse, entre os membros da Direcção eleitos, pessoas desafectas ao regime ou que como tal publicamente se manifestassem, eram vetadas”⁶⁶.

No total realizaram-se 15 eleições entre 1939 e 1969, a primeira a 26 de Janeiro de 1941 e a última em 10 de Março de 1967. Dessas 14 eleições, apenas uma não foi sancionada superiormente.

A questão da duração dos mandatos (referidos já na página 15) levou à apresentação de uma representação ao Delegado distrital do INTP, em 1946, para que este conseguisse autorização, por parte do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, para a realização de eleições, em virtude da Direcção vigente “exercer o seu mandato em dois biénios consecutivos e alguns dos seus componentes necessitarem de reconhecido descanso”⁶⁷, ainda que sem resultados práticos.

Entre 1947 e 1948 realizam-se duas eleições no espaço de um ano: a primeira em Janeiro de 1947; a seguinte, em Fevereiro de 1948, mandatada por despacho superior de 6 de Novembro. Porém, só em Março de 1948 são sancionados os corpos diretivos para esse mandato, virtude da “acção altamente meritória desenvolvida pelo (...) deputado da Nação, (...) José Gualberto Sá Carneiro, em defesa dos interesses comerciais e industriais do Concelho de Guimarães, junto do Ministério das Finanças”⁶⁸ na aprovação dos nomes eleitos pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Em 1957 falece o Presidente da Direcção, pelo que é necessária a sua substituição. Assim, em sessão de 23 de Julho, o Secretário deu conhecimento de um ofício do Delegado do INTP de Braga, a ordenar a eleição para a vaga da Direcção, resolvendo-se comunicar-lhe que após as Festas da Cidade, se realizaria a eleição. No entanto, a eleição só se realiza em Maio de 1958.

Em 31 de Janeiro de 1959, a AG reúne para a eleição dos corpos gerentes, surgindo um pequeno problema, com Camilo Cintra Penafort a opor-se à existência de duas listas, levantando um assunto fora da Ordem de Trabalhos, que apesar disso, é debatido abertamente. Porém, o debate desvia-se ainda mais com a intervenção de José Abílio Gouveia, questionando a razão de nem todos os sócios que pagam quotas, serem considerados efetivos (uma vez que a maior

⁶⁶ Cachada, Armindo. «Associação Comercial e Industrial de Guimarães...», p. 26.

⁶⁷ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2, 1942-52, p. 116.

⁶⁸ *Idem*, p. 151.

parte não teria esse estatuto), propondo o adiamento da Assembleia, e a constituição de uma comissão que estude o assunto.

O Presidente prossegue com o estabelecido na convocatória, realizando-se as eleições, porém, aquando da contagem, verifica-se um número de listas na urna superior aos das descargas, considerando-se a eleição nula, e transmitindo-se o facto ao Delegado do INTP. É constituída uma comissão que pudesse apresentar uma única lista, com um prazo de 15 dias para expor resultados. As eleições realizam-se normalmente a 16 de Fevereiro.

Estranhamente, a 17 de Junho desse mesmo ano, Eleutério Fernandes informa que havia acordado com o Presidente da AG, proceder ao Ato de Posse dos novos Diretores que seriam eleitos a 18 de Junho e dias depois, a nova Direção realiza a sua primeira reunião.

Já depois do final do triénio 1959-62 a AG reúne a 13 de Maio de 1963, para a eleição dos novos corpos gerentes, sendo a lista a votação aprovada por maioria, exceção de Eduardo Pereira dos Santos, que entendia que a Direção cessante não havia defendido os interesses do comércio aquando da assinatura do Contrato Coletivo de Trabalho (em relação aos ordenados a pagar aos empregados, considerando-os excessivos), e de Manuel Caetano Martins, discordando do mesmo contrato, na questão da admissão de novos funcionários (aprendizes). No entanto, o Presidente da Mesa não considerou as propostas apresentadas.

José Abílio Gouveia, candidato a Presidente da Direção, retirou a candidatura da sua lista (aprovada por maioria), entregando o organismo ao Presidente da AG, para imediatamente em seguida, a colocar novamente a votos, verificando-se existirem 77 votos favoráveis, e dois contra, obtendo maioria.

Mais de um ano depois da eleição, a direção não tinha ainda sido sancionada. Este facto levou a que, em reunião de um de Julho de 1964, se decidisse o envio de um ofício à Delegação do INTP, para que fosse solucionada a questão, tendo-se determinado “que no caso do sancionamento não se verificar na totalidade dos elementos eleitos deveria ser proposta ao (...) Delegado (...) uma nova eleição, ou, caso este entendesse mais conveniente a nomeação duma Comissão Administrativa”⁶⁹. A resposta do Delegado tardou e só depois de uma reunião junto do mesmo foi obtida resposta, entrando em vigor uma Comissão Administrativa que se mantém até 1967.

Durante o período da vigência da Comissão Administrativa surgem vozes que defendem a realização de eleições e uma direção para o Organismo, o que se viria finalmente a conseguir a

⁶⁹ GCCG. *Actas da Direção*, n.º 3... p. 379.

10 de Março de 1967, a última das eleições que se realizou entre 1939 e 1969, tomando posse os novos corpos gerentes em Outubro do mesmo ano.

Relacionados com as eleições contam-se ainda os Autos de Posse, as referências a membros diretivos, a distribuição dos cargos e o agendamento de reuniões.

Os Autos de Posse seguem-se às eleições, contando-se seis ocorrências, a primeira a 31 de Julho de 1939 e a última a três de Outubro de 1967.

No total existiram 26 membros da AG e da Direção (o presidente do CG era o presidente da AG) do Grémio no período em estudo (anexo). Os Estatutos não impõem qualquer regra para a composição da AG, mas no caso da Direção existem alguns critérios que devem ser seguidos, nomeadamente, a recondução de um dos diretores cessantes, sendo que não podiam fazer parte da Direção mais que um elemento de cada grupo de comércio (art. 24.º dos Estatutos). A recondução ocorre em quase todas as direções, exceção para a transição entre a direção do triénio 1956-58 e do triénio 1959-61, em que não se verifica a recondução de nenhum dos membros. O artigo 24.º é, de resto, violado por completo neste triénio, já que na direção figuram dois membros do mesmo grupo de comércio (agentes), única direção em que tal acontece.

A maioria dos membros diretivos (10) encontra-se no grupo I, Vestuário, têxteis e calçado; seguindo-se o grupo VII, Papelaria, como o segundo mais bem representado (5). Existem ainda quatro diretores pertencentes ao grupo dos Agentes/Comissários e os grupos de Géneros alimentícios e de Drogaria e ferragens contam dois diretores cada. A três dos 26 diretores não é possível apurar o ramo de comércio em que se inserem. O domínio do grupo I pode ser explicado pela importância económica que este detém, já que é o grupo com maior número de sócios nos escalões de topo da quotização, inclusive, a maioria dos membros diretivos (11) situa-se, aquando dos seus mandatos, nos escalões de topo da quotização (21\$-30\$), dos quais seis estão afetos ao I grupo de comércio.

Verifica-se pouca rotatividade entre os cargos. Quando esta tem lugar é especialmente incidente entre a Direção e a AG, já que apenas uma vez ocorre uma alteração de cargo no interior da direção. Três membros diretivos ocupam lugares em ambos os órgãos: António Emilio Ribeiro da Costa (1.º secretário da Mesa da AG, dois mandatos e Presidente da Direção, quatro mandatos); Casimiro Martins Fernandes (Presidente da Direção, três mandatos e, 10 anos depois, Presidente da Mesa da AG, um mandato); Eleutério Ramos Martins Fernandes (Secretário da Direção, dois mandatos e Presidente da Mesa da AG, dois mandatos).

As distribuições dos cargos e o agendamento de reuniões são realizados na primeira reunião da nova direção, logo após a tomada de posse, dizendo respeito aos cargos da Direção: Presidente, Secretário e Tesoureiro. Ao longo dos anos verificam-se pequenas mudanças no agendamento das reuniões, que se realizam sempre nas primeira e terceira semana de cada mês: entre 1939 e 1947 realizam-se às quartas-feiras; entre 1948 e 1962 às segundas-feiras; e a partir de 1963 (última referência) às terças-feiras.

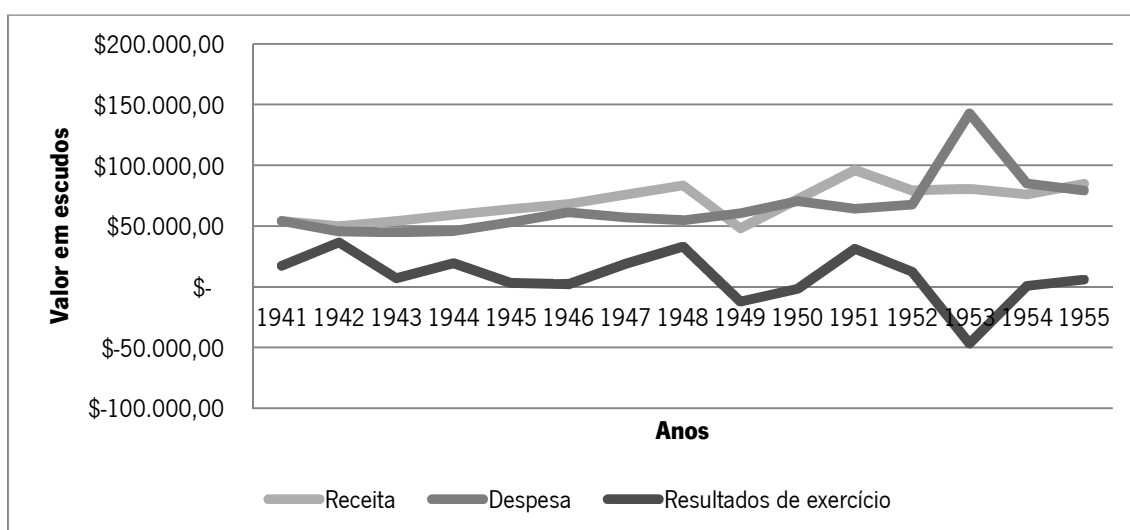
A contabilidade do Organismo

A contabilidade do Organismo reveste-se também de grande importância. Dos documentos de contabilidade levados a discussão nas reuniões dos órgãos do Grémio (Direção e CG) constam: balancetes; orçamentos; relatórios da gerência e contas; documentos da caixa; guias de autorização e receitas de pagamento.

Num primeiro momento, a expectativa em relação a estes documentos era grande. Pensámos ser possível examinar ao pormenor a vida económica e financeira do Grémio. No entanto, a sua análise veio a demonstrar que tal não era possível, já que a informação disponibilizada em ata diminui gradualmente, ao longo do período em estudo. Ainda assim, a informação presente não deixa de ser relevante, podendo ser complementada, em parte, através Relatório da Atividade do Grémio publicado em 1956.

Relativamente aos balancetes (documento contabilístico elaborado para períodos inferiores a um ano, para observação da igualdade dos movimentos a débito e a crédito) a informação constante em atas perde importância gradualmente, deixando de ser referida a partir de 1956. É a informação do *Relatório da actividade* que permite desenhar o cenário dos primeiros 15 anos de vida do Organismo de forma bastante precisa, visível no gráfico I:

Gráfico I – Evolução do balancete do GCCG, 1941-1955



O comportamento da receita evidencia uma tendência de relativo crescimento, na ordem dos 50 mil escudos, com ligeiras oscilações ascendentes. Apenas em 1949 se registra uma quebra na receita, não muito expressiva. Em contraponto, a despesa acompanha, sensivelmente, a linha da receita, registrando-se um aumento acentuado em 1953, em que o valor da despesa mais que duplica (de 67 675\$31 em 1952, para 142 685\$85). Por último, os resultados de exercício acompanham, ainda que não totalmente, os resultados da receita até 1952, caindo abruptamente em 1953, em claro contraste com o movimento de despesa. A tendência global é mesmo de quebra, já que parte-se de 17 346\$49 em 1941, atingindo-se, em 1955 os 5 923\$95.

A nível das receitas e despesas, o gráfico revela uma tendência semelhante de crescimento até 1952, quando se dá um grande aumento da despesa e a consequente quebra dos resultados de exercício; estes, por sua vez, estão muito dependentes dos valores das receitas e despesas, variando de acordo com os seus resultados.

Já a informação dos documentos de caixa é ainda mais escassa, surgindo apenas sete referências nos livros de atas da Direção, a grande maioria apenas a dar conta da sua aprovação. Apenas numa dessas referências são referidos valores, em sessão de Outubro de 1964, contando-se um saldo de 73\$00 depositados na CGD e de 926\$770 em cofre.

As guias de receita e autorizações de pagamento surgem pela primeira vez em 1958, mantendo-se de forma regular até 1960, registando-se apenas mais duas referências depois desse ano, em 1963 e 1964, porém a informação presente em ata restringe-se à sua aprovação.

Os relatórios da gerência e contas acompanham praticamente todo o período em estudo (1939-1969) nas atas da Direção e do CG. Porém, na grande maioria das vezes apenas é feita

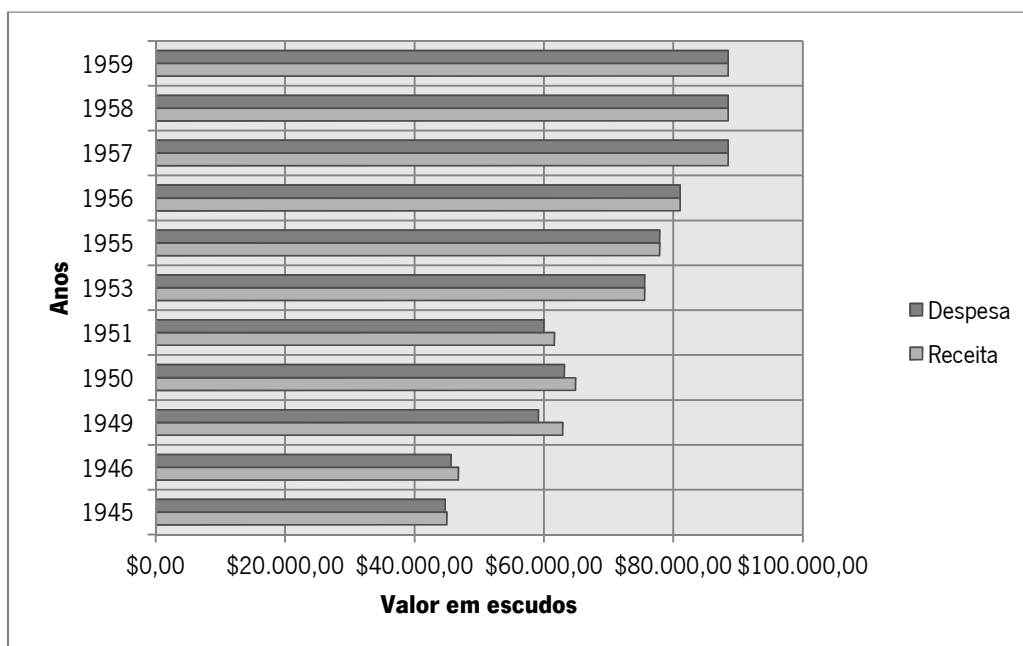
referência à sua leitura e consequente aprovação (que acontece sempre), tornando impossível a obtenção de informação relevante acerca das finanças do organismo. A única ocasião em que são apresentados valores dá-se em sessão da Direção de 20 de Março de 1956, onde após a sua leitura e apreciação é feita uma exposição sobre o mesmo, destacando-se “a crise comercial que se atravessa, a qual muito tem influenciado a economia deste Grémio”⁷⁰, agravada pela falta de pagamento de quotas por parte dos agremiados. Assim, conta-se 32 068\$00 de quotas que não foi saldada e que transita para o ano seguinte, a maior parte dessa verba não será cobrada, resultando um saldo positivo de 5923\$95.

Os documentos que oferecem uma maior informação sobre a contabilidade do Grémio são os orçamentos, apesar de na década de 60 não se encontrarem referências a valores. Os orçamentos são apresentados nas reuniões da Direção para uma primeira aprovação, sendo posteriormente enviados para o CG onde recebem aprovação definitiva. Existem dois tipos de orçamentos: ordinário (referente ao período de um ano), e suplementar (sempre que considerado necessário). No total são aprovados 43 orçamentos entre 1943 e 1967, dos quais 19 são orçamentos suplementares. O primeiro orçamento suplementar surge em 1943, tornando-se regular a partir de 1951.

Os orçamentos encontram-se divididos em duas secções, receita e despesa, com as respectivas designações e valores previstos. Da receita constam: as quotizações (quotas e joias); rendas de propriedade; juros de depósitos; e receitas de jogos, vendas de impressos e de papel inutilizado. A despesa é geralmente mais extensa: aquisições (móveis e utensílios e biblioteca), despesas de administração (pessoal, reparação e conservação de imóveis e de móveis e utensílios, expediente e outras despesas de administração); despesas sociais (Festas da Cidade, Comissões Corporativas, FNAT).

⁷⁰ GCCG. *Actas da Direcção* n.º 3..., p. 143.

Gráfico II – Evolução das verbas orçamentadas do GCCG, 1945-1959

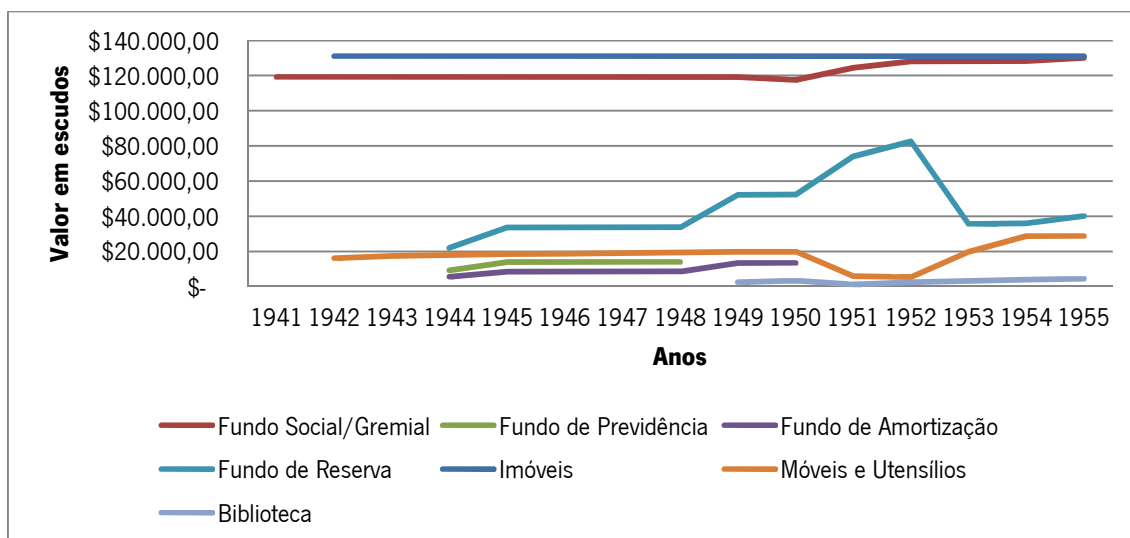


O gráfico II apresenta a evolução das rubricas de receita e despesa entre 1945 e 1959. Verifica-se um crescimento regular e contínuo das receitas que partem do valor de 44757\$00, em 1945, e atingem o valor máximo em 1957, de 88500\$00. As despesas acompanham a par os valores da receita, excetuando o período compreendido entre 1946 e 1951, registando uma média de 30793\$50.

Os orçamentos suplementares dão conta da transferência de verbas para fazer face a despesas inesperadas (por exemplo, reparação da Sede para a receção ao Presidente da República), encontrando-se os valores dos orçamentos suplementares discriminados até 1958.

O *Relatório de actividade* fornece ainda informação que não se encontra presente nas atas da Direção ou do CG, nomeadamente, os Fundos instituídos no Organismo, e os valores de *Imóveis, Móveis e Utensílios e Biblioteca*, visíveis no gráfico III:

Gráfico III – Evolução dos fundos instituídos e do balanço de *Imóveis, Móveis e Utensílios e Biblioteca* do GCCG, 1941-1955



O gráfico III acompanha as movimentações dos fundos instituídos e de três das principais rubricas de despesa do organismo. Assim, constata-se que a rubrica *Imóveis*, presente a partir de 1952 não sofre quaisquer alterações, à semelhança da rubrica *Biblioteca*, que surge em 1949 e regista apenas um ligeiro aumento em 1954. A rubrica *Móveis e utensílios* mantém-se constante até 1950, com valores na ordem dos 19 990\$70, caindo, em 1951 e 1952 para os 5 320\$71, registando nos anos seguintes um aumento acentuado, atingindo os 28 648\$11 em 1955. Os fundos instituídos não apresentam grandes alterações, registando, a sua maioria, um pequeno aumento em períodos distintos. Aquele que mais se evidencia é, sem dúvida o *Fundo de Reserva*, com aumento graduais até 1952, ano em que atinge o valor máximo, 82 563\$36, vindo a estabilizar entre 1953 e 1955, com valores a rondar os 30 mil escudos.

De destacar que de todos os documentos de contabilidade (orçamentos, relatórios, balancetes, etc.) presentes na Direção e no CG não há um único que não mereça a aprovação de ambos os órgãos.

Os associados em discussão

Os associados são outra das peças fundamentais da vida associativa, não fossem estes, o principal motor do Grémio. Nas atas da Direção, os associados surgem aquando da aprovação dos mesmos e da anulação dos valores de cobrança.

As propostas para a aprovação de novos sócios surgem em 50 reuniões ao longo das três décadas em análise (1939-69). Estas propostas são feitas pelos próprios interessados, sendo depois apresentadas em reunião da Direção pelo seu Presidente para aprovação; a

informação presente consiste no nome dos interessados, ou das suas empresas, e respetiva morada.

Nos primeiros anos de vida do Grémio, estas propostas são constantes e regulares, sendo que até 1946 se verificam 36 menções em ata, o que representa 394 propostas de interessados, todas aprovadas, o que significa, a entrada de 394 sócios nos primeiros oito anos do Grémio.

A partir de 1946, a referência a estas situações em ata cessa, possível indicador de uma interrupção na admissão de novos sócios, já que em 1957, numa reunião que decorre a nove de Julho, são referidos “diversos requerimentos de agremiados, pedindo para serem admitidos como sócios efectivos do Grémio”⁷¹.

É só apenas em 1959 que se tomam providências no sentido de admitir novos sócios, com a decisão de publicar nos jornais da cidade avisos para a possibilidade de os contribuintes requererem a inscrição para sócios efetivos. Na sessão imediatamente a seguir, são apresentadas 20 propostas de inscrição, sendo 11 aprovadas e nove rejeitadas, algo inédito até então e que não se voltaria a repetir.

Nos meses e nos anos seguintes, continuam a verificar-se a entrada de novos sócios até 1963, registando-se nova interrupção por três anos, sendo que nos anos de 1967 e 1968 registam-se apenas duas novas entradas.

No total, entre 1939 e 1968, surgem 536 novos associados; desses, 526 têm o título de sócio efetivo e apenas 10 têm o título de sócios auxiliares⁷².

A anulação de quotas está também bastante presente nas atas da Direção, registando 49 entradas (à semelhança da aprovação de sócios, uma só entrada pode representar vários sócios).

Este tema só surge em 1949, mas a partir daí, é referenciado anualmente. A informação apresentada consiste em nome do sócio e morada, e o motivo da anulação das quotas e do montante que fica em dívida. A lista de motivos apresentados é restrita: duplicação, falecimento, desconhecimento/ausência, trespasse, isenção (pelo tipo de negócio), falência e cessação de atividade e incapacidade financeira/material, que constitui o motivo mais alegado.

Entre 1949 e 1959 são anuladas 1296 quotas! Três vezes mais do que as entradas de novos sócios nos primeiros oito anos de vida do organismo. Não é explícito se a anulação de

⁷¹ GCCG. *Actas da Direção*, n.º 3..., p. 200.

⁷² Esta categoria irá desaparecer através de despacho de 16 de Fevereiro de 1946 do Subsecretário de Estado das Corporações, ressurgindo entre 1950 e 1956.

quotas implica a exclusão dos sócios do organismo, no entanto, se tal for o caso, isso implicaria, como é óbvio, uma grande redução no número de associados, pelo menos, quando comparado com a aprovação de novos sócios referidas em ata.

A partir de 1959 é apenas apresentado o valor total de todas as quotas a serem anuladas. Assim, ao longo dos 10 anos seguintes são anuladas quotas no valor de 179 150\$50. À partida, este valor representará também, possivelmente, centenas, senão milhares de sócios. Com efeito, se compararmos o valor acima indicado com o valor referente a um dos anos que regista o maior número de anulações, 1959, constata-se a grandeza desse valor. Senão vejamos: no ano de 1959 (ano que regista maior número de anulações) são feitas 199 anulações, que perfazem o montante de 12 260\$00 no que toca a quotas e de 480\$00 no que se refere a joias, perfazendo um total de 12 740\$00. Este valor representa apenas, cerca de 7% do montante total relativo ao período entre 1959 a 1968: 179 150\$50.

Em ata são também presentes deliberações relacionadas com a quotização, visando essencialmente o combate à falta de pagamento por parte dos associados. Nesse sentido, em 1953 é aprovada a criação de uma lista com os nomes dos agremiados em débito de quotas referentes aos anos anteriores, que “apesar de avisados pelos respectivos serviços de Secretaria deste Grémio não efectuaram a sua liquidação, afim de na próxima sessão da Direcção se verificar as possibilidades de cada um deles para efeitos de cobrança coerciva”⁷³. Com efeito, na sessão seguinte, é apresentada a referida lista, que dá origem a algumas dúvidas, questionando-se se alguns agremiados reúnem condições para a liquidação das dívidas ao Grémio, optando-se por investigar nesse sentido. Porém, não há continuidade.

A falta de pagamento das quotas manteve-se um problema, tendo sido abordado por várias vezes, sempre com o fim de combater a falta dos contribuintes. Com vista à resolução do problema são endereçados pedidos ao Delegado do INTP em Braga, criam-se postais e imprimem-se avisos “para os devedores difíceis com vista a substituir as circulares em virtude do seu elevado custo e, por parecer que, psicologicamente, será de maior interesse na cobrança das dívidas”⁷⁴ e intercede-se junto da Inspeção do Trabalho, sempre sem sucesso.

Estas diligências mostram de facto a dificuldade em regularizar a situação, questão que fica por esclarecer, poderia ser consequência da dificuldade financeira ou simplesmente

⁷³ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 49.

⁷⁴ *Idem*, p. 370.

negligência dos associados/contribuintes. De qualquer modo não deixa de ser reveladora da incapacidade do Grémio em combater este problema.

O último apontamento relativo aos associados acontece em reunião do CG, de dois de Dezembro de 1967, onde se decidiu a limitação da AG aos sócios efetivos, no pleno gozo dos seus direitos, sendo a sua admissão devidamente controlada e fiscalizada pela Direção.

Os delegados

A nomeação dos Delegados de freguesia é feita ao abrigo do artigo 26.º dos Estatutos que redige o seguinte: “A Direcção nomeará, no prazo de 15 dias após a sua posse, um Delegado em cada freguesia, escolhido entre os sócios pertencentes a esta”⁷⁵, o que nem sempre se cumpriu.

As nomeações destes delegados surgem por oito vezes, sendo que terminam em 1959. Logo no primeiro ano (1940) surgem alguns problemas: a nomeação é feita a sete de Agosto, porém, uma semana depois (dia 14) informa-se que o delegado da freguesia de Tagilde “deixara de exercer o comércio por combinação com (...) Manuel da Silva”⁷⁶, propondo-se este para ocupar o lugar. Uma semana depois desta reunião, no dia 21, deliberou-se “insistir com o Delegado da Freguesia de Fermentões para que se não exima ao exercício do cargo que se lhe confiara”⁷⁷. De qualquer das maneiras, não foi possível apurar o desfecho destes dois casos.

Em sessão extraordinária de 15 de Dezembro de 1948, o Presidente da Direcção refere-se a um despacho superior, que aprova a nomeação dos delegados de freguesia, ao abrigo do artigo 26.º dos Estatutos e, da exclusão de agremiados, “por não possuírem as qualidades necessárias”⁷⁸ e por falecimento, propondo-se a nomeação de delegados em substituição daqueles que haviam sido excluídos.

Além dos delegados de freguesia, existem também os delegados das *Comissões de Fixação da Contribuição Industrial e de Reclamações, Grupo C e B – mercador*⁷⁹. A nomeação destes delegados é feita ao abrigo de vários decretos-lei. O primeiro Decreto-lei a reger estas nomeações foi o n.º 24916, de 10 de Janeiro de 1935⁸⁰, que vigora entre 1939 e 1941. A partir de 1942, e até 1963, vigoram, além do primeiro Decreto-lei, os termos do artigo 7.º do Decreto

⁷⁵ GCCG. *Estatutos*, 1940.

⁷⁶ GCCG. *Actas da Comissão ...*, fl. 16.

⁷⁷ *Idem*, fl. 17.

⁷⁸ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 166.

⁷⁹ Após 1964: Comissões de Fixação e de Reclamação da Contribuição Industrial (Grupo B e C).

⁸⁰ Promulga diversas disposições relativamente à contribuição industrial.

n.º 25300, de seis de Maio de 1935⁸¹ e o artigo 29.º dos Estatutos⁸². Por fim, a partir de 1964 vigoram os termos dos artigos 66.º, 68.º e 71.º do Decreto-lei n.º 45103, de um de Julho de 1963⁸³. Estes delegados representam os comerciantes dos diferentes ramos de comércio, agrupados em diferentes categorias, designadas de classes.

De acordo com o artigo 10.º da lei n.º 1368, de 1922, estão sujeitas ao pagamento da contribuição industrial todas as pessoas singulares ou coletivas que pratiquem o comércio ou a indústria, sendo a contribuição constituída por duas partes: uma taxa anual paga adiantadamente e uma taxa complementar sobre os lucros verificados ou presumivelmente obtidos.

Ao longo do período em análise e com as mudanças impostas na forma como se deveria proceder à nomeação dos delegados das comissões de fixação da contribuição industrial, surgem diferenças no processo. Acima de tudo, nota-se que existe uma evolução notória, quer ao nível da organização das classes, quer no número de ramos que vão sendo abrangidos nessas mesmas classes; ainda assim, os grupos que vão sendo criados não são estáticos, verificando-se alterações nos seus conteúdos. Com efeito parte-se de quatro grupos de comércio em 1941, atingindo-se os nove grupos em 1964.

O primeiro decreto-lei citado (n.º 24916) define os moldes da contribuição industrial: este imposto é determinado “pelo rendimento ilíquido presumível de cada contribuinte proveniente do seu comércio ou indústria”⁸⁴.

O artigo 7.º do decreto n.º 25300 altera a data da fixação do rendimento tributável, que passa a realizar-se no mês de Setembro ao invés de Março. Os representantes dos contribuintes são indicados pelos grémios até 31 de Agosto.

As maiores alterações surgem com o Decreto-lei n.º 45103, nomeadamente, com os seus artigos 66.º, 68.º e 71.º. A grande alteração é a introdução do grupo B⁸⁵, sendo ainda criada a comissão de fixação, constituída em cada concelho ou bairro, à qual são submetidas as

⁸¹ Estabelece as disposições reguladoras do lançamento e cobrança das contribuições e impostos no segundo semestre de 1935 e altera os prazos em que os contribuintes devem certas obrigações com o fisco.

⁸² Este artigo, nos Estatutos de 1940, diz respeito à formação do CG e redige o seguinte: “Os vogais (...), são eleitos em reunião dos enviados de cada ramo de comércio das freguesias, convocada pela Direcção após a sua posse. Os enviados de cada ramo do comércio são escolhidos pelos sócios do respectivo ramo de cada freguesia, em reunião promovida pelo Delegado”.

⁸³ Este decreto vai aprovar o Código da Contribuição Industrial, publicado em anexo.

⁸⁴ Decreto-lei n.º 24916.

⁸⁵ O mesmo decreto afirma que foram divididos em três grupos os contribuintes sujeitos à contribuição industrial. O grupo B abarca as sociedades anónimas e comanditas por ações. O grupo C é constituído por todos os contribuintes que não são tributados por taxas fixas nem em função do capital, representando a maior parte dos abrangidos pela contribuição industrial.

declarações dos contribuintes dos grupos B e C, a quem compete “calcular os proveitos e custos de cada um dos contribuintes do Grupo B no ano anterior, fixando o montante dos seus lucros tributáveis, quando deva presumir que os tenham obtido (...), determinar os resultados que (...) adviriam no ano anterior a cada um dos contribuintes do grupo C, fixando igualmente o montante dos seus lucros tributáveis, quando deva concluir que os podiam ter obtido”⁸⁶.

Os funcionários

Os funcionários são referidos por diversas vezes ao longo dos 30 anos em estudo. As referências vão desde a contratação/nomeação de novos funcionários ao aumento dos vencimentos ou à marcação de férias.

A contratação/nomeação é o assunto mais vezes referido. Em todo o período em análise verifica-se a contratação/nomeação de 17 funcionários⁸⁷. Os primeiros são aqueles que transitam das extintas ACIG e ACRV⁸⁸. Acrescente-se que a admissão carece sempre de aprovação superior, na figura do Delegado do INTP de Braga.

No sentido inverso, entenda-se demissões/despedimentos, registam-se apenas três ocorrências, curiosamente envolvendo um funcionário demitido e o seu substituto.

No final de 1957, numa reunião extraordinária, é comunicada uma acusação feita pelo funcionário, José da Costa Barreira ao Delegado do INTP de Braga, que motivou um inquérito a mando do Delegado. A nota acusatória é entregue ao Grémio pelo inquiridor e após apreciação das acusações, verifica-se “a acentuada má fé, deslealdade e deliberada falta de probidade profissional o que mereceu a maior repulsa”⁸⁹ por parte da Direção, resolvendo-se preparar a sua defesa, encarregando-se dessa tarefa, Hugo de Almeida.

O mesmo José Barreira volta a ser referido já em 1959, por se encontrar ausente há mais de dois anos sem regularizar a sua situação, sendo por isso despedido e substituído por José Manuel de Barros, já ao serviço desde Maio de 1958.

Este novo funcionário foi um funcionário problemático, vindo a ser demitido em 1963. Depois de uma primeira queixa (arquivada) em 1961, relacionada com o desaparecimento de

⁸⁶ Decreto-lei n.º 45103.

⁸⁷ Entre os funcionários contratados contam-se: cartorários, contínuos, cobradores, chefes e subchefes de serviços administrativos, chefes de secretaria, consultores jurídicos, escriturários, informadores fiscais, funcionários de secretaria e de limpeza, entre outros.

⁸⁸ Associação Comercial dos Revendedores de Vinhos e Viveres.

⁸⁹ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 211.

150\$00, Barros é despedido em 1963, na sequência de “irregularidades cometidas, cujos reflexos poderiam desprestigiar o Organismo e por ser reincidente nos actos constatados”⁹⁰.

As questões contratuais têm também algum destaque, fundamentalmente, com a definição de cauções, fianças e percentagens dos cobradores, o pagamento dos impostos profissionais dos funcionários e os descontos a efetuar para a Previdência.

A questão dos aumentos salariais é também mencionada, ocorrendo por nove vezes, a primeira das quais em 1949. Os aumentos verificam-se com maior incidência nos anos 60, sendo revistos por seis vezes nessa década.

Outra questão relacionada com os funcionários é a marcação de férias e a atribuição do respectivo subsídio, sendo que apenas na década de 1960, já em 1962, surgem referências às férias. Antes disso, em 1957, existe uma referência à concessão de 30 dias de licença ao Chefe dos Serviços, não se podendo considerar propriamente férias, já que apenas se refere àquele funcionário. A concessão de férias e do respectivo subsídio surge no seguimento de um despacho do Ministro das Corporações e Previdência Social. No entanto, a concessão dos subsídios é decidida de acordo com as condições financeiras do Organismo, pelo que nem sempre é possível atribuí-los.

Em 1946 é deliberada a aplicação ao pessoal interno em serviço do subsídio previsto nos termos do Decreto-Lei n.º 35886, que aumenta o subsídio abonado ao funcionalismo civil e militar e concede subsídios de 20 e 30 por cento, respetivamente, aos reformados e aposentados e aos pensionistas do Estado.

Existem também três referências a gratificações concedidas aos funcionários, atribuídas como recompensa pelo serviço prestado, ou por se entender que a remuneração de determinado funcionário é insuficiente.

Por último, surgem referências a assuntos distintos: compra de fardas para os funcionários (contínuos e cobradores); aquisição de uma perna artificial para um funcionário; a adoção da *semana-inglesa* pelo pessoal da Secretaria; atribuição de subsídios mensais a antigos funcionários; e a realização de descontos por parte dos cobradores para a respetiva Caixa de Previdência.

⁹⁰ *Idem*, p. 369.

Regulamentações internas

Ao longo do período em estudo são feitas várias referências a regulamentações internas do Grémio em ata, registando-se pouco mais de 60 entradas relacionadas com este tipo de questões. As referências evidenciam uma grande variedade de matérias: regulação do serviço de expediente, elaboração de regulamentos, cancelamento/assinatura de periódicos, condições para a cedência de salas do Organismo, entre outros.

Existem ainda algumas deliberações que não se ajustam à grelha criada. São apenas seis casos relativos às seguintes situações: envio de ofícios ao Presidente da Direção do Grémio da Lavoura de Guimarães a agradecer a atenção tida para com o Grémio, ao autorizar a “elaboração de trabalhos dactilográficos”⁹¹, e ao antigo Secretário, manifestando pesar pelo seu abandono; confirmação de ofício, enviado ao Ateneu Comercial do Porto, onde se pede à Direção desse organismo uma cópia dos seus Estatutos, para se estudar a possibilidade de criar uma Assembleia anexa ao Grémio “nos moldes daquele Ateneu”⁹²; voto de louvor ao Chefe dos Serviços do Grémio; homenagem ao falecido Presidente, com a colocação de uma fotografia sua na Secretaria; informação à Casa de S. Gualter sobre o aumento de quotas.

Remodelações e obras

Outro tópico com destaque, pelo número de ocorrências, é o das obras realizadas na Sede do Grémio, verificando-se 42 ocorrências nos 30 anos em estudo, com a primeira a acontecer em 1941 e a última em 1964.

São várias as áreas intervencionadas: Secretaria, fachadas, telhado, vários gabinetes, cozinhas, a instalação elétrica e até uma loja (para alugar). No total realizam-se 42 intervenções, das quais apenas 10 estão orçamentadas, representando essas 10 intervenções 109 090\$00.

Duas dessas intervenções são motivadas por acontecimentos *especiais*: a visita do Presidente da República, no âmbito das Comemorações do Milenário e do Centenário da elevação a Cidade⁹³; e a cedência de um gabinete ao núcleo campista *Aqui Nasceu Portugal*, para a realização de reuniões e receção aos campistas estrangeiros.

Ainda relacionada com a questão das obras está a contração de um empréstimo (com a intervenção do Delegado do INTP de Braga) em 1962, para o pagamento de obras no valor de

⁹¹ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 12.

⁹² *Idem*, p. 23.

⁹³ Em 1953 comemoram-se o Milenário da Fundação de Guimarães e o Primeiro Centenário da Elevação a Cidade. As comemorações têm lugar entre Junho e Agosto e contam com a presença do Presidente da República. O Grémio ofereceu, na sua sede, um banquete onde o Chefe de Estado esteve presente.

15 000\$00, inicialmente pedido ao Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga, mas que após a sua recusa, é conseguido junto da Casa do Povo de Celorico de Basto.

Aquisições/Vendas

Estão presentes também, ao longo do período em análise, várias referências a aquisições e vendas efetuadas pelo Grémio. A primeira dessas referências acontece em reunião de 20 de Novembro de 1940 e a última, em 25 de Julho de 1968. Das várias aquisições constam máquinas de escrever, uma mesa de ping-pong, mobiliário e alguns serviços (manutenção e reparação de máquinas de escrever), totalizando 23 734\$50; as vendas geraram 11 000\$00, daí constando: um lustre, cinco bilhares, e uma bomba e tubagem do poço e respetivo tanque.

Preocupações locais

Outros dos tópicos diz respeito a preocupações locais diretamente relacionadas com o raio de ação do organismo.

A ocorrência mais relevante dá-se em sessão extraordinária Agosto de 1940, onde é referida a distribuição de avisos pelo comércio da cidade, assinados pelo Presidente do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga (Secção de Guimarães), acerca do horário de trabalho para o dia cinco de Agosto.

O objetivo da reunião é a tomada de posição do Organismo face à atitude do Sindicato, considerada desleal e reconhecendo-se “uma inversão de funções que em nada prestigia a orgânica corporativa”⁹⁴, tendo-se decidido comunicar o sucedido ao Delegado distrital do INTP.

Entre os outros assuntos arrolados contam-se a nomeação dos representantes do Grémio na Comissão Reguladora do Comércio do concelho, e a aprovação dos respetivos balancetes; a presença de uma brigada de fiscalização da casa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio; reclamações dos comerciantes de Pevidém sobre a feira de domingo; a discussão de sanções, por parte da Câmara, aos agremiados com pagamentos em atraso; entre outros.

Beneficência

Entre 1940 e 1944, exceção para 1943, são atribuídos pelo Grémio subsídios, por ocasião do Natal, a antigos comerciantes e antigos membros da ACIG e também aos *pobres dos*

⁹⁴ GCCG. *Actas da Comissão ...*, fl. 14.

semanários locais. O valor dos subsídios varia entre os 60\$00 e os 300\$00, atribuindo-se nestes anos o valor total de 1535\$00, distribuídos por 16 indivíduos.

Membros diretivos

Nalgumas sessões da Direção são referidos os membros diretivos, nomeadamente, a substituição de cargos, a atribuição de licenças e pedidos de demissão. Todas estas situações se verificam escassas vezes.

A substituição de cargos acontece apenas por duas vezes: em 1941, o Tesoureiro substitui o Secretário, ausente por doença; em 1960 é o Secretário a substituir o Presidente. A concessão de licenças ocorre também por duas vezes: em Agosto de 1943, é atribuída uma licença de 15 dias ao Secretário; e logo no mês seguinte, é atribuída ao Presidente uma licença de 15 dias para tratamentos.

O caso mais relevante, e que se arrasta por algum tempo, prende-se com o pedido de demissão do Secretário, em Julho de 1968. O pedido foi recusado, no entanto, em Fevereiro do ano seguinte a situação não conhece ainda desenvolvimentos devido à recusa do Secretário demissionário em seguir as vias legais, remetendo-se a resolução do assunto para o CG.

Outros assuntos da vida associativa

Nos livros de atas há ainda espaço a assuntos relacionados com a vida associativa, apesar de não possuírem a mesma importância.

A correspondência

A correspondência (receção e envio) tem algum destaque, sendo o seu teor, como seria de esperar, variado. A primeira indicação data de 1942 e a última, de Janeiro de 1968. Convém referir, que existem outras situações de correspondência, porém, como se encontram incluídas em assuntos específicos, não estão aqui referenciadas.

Entre os assuntos presentes na correspondência encontram-se: agradecimentos (do e para o Grémio); telegramas (com felicitações e a apresentar um pedido de desculpas); pedidos (para a cedência de dependências da Sede, e para o apoio da criação de uma Delegação do Instituto de Orientação Profissional no Porto); entre outros.

O pedido para a cedência de salas é a questão que mais se repete. Em 1966 é presente uma carta de Kathleen Lynne, a pedir a cedência de uma sala para lições particulares de inglês. Porém, já em Setembro de 1953, havia sido apresentada uma petição, de Margarida Formigas, a pedir a cedência do Salão Nobre, para a realização de aulas de ginástica.

Também em 1960 são apresentados dois pedidos para a cedência de uma sala para a realização de aulas de inglês e de francês, aceitando-se “pelas vantagens que tais cursos trariam para a cidade mediante uma pequena indemnização para luz e limpeza”⁹⁵.

Deliberações

Incluem-se nesta subcategoria variadas deliberações com carácter distinto, estando presentes entre 1943 e 1965. À semelhança do que se passa com a questão da correspondência, também em relação às deliberações sucede que algumas referências se referem a assuntos específicos arrolados noutra fase do texto, estando assim inseridos nesses assuntos particulares.

Quase todas as deliberações são independentes, isto é, surgem apenas por uma vez, não tendo continuidade, exceção para apenas três casos (dois deles relacionados com problemas com vizinhos da Sede e com a receção a entidades de Santiago de Compostela).

Das restantes deliberações constam: um pedido do Grémio ao Delegado do INTP para a realização de uma *reunião familiar* na Sede; uma deslocação para cumprimentar um Delegado do INTP; a comparticipação de um programa de rádio com 3000\$00 e de uma revista com 700\$00; a cedência a um pedido de uma firma para a realização de uma *liquidação total*; entre outros.

Entre os assuntos registados, vale a pena mencionar a *saga* de umas obras realizadas por um vizinho do Grémio, reveladora talvez, da passividade do Organismo, pelo menos, nesta questão (e nesta época). Em linhas gerais, o que sucede é o seguinte: um vizinho da Sede do Grémio possui no seu prédio um cano de esgoto danificado, que prejudica as obras em curso na Sede, procurando a Direção a resolução do problema.

No entanto, a questão arrasta-se por quase um ano (Maio de 1953 a Março de 1954), sendo abordada em seis reuniões distintas, levando a vários contactos com o referido vizinho (onde se incluem ameaças envolvendo as autoridades sanitárias do concelho), que se compromete à resolução do problema e, por fim, à denúncia às autoridades sanitárias concelhias sobre o facto, acabando por não ser claro se as intenções do Grémio se cumprem.

Outra questão semelhante é referida já dez anos depois (1964), porém, resolvida de forma mais célere (possível reflexo de outro tipo de liderança).

⁹⁵ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 304.

Um vizinho da Sede constrói uma varanda sobre terrenos do Grémio, situação que a Direção rejeita, colocando ao serviço o advogado do Organismo para a resolução do problema. O advogado emite um parecer considerando ilegal a ação do vizinho, levando a Direção a enviar um documento pedindo ao mesmo a renúncia aos direitos conferidos pelo parágrafo 3.º do artigo 2305 do Código Civil, ao que o vizinho acede, concluindo a questão.

Destaque também, para a receção feita, em Guimarães, a autoridades de Santiago de Compostela, preparada em 1948. A receção no Grémio é feita de modo a corresponder à receção feita naquela cidade ao representante do Organismo, oferecendo-se, a todas as autoridades e membros da Banda Regimental de Doze de Saragoça, um *Porto de Honra*, feito às custas do Grémio.

Dois anos depois é a Secção Feminina do Sindicato Universitário de S. Tiago de Compostela que visita Guimarães, inserida numa “viagem de digressão e inter-câmbio cultural”⁹⁶, realizando-se no Grémio a sessão de boas-vindas, com a oferta de um chá “em retribuição da galharda recepção que os compostelanos têm tributado aos vimaranenses que se têm deslocado àquela cidade da Galiza”⁹⁷.

2.1.2 A relação com o Estado Corporativo e a sua política

Com base na categoria *Corporativo* é possível obter um vislumbre da relação do Grémio com a organização corporativa e, através da categoria *Política Nacional*, será visível o posicionamento do Organismo face à política do regime que o gizou. A primeira categoria centra-se nas relações do Grémio com os restantes organismos corporativos; a segunda dá conta das atitudes tomadas pelos dirigentes face a acontecimentos políticos que afetam o organismo.

Os Delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

Os Delegados do INTP, principal ligação do Grémio com a organização corporativa são referidos (isoladamente) por seis vezes, sendo que cinco dessas referências surgem na década de 1950. Grande parte das referências dizem respeito a agradecimentos, votos de felicitações e de reconhecimento.

Apenas um caso se distingue: em 1953 o Delegado “solicitava a possibilidade de conseguir-se algumas fotografias referentes à estadia do Chefe de Estado nesta cidade [Guimarães] por ocasião das comemorações do milenário de Guimarães mais propondo o

⁹⁶ GCCG. *Actas da Direção*, n.º 2..., p. 206.

⁹⁷ *Ibidem*.

mesmo que este Organismo [GCCG] lhas oferecesse depois de devidamente condicionadas em álbum”⁹⁸, acedendo-se ao pedido.

Contrato Coletivo de Trabalho

Um dos assuntos que merece destaque está relacionado com os contratos coletivos de Trabalho. No período em estudo verifica-se a assinatura de dois desses Contratos entre o Grémio e o Sindicato dos Caixeiros, em 1944 e em 1963. Ambos os contratos têm redações muito semelhantes, regulamentando sobre os funcionários no que respeita à admissão, demissão, salários, férias, etc. e as entidades patronais e as suas relações, sendo que o de 1963 está já mais desenvolvido, salvaguardando até a posição das mulheres trabalhadoras.

A primeira referência acontece em sessão extraordinária de 29 de Março de 1944, com a exposição de resultados de uma reunião entre as Direções do Grémio e da Secção de Guimarães do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga e a deliberação de convocar os representantes dos grupos de comércio, para a realização de um estudo sobre as bases do projeto.

Na reunião são declaradas discordâncias relativamente a algumas cláusulas do contrato, decidindo-se efetuar diligências para a resolução do assunto, comunicando-se essa decisão às autoridades competentes. Assim, em Julho é presente um relatório pormenorizado das diligências efetuadas pelo Presidente da Câmara junto dos comerciantes, sendo que o Contrato já havia sido aprovado superiormente em Junho entrando em vigor em Julho.

O Contrato não agrada ao Grémio e às empresas vimaranenses, originando reclamações dirigidas ao Delegado do INTP, motivadas pela definição das classes dos estabelecimentos (feita de acordo com a sua localização), e até pedidos de revisão do contrato, ainda que sem resultados.

No âmbito do contrato, o Grémio é inserido na Comissão Arbitral que supervisiona o respeito pelo mesmo. A presença na comissão não é *pacífica*.

Em 1946 o Delegado do INTP ordena a contribuição de 200\$00 “para o pagamento de dois novos funcionários encarregados de dar despacho às questões suscitadas nas Comissões Arbitrais emergentes”⁹⁹, não deixando de se manifestar “desacordo com o processo usado e o ressentimento diretivo para com este ato que considera atentatório à soberania dos Conselhos

⁹⁸ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 27.

⁹⁹ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 124.

Gerais dos Grêmios do Comércio”¹⁰⁰. No entanto, a contribuição é suspensa em poucos dias, lamentando-se “a reacção daquele departamento de Estado sobre o reparo formulado por este organismo [Grémio]”¹⁰¹.

Em 1948, o Grémio realiza um estudo para alterações ao Contrato e recebe do Delegado do INTP autorização para a revisão do mesmo. No entanto, em 1952 o Grémio é excluído da comissão pelo Delegado do INTP, provocando surpresa no Organismo. Para tentar a reinclusão é nomeada uma comissão (composta por alguns comerciantes e pelo presidente do Sindicato) para rever o Contrato de Trabalho, situação tida como de interesse para o Delegado.

Já em 1959, depois da reinclusão na comissão, a Delegação do INTP determina uma contribuição de 350\$00 do Grémio para a comissão, recusando-se essa contribuição.

No início da década de 1960 começa a ser preparado o novo Contrato. Em 1961 é apresentado o projeto do novo Contrato, discordando-se com duas cláusulas. É agendada uma reunião com a Direção e os delegados de classes, que aprovam o projeto, ainda que com alterações em quatro cláusulas.

A preparação prossegue e em 1962 é presente, para estudo, uma nova redação do Contrato, com vista à realização de uma futura reunião com o Delegado do INTP e a Direção do Sindicato Nacional dos Caixeiros. Em reunião seguinte aprova-se o Contrato pedindo-se que “a classificação dos estabelecimentos em função da contribuição fosse alterada para um qualitativo a estudar mas nunca inferior, pelo menos, ao dobro das actuais”¹⁰².

O novo Contrato é publicado no Boletim do INTP a 15 de Janeiro, entrando em vigor no mês seguinte. Mais uma vez, o Contrato origina queixas de algumas firmas sobre a interpretação de determinadas cláusulas por parte da Delegação do INTP, instigando-se as mesmas a apresentar, por escrito, sugestões para que fossem tomadas as providências julgadas necessárias e em Setembro de 1963 são comunicadas alterações a várias cláusulas do Contrato.

O Grémio integra uma vez mais a Comissão, indicando como seus representantes José Abílio Gouveia Fernandes Ribeiro e Eleutério Ramos Martins Fernandes; a presença na Comissão implica custos, no entanto, a presença nesta Comissão não é tão *atribulada* como aquando do primeiro Contrato.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 125.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 330.

Em 1964 oficia-se ao Delegado do INTP, “a comunicar a impossibilidade em aumentar o contributo para as Comissões Corporativas”¹⁰³, sendo pago no mês seguinte o que estaria em débito e em 1968, o “Presidente propôs que fosse enviada a quantia de seis mil escudos para pagamento da Contribuição do Organismo às Comissões Corporativas do Distrito de Braga”¹⁰⁴.

Em 1969, o Sindicato tem a iniciativa de promover alterações ao Contrato, através de telegrama enviado ao Grémio, que recebe a sugestão com agrado, no entanto, não foi possível apurar a conclusão da questão.

Relações corporativas

Existem também algumas referências a relações do Grémio com outros organismos corporativos. O teor dos assuntos abordados é variado, entre simples contactos a *orientações superiores*.

Dos vários contactos estabelecidos pelo Grémio contam-se: os grémios do comércio de Viana do Castelo, dos distritos de Viseu e da Guarda, de Castelo Branco, de Braga, de Bragança, da Covilhã, da Póvoa de Varzim, de Santo Tirso e de Famalicão; a Federação dos Grémios do Comércio de Braga e de Viana do Castelo; a FNAT; além de outros. O motivo dos contactos prende-se, na maior parte das vezes, com o apoio do Grémio de Guimarães a pretensões desses organismos. No caso da FNAT, os contactos são motivados por pedidos para a cedência de espaços. Os contactos com a Federação referem-se a questões relacionadas com a mesma.

Seguem algumas ilustrações. Em 1967, é presente um ofício do Grémio do Comércio de Santo Tirso, pedindo o apoio numa reunião a realizar na União dos Grémios dos Comerciantes, sobre a concorrência *des/ea/* da indústria ao comércio retalhista; em 1956, o Centro de Recreio Popular, n.º 26 da FNAT, apresenta um pedido “para a organização de festivais no jardim do Grémio, durante a época de Verão (...) pedido deferido mediante a responsabilidade do arranjo e conservação do recinto a cargo dos mesmos”¹⁰⁵; em 1968, é presente um ofício da Federação a convidar a Direção e o Chefe dos Serviços a assistir a uma reunião conjunta com os Presidentes e Chefes dos Serviços de vários Grémios com o Presidente da Corporação do Comércio, para discussão de vários assuntos de interesse para a classe.

Entre os contactos estabelecidos verificam-se também várias *orientações superiores*, relativas a legislação, a maioria das quais (9 em 13), vindas da Delegação do INTP de Braga. As

¹⁰³ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 383.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 466.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 151.

outras entidades recenseadas são: o Subsecretário/Ministro das Corporações e Previdência Social; o Chefe de Ação Social do INTP; e a Comissão de Estudo e Aperfeiçoamento do Direito Fiscal.

Entre as orientações da Delegação do INTP são abordadas diversas matérias, entre as quais: questões contratuais dos funcionários do Organismo, informações sobre os documentos de contabilidade, de fiscalização dos estabelecimentos comerciais; a obrigatoriedade de cotização para os comerciantes não agremiados e a pretensão dos armazenistas de tecidos do concelho integrarem o Grémio.

Grémio de Retalhistas de Mercearia do Norte

Nos primeiros três anos de vida do Grémio (1939-41) são feitas algumas referências ao Grémio de Retalhistas de Mercearia do Norte, doravante GRMN, especialmente motivadas por um conflito de *jurisdição* relativamente a alguns comerciantes.

Em 1939 dá-se conhecimento do DL n.º 29912, que define a inscrição de todos os estabelecimentos de mercearia do concelho no GRMN, o que origina, de imediato, a aprovação de uma representação ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência, na tentativa de minorar os efeitos dessa imposição. Sugere-se a criação de uma delegação do GRMN, afeta ao Grémio, ou a obrigatoriedade da filiação de todas as classes do comércio (à semelhança do que já acontecia com as mercearias). Ainda no mesmo ano é feita uma representação ao Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, acerca das dificuldades de filiação dos estabelecimentos não diferenciados ou mistos no GRMN, pedindo-se a manutenção desses estabelecimentos no GCCG.

O conflito mantém-se, já que em Agosto do ano seguinte é enviada uma representação ao Delegado do INTP em Braga sobre a competência do Grémio na nomeação das comissões fixadora e de reclamações de rendimento tributável, uma vez que o GRMN fazia “adjudicar a si o direito de se fazer representar nas nomeações levadas a efeito”¹⁰⁶ pela Comissão Diretiva.

No mês seguinte, o Grémio diligencia no sentido de proceder à cobrança imediata dos meses de Maio e Junho aos filiados na terceira classe no GRMN. E ainda nesse ano é decidido (em duas reuniões) “insistir com a Direcção do «Grémio dos Retalhistas de Mercearia do Norte» para que efectue a legalização das empresas de comércio mixto, indevidamente inscritas na categoria de Segunda Classe”¹⁰⁷.

¹⁰⁶ GCCG. *Actas da Comissão ...*, fl. 17.

¹⁰⁷ GCCG. *Actas da Comissão ...*, fl. 19v.

Em Novembro desse mesmo ano é aprovada uma representação ao INTP sobre: a cobrança de quotas aos negociantes coletados pelos Grupos A e C; os direitos do Grémio sobre os indevidamente classificados pelo GRMN (da qual tinha sido feita devida reclamação); a aplicação da Lei do Selo na cobrança de importância superior a 10\$00.

Em 1941, é elaborado um acordo provisório proposto pelo GRMN, tendo o Delegado do INTP de Braga “manifestado as impressões trocadas com os demais representantes dos Grémios Concelhios e o expresso desejo demonstrado em que tam delicado assunto fosse debatido na reunião a realizar em Barcelos”¹⁰⁸.

Homenagens e comemorações

São também frequentes as referências a homenagens e comemorações. Dos casos referenciados, sete dizem respeito à representação do Grémio em homenagens (a Delegados do INTP) e comemorações (dos aniversários da Revolução Nacional e da Promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional).

As comemorações do 40.º aniversário da Revolução Nacional são as mais representativas, não só pelo seu maior grau de importância, mas também pela contribuição monetária elevada que acarretam para o Grémio: 10 000\$00, das despesas distribuídas pelos vários Grémios abrangidos pela Federação dos Grémios do Comércio de Braga e Viana do Castelo; e 1150\$00 em fotos da Sede, enviadas para a delegação do INTP de Braga.

Nesta subcategoria contam-se ainda a intervenção do Presidente da Direção no II Colóquio Nacional do Trabalho, sendo a sua deslocação subsidiada com 1300\$00; e a contribuição de 500\$00 na homenagem a António Malafaia Batista.

Ainda relacionado com este tema, referências: ao envio de um ofício a Duarte do Amaral (deputado na Assembleia Nacional e grande defensor de Guimarães e seus interesses), pedindo a sua representação, em nome do Grémio, numa sessão comemorativa do 25.º aniversário da entrada de Salazar no Governo, em Lisboa, a 27 de Abril de 1953; a representação do Grémio, em Braga, para “apresentar cumprimentos ao (...) Governador Civil pelo quarto aniversário de posse”¹⁰⁹; a presença do Grémio em manifestações a prestar ao Ministro das Obras Públicas; e o

¹⁰⁸ GCCG. *Actas da Comissão ...*, fl. 22.

¹⁰⁹ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 416.

envio de um telegrama ao Ministro da Educação Nacional, felicitando-o pelo Decreto-Lei n.º 41381¹¹⁰.

A Política Nacional

Outro indicador da posição do organismo em relação ao Estado Novo advém da categoria *Política Nacional*, permitindo aferir qual a posição do Organismo relativamente aos grandes acontecimentos políticos do país e do regime.

Saudações/Felicitações

Do universo em análise destacam-se as saudações a membros governamentais, sobretudo, às figuras máximas do regime: o Presidente da República e o Presidente do Conselho (Oliveira Salazar). As saudações acontecem quer pelos aniversários das investiduras nos cargos, quer por forma de agradecimento e reconhecimento a deliberações governativas apoiadas pelo Grémio e também pela tomada de posse, no caso dos Presidentes da República.

Assim, verificamos existirem 18 casos de envio de saudações/felicitações (entre o Presidente do Conselho, o Presidente da República, o Ministro da Educação Nacional, o Governador Civil do Distrito de Braga e o Ministro da Economia), sendo que destes 18 casos, sete são dirigidas ao Presidente do Conselho¹¹¹.

As saudações enviadas aos Presidentes da República são, em número, muito próximas às enviadas a Salazar, com seis ocorrências, quase todas com felicitações relacionadas com a presença no cargo (tomadas de posse e aniversários). Apenas uma exceção, saúda-se o Presidente da República pelo “êxito obtido na sua viagem triunfal ao Brasil e calorosa receção prestada no seu regresso a Portugal”¹¹², em 1957.

Além dos casos relativos a estas duas figuras destacadas, existem mais três casos de envio de saudações, duas relacionadas com tomadas de posse, do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e da posse do Governador Civil de Braga. Por último, as felicitações ao Ministro da Economia, “pela ajuda que prestou quando das inundações de Lisboa”¹¹³, a 25 de Novembro de 1967.

¹¹⁰ Este decreto institui no ensino profissional agrícola os cursos complementares de aprendizagem, elementares de aperfeiçoamento e de formação profissional.

¹¹¹ Além das felicitações por aniversários, o outro motivo que leva ao envio de saudações a Salazar é a introdução de novos cursos na escola de ensino técnico.

¹¹² GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 201.

¹¹³ *Idem*, p. 465.

A morte de Carmona

Um assunto que merece destaque, é o falecimento do Presidente da República, Marechal Carmona, em Abril de 1951. Em reunião da Direção é comunicado o “inesperado falecimento”¹¹⁴ do Chefe de Estado. Após alguns comentários elogiosos, decidiu-se homenagear o falecido com o envio de um “convite ao comércio citadino para encerrar meias portas, em sinal de luto, até ao dia do funeral e que fossem endereçados telegramas de pêsames a (...) Presidente do Conselho, Ministro das Corporações e Previdência Social e Delegado Distrital do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência”¹¹⁵.

Ataque à soberania portuguesa na Índia

Outro tema igualmente relevante, que motiva três convocações extraordinárias (num espaço de pouco mais de quinze dias), foi o ataque da União Indiana ao território português de Dadra, em Julho de 1954.

Em sessão extraordinária de 23 de Julho, convocada precisamente por esta questão, é dado conhecimento da situação, manifestando-se a *repulsa* sentida em Guimarães pelos atos terroristas praticados, aos Ministros do Ultramar e Previdência Social, naquela que é a primeira reação do Grémio.

Imediatamente no dia seguinte, nova reunião extraordinária dedicada ao tema, com a presença da Comissão Executiva das Festas Gualterianas e de um membro da Comissão Organizadora da Marcha Gualteriana.

Da reunião resulta “que fôsem endereçadas manifestações de protesto por tão deplorável agressão (...) e de apoio incondicional da política notavelmente desenvolvida pelo Governo”¹¹⁶, informando também da suspensão dos trabalhos da Comissão das Festas Gualterianas, como forma de protesto, por 24 horas (em telegramas a enviar ao Presidente do Conselho e ao Ministro do Ultramar).

Na última reunião subordinada a esta questão, que decorre em 9 de Agosto, são apreciadas as medidas tomadas pelo Governo, nomeadamente uma “comunicação [de Salazar] ao País, sobre os legítimos direitos dos nossos territórios naquela parcela do Continente

¹¹⁴ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 232.

¹¹⁵ *Idem*, p. 233.

¹¹⁶ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 71.

Asiático”¹¹⁷, enviando-se um telegrama a Salazar, “manifestando os sentimentos de todo o comércio concelhio”¹¹⁸, apoiando-o e felicitando-o pela comunicação feita ao país.

Visita do Presidente da República do Brasil a Guimarães

Merece igualmente relevo a visita do Presidente da República do Brasil, Café Filho, a Guimarães, referida em sessão de nove de Maio de 1955. A visita realizou-se a 25 de Abril, sendo Café Filho recebido, como descreve Raúl Rocha em *Guimarães no século XX*¹¹⁹, por uma grandiosa multidão num cortejo que atravessou a cidade, com a imprensa a enaltecer a visita e a receção dos vimaranenses. A grande importância da visita leva a que seja exarado em ata um voto de gratidão e reconhecimento ao Presidente da República do Brasil, pela sua visita oficial à cidade e, ao Governo Português, por ter possibilitado tal acontecimento.

Outros assuntos da política nacional

Referência ainda para o apoio a uma iniciativa d’ *Os Josés de Portugal*, que pretende “que o dia dezanove de Março (dia de S. José) seja considerado o Dia do Pai e como tal Feriado Nacional”¹²⁰.

Assinala-se ainda a proposta, do Presidente do Grémio, para o envio de uma representação ao Ministro da Economia, relativamente a um despacho que vem permitir “o fornecimento directo de géneros armazenados aos exploradores da Indústria Hoteleira e similar”¹²¹, em 1941. O Presidente considera este despacho prejudicial ao comércio de retalho, uma vez que este veria “desviado dos seus estabelecimentos um volume considerável de transacções, como também porque constituirá larga porta e inúmeros abusos”¹²², dando azo a negócios paralelos, e como tal, pede a anulação do despacho citado.

2.2 A participação do Grémio na vida concelhia

A participação do Grémio na vida do concelho é também aspeto importante, que merece ser analisado. Para conseguir esse objetivo são indispensáveis as referências nas atas da Direcção, nomeadamente as categorias *participação na cidade e económico*.

¹¹⁷ *Idem*, p. 72.

¹¹⁸ *Idem*, p. 73.

¹¹⁹ Rocha, Raúl, *Guimarães no século XX, volume II (1940-1970)*, Guimarães: Editorial O Povo de Guimarães, 2011.

¹²⁰ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 182.

¹²¹ GCCG. *Actas da Comissão...*, fls. 27v-28.

¹²² *Idem*, fl. 28.

A ação do Organismo na economia do concelho vimaranense

A categoria *económico* aborda todas as intervenções do Grémio a nível de regulação económica na sua área de ação, o concelho de Guimarães. A esta foi acrescentada a subcategoria intitulada *apoios*, para os casos em que o Organismo apoia as pretensões de algumas firmas, sendo que se registam apenas três casos nessa subcategoria.

Apoios

Em 1940 são indicadas as firmas de Amadeu C. Penafort, Pinto & Cia., João Pinto de Figueiredo e Domingos Alves Machado & Cia. Lda., “como as prováveis interessadas à solicitação da Comissão Reguladora do Comércio de Metais”¹²³, que pedia uma lista com as firmas potencialmente interessadas em adquirir folhas de alumínio, cobre fosforoso e quaisquer outros metais ou ligas e produtos metalúrgicos.

Mais tarde é dado conhecimento de um memorandum enviado ao Grémio, pela firma Amadeu C. Penafort & Filhos, informando que iria “candidatar-se junto das *Fábricas Oliva*, (...), para a revenda de tubos e acessórios galvanizados de seu fabrico”¹²⁴, pedindo o patrocínio do Grémio nessa candidatura, patrocínio esse que é concedido, pelas “inúmeras vantagens, de que beneficia extraordinariamente o público consumidor deste Concelho”¹²⁵.

Finalmente, em 1957, é transmitido um pedido da *Imperial Chemical Industries (Export) Limited*, “para a cedência do Salão Nobre, a fim de realizar uma conferência acompanhada de uma projecção cinematográfica seguida de um copo de água”¹²⁶, para a qual seriam convidados os industriais e comerciantes do concelho.

Ambulantes e tendeiros

Uma das questões com maior destaque neste tema é, sem dúvida, o dos ambulantes e tendeiros. Este assunto é objeto de várias sessões ao longo de duas décadas (a primeira ocorrência data de Fevereiro de 1950 e a última de Junho de 1968), em todos os órgãos do Grémio.

A questão de fundo relacionada com este tema, e que se manterá sempre presente na discussão, é o da concorrência desleal que os ambulantes e tendeiros representam para o comércio retalhista estabelecido. Este sector apresenta-se bastante reivindicativo nesta questão,

¹²³ GCCG. *Actas da Comissão* ..., fl. 12v.

¹²⁴ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 109.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ *Idem*, p. 181.

e apresenta inúmeras reclamações e petições. Ao longo do tempo, como tentativa de combater este tipo de comércio, são apresentadas várias propostas para o controlo e até exclusão deste comércio, na cidade e no concelho, recorrendo-se a várias entidades oficiais, como são o caso da Câmara, da GNR, da Secção das Finanças local, da Delegação do INTP de Braga e até a particulares.

As diversas medidas propostas no âmbito de reuniões diversas com as autoridades camarárias passam por pedir à Câmara a proibição de ambulantes em períodos de encerramento dos estabelecimentos, a repressão e a proibição aos ambulantes de fora do concelho, não lhes atribuindo licença de comércio e indústria; a definição de um local fixo para o comércio ambulante, preferencialmente longe dos *centros de movimento comercial*; pedidos vários para a intensificação da fiscalização dos ambulantes; a alteração do horário dos estabelecimentos; a *moralização* do comércio ambulante.

Apesar das iniciativas e solicitações várias empreendidas pelo Grémio, a questão dos ambulantes mantém-se presente até ao final do período em estudo, deixando antever a incapacidade do Organismo, mas também das autoridades camarárias e policiais, em fazer face a este problema.

Regulamentações

São também frequentes as referências a regulamentações da atividade comercial. Presentes ao longo das três décadas (1940-60), os números crescem no período em estudo. Assim, verifica-se em 1940 uma indicação; em 1950 quatro; e na década de 1960 oito referências. As regulamentações estão relacionadas com a prática do comércio de várias categorias, nomeadamente, acerca dos produtos, dos horários dos estabelecimentos, dos preços praticados, dentro e fora do concelho, entre outros.

As questões mais referidas prendem-se com o horário dos estabelecimentos, temática que surge já na segunda metade dos anos 50.

Em sessão da AG de Abril de 1957 é aprovada uma alteração ao intervalo de descanso para almoço, das 12h-14h para as 12h30-14h30. Em das especiais não se realiza a pausa do almoço, como S. José, Santa Luzia, Quinta-Feira Santa, Ascensão e véspera de Natal, com o objetivo de fazer face à crise do comércio retalhista, provocada pela falta de poder de compra.

Em 1959, o intervalo de descanso para o almoço é novamente debatido, referindo-se o caso de Bragança que praticava um horário de inverno e um horário de verão, pedindo-se esclarecimentos ao Grémio do Comércio de Vila Real, e convidando-se o Sindicato para uma

reunião para discussão do assunto. São também debatidas as segundas-feiras de festa pedindo-se, para os operários da Marcha, a segunda-feira como dia livre e a regulação do horário dos estabelecimentos mistos e quiosques. É ainda definido um novo horário de encerramento (19h) nos dias de mercado semanal. Posteriormente é pedido ao Delegado do INTP de Braga a alteração do horário de trabalho, na altura do Natal, e a alteração da tarde de descanso da Quinta-Feira Santa, para a segunda-feira a seguir à Páscoa.

Já em 1968 é introduzida a semana-inglesa em dois grupos de comércio, *drogaria e ferragens e eletricidade/eletrodomésticos*¹²⁷, pretensão dos comerciantes de ambos os grupos.

Os preços são também alvo de regulamentações, não só no concelho, mas também no distrito. Em 1951 apela-se ao Intendente Geral dos Abastecimentos, reclamando dos preços do azeite nos vários concelhos do distrito, mas também das diferenças de preços entre os concelhos, que prejudicam Guimarães. Ainda a esta instituição é pedido, já em 1959, “um esclarecimento concreto sob a forma de os comerciantes marcarem os preços dos artigos à venda”¹²⁸.

Já na segunda metade da década de 1960 são discutidos os preços praticados no interior do concelho, em particular pelos armazenistas de tecidos, que procuram alterações nos preços e a realização de descontos. É também elaborado um estudo para a implantação de uma *Campanha do Preço Fixo*, motivada pelo desrespeito pelos preços marcados.

Relativamente aos produtos, apenas dois são referidos: o vinho e o azeite. As questões com o vinho surgem em 1946, com uma representação dirigida ao Grémio da Lavoura de Guimarães, “no sentido de ser autorizada a venda de vinhos estranhos à região, por considerar injustificado o crescente aumento que os vinhos verdes têm sofrido, da parte do produtor”¹²⁹. Mais tarde o Grémio intercede, junto do Governador Civil, pelos retalhistas dos vinhos das freguesias rurais, devido à demora na concessão de licenças especiais de *Porta Aberta*.

No caso do azeite é presente “uma exposição de António Sequeira, sobre o cancelamento da venda ambulante de azeite”¹³⁰, decidindo-se estudar o assunto junto das entidades competentes.

¹²⁷ Este grupo introduz a semana-inglesa nos meses de Verão, discutindo-se depois a sua introdução a título permanente.

¹²⁸ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 261.

¹²⁹ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 125.

¹³⁰ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 465.

Entre outras questões contam-se: a referência à concorrência de fábricas e armazenistas; um pedido para uma fiscalização mais rigorosa da classe de mercearia; e a alteração dos locais das feiras da cidade e das Taipas.

A defesa da classe

Nas atas surgem também referências à ação do Grémio na defesa da classe. A maior parte das referências (sete em 13) referem-se ao apoio do Grémio a pretensões de comerciantes ou de agremiados. São disso exemplo o apoio à contestação contra o aumento da Taxa de Turismo e das tarifas de energia elétrica. Em 1956 é dividido concelho em três zonas de turismo, impondo o pagamento do imposto de turismo a todas as freguesias, agravando as contribuições dos comerciantes de vinho, café, pastelaria e taberna. No mesmo ano são aumentadas as tarifas da eletricidade, sem que para tal a Câmara fosse consultada. Como tal, esta mostra-se contrária a esses aumentos, com reflexos graves na economia dos consumidores. A contestação do Grémio, leva a um esclarecimento do concessionário de Bernardino Jordão, que publica uma comparação com os preços nos diferentes concelhos do distrito, porém, a Empresa Industrial de Pevidém e a Elétrica de Moreira, “em luta pela manutenção das suas concessões, contestaram o esclarecimento”¹³¹. Ou o protesto sobre a concorrência desleal das cooperativas ou sobre a proibição de vendedores de uvas do Douro na cidade.

Noutras situações é o próprio Grémio a tomar a iniciativa, dirigindo-se a entidades oficiais (Presidente do Conselho, Ministros, Delegado do INTP, Câmara Municipal, entre outros) com pedidos específicos: abertura dos estabelecimentos fora dos horários previstos; exposição sobre contribuições; ou diligências para a diminuição de avenças fixadas aos retalhistas pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes. Um dos pedidos mais comuns, formulado ao Delegado do INTP, é a transferência dos dias de descanso por ocasião de festas ou datas solenes (em especial as Festas Gualterianas). Também comuns são os pedidos à Câmara Municipal para a transferência do dia de mercados e feiras.

O racionamento

O Grémio é instituído numa altura em que a economia portuguesa não produz (ou produz de forma insuficiente) muitos dos bens indispensáveis ao funcionamento e satisfação de atividades ou necessidades básicas (indústria, agricultura, alimentação, transportes, produção da energia), que tinham de ser adquiridos no exterior ou nas colónias, numa conjuntura

¹³¹ Rocha, Raúl. Guimarães..., p. 183.

internacional (guerra) em que a oferta desses bens diminui drasticamente (devido às necessidades dos países envolvidos no conflito e à retirada estratégica desses bens dos mercados). Grande parte das importações é proveniente de países envolvidos no conflito, sujeitos à economia de guerra e ao bloqueio. A oferta diminui bastante, com a sua utilização a ser fortemente condicionada pelos países beligerantes, mas não só; os países que não estavam envolvidos no conflito, cientes da importância em preservar os seus *stocks*, deixam de exportar os seus excedentes, sendo mesmo difícil manter um abastecimento regular das colónias devido às carências da frota mercante nacional e à dificuldade em fretar tonelagem estrangeira.

Em 1940 as exportações crescem, com as vendas à Alemanha e à Grã-Bretanha, pagas em francos suíços ou escudos, “abstendo-se de pagar através de fornecimento compensatório de bens de que a economia portuguesa carecesse”¹³², o que significa que se estavam a trocar produtos por dinheiro que não podia ser aplicado, uma vez que não existia oferta no mercado, ou que poderia não vir a ter qualquer valor, agravando “a pressão inflacionária e a perda de uma oportunidade excepcional de impor aos beligerantes o abastecimento correspondente de produtos vitais para o País”¹³³. Em 1941 começam esgotar-se as reservas de vários artigos, provocada pelas dificuldades e a irregularidade da importação e agravada com as limitações provocadas pelo bloqueio, levando à inflação, ao açambarcamento, ao mercado negro e contrabando, ao mesmo tempo que se dão choques no sistema de transportes terrestres, ao aparelho produtivo nacional (o industrial sobretudo) e alguns serviços públicos básicos (abastecimento de gás e eletricidade), levando à imposição do racionamento pouco tempo depois.

O racionamento é também abordado pelo Grémio, na década de 1940, ainda que com poucas ocorrências. O racionamento é consequência da II Guerra Mundial e apesar de Portugal ter optado pela neutralidade, os efeitos do conflito fizeram-se sentir na economia nacional com violência, levando o Estado a reagir com políticas económicas típicas de uma *economia de guerra*; a principal preocupação do regime nesta conjuntura, segundo Rosas, é assegurar a sua estabilidade e sobrevivência.

A partir de meados de 1941 acentua-se a escassez de géneros essenciais e a inflação aumenta consideravelmente, provocando uma crise de fome que “atingiu largas camadas da

¹³² Rosas, Fernando, “O Estado Novo” ..., p. 325.

¹³³ *Idem*.

população com grande incidência em Guimarães”¹³⁴. A escassez de géneros, aliada à pressão inflacionista impõe o racionamento, que começa a funcionar, efetivamente, no final de 1943.

Os serviços de racionamento são instalados no Grémio, vindo a ser transferidos para uma dependência independente da Secretaria, “para obstar à aglomeração de serviços já verificada”¹³⁵.

A primeira situação decorre em 1941, no seguimento de uma representação dos Industriais de Padaria da cidade e concelho, levando o Presidente a reunir com o Presidente da Câmara, “no sentido de assegurar o abastecimento de cereal (...), sendo-lhe prometida a devida interferência junto do Governo Civil para que a falta fosse suprida com milho colonial, garantindo-se assim a requerida estabilidade de preço”¹³⁶, já que faltava o milho no concelho, vendido a preços demasiado altos no mercado negro. Além do milho escasseavam outros cereais, carnes, açúcar, bacalhau, combustíveis, e até a lenha para o aquecimento.

O racionamento manteve-se até muito depois da guerra. A última referência em ata dá-se em 1948, com a decisão de alguns membros diretivos reunirem com o Delegado concelhio da Intendência Geral dos Abastecimentos, transmitindo-lhe “do descontentamento manifestado pela classe dos negociantes de mercearia sobre a maneira como foram distribuídas as cartas de racionamento para o segundo semestre”¹³⁷.

Intervenção na vida social concelhia

Além da intervenção no sector económico, o Grémio teve uma forte presença na vertente cultural vimaranense e foi também um agente reivindicador do progresso do concelho. De todas as subcategorias relativas a estes aspetos da intervenção do Organismo no concelho, a que tem mais relevância é aquela relativa ao lado recreativo do Grémio, representando 49% do total das quatro subcategorias. Em seguida, surge a subcategoria “relações”, representando 22% e depois as restantes subcategorias com percentagens de 17% e 12% (melhoramentos e oficial, respetivamente).

¹³⁴ Rocha, Raúl. *Guimarães...*, p. 27.

¹³⁵ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 23.

¹³⁶ GCCG. *Actas da Comissão...*, fl. 26v.

¹³⁷ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 154.

As Festas Gualterianas

Em relação à primeira subcategoria, “lúdico”, os tópicos relacionados com as Festas da Cidade são os que recebem maior destaque. Das 80 entradas nesta subcategoria, 44 estão relacionadas com as Festas Gualterianas.

As Festas Gualterianas e da Cidade são revitalizadas em 1906, pela ACIG, vindo a constituir uma das tradições da cidade. Aquando da instituição do Grémio, a organização das Festas está a cargo de uma Comissão Organizadora, a que o Organismo apoia.

No entanto, o Grémio foi responsável pela organização das Festas em alguns anos, pelo menos em 1954, 1956 e 1959. Foi o principal dinamizador deste evento, nos finais dos anos 50, Abílio Gouveia, Presidente da Direção entre 1959-61 e 1967-69 (e também dirigente do Vitória e produtor de um programa de rádio). O convite a solicitar a organização das Festas era realizado pela Câmara, sendo aceite todas as vezes que tem lugar. Apenas em 1954 houve necessidade de realizar uma reunião com representantes da Câmara para conseguir apoios à realização das Festas (contribuindo o município com um subsídio no valor de 100 000\$00 e os veículos necessários). 1959 foi mesmo o último ano em que o Grémio esteve à frente das Festas. No entanto, nunca deixou de prestar apoio à organização das mesmas, integrando, ocasionalmente, a Comissão de Honra.

Em 1964 a organização fica a cargo da associação Convívio, que pede ao Grémio a organização de um Concurso de Montras (questão mais presente em atas relativamente às Festas). O Concurso tem um enorme sucesso, vindo a realizar-se anualmente a partir de 1964. O Grémio contribui com os prémios, realizando também a entrega dos mesmos, a que se seguia uma merenda para a qual são convidados os premiados, os membros do júri e a imprensa.

Ao longo dos anos o Grémio contribui também para as Festas, sob a forma de subsídios ou cedendo espaços a ser utilizados pela Comissão ou para atos solenes. Documentados em ata estão contabilizados quatro subsídios, no valor de 5000\$00 e a atribuição de uma taça para um concurso de cinema amador. É ainda cedida uma sala para servir de Secretaria à Comissão das Festas, em 1949 realiza-se na Sede a receção solene da Banda da GNR de Lisboa e em 1967 dá-se autorização à Comissão para hastear a bandeira e colocar a gambiarra na fachada da Sede.

Cedência de espaços

Após a questão das Festas da Cidade, o assunto com mais peso é o da cedência de espaços do Grémio para a realização de eventos culturais ou desportivos. Ao longo do período

em estudo são cedidos espaços para: oito exposições de pintura; sete conferências; dois eventos desportivos e dois chãs-dançantes.

A instituição com mais pedidos é o Grupo Desportivo Francisco de Holanda (a quem é também cedida a mesa de ping-pong do organismo). É também a este grupo que são impostas as únicas condições para a cedência de um espaço: em 1961 é pedida a utilização do quintal do Grémio, para instalação de um campo de jogos para a prática de *desportos pobres*.

O pedido é aceite, mas não sem a imposição de condições, nomeadamente, a utilização exclusiva do espaço para o fim proposto, “ficando esta Direcção com o direito de anular tal concessão se verificar factos estranhos à prática das modalidades previstas”¹³⁸, o pagamento de uma renda mensal de 150\$00 ao longo dos cinco anos seguintes (após os quais a Direcção resolveria novos termos), a não realização de obras sem o consentimento da Direcção, e livre acesso aos Corpos Diretivos do Grémio. Permitindo-se a utilização, provisoriamente, de uma das lojas como arrecadação.

Eventos próprios

O Grémio dinamiza três eventos ao longo do período em estudo, sendo que um desses eventos não chega sequer a realizar-se. Acontecem duas conferências, uma das quais, subordinada à indústria têxtil algodoeira, que regista grande afluência de comerciantes e industriais¹³⁹.

O Grémio tenta ainda impulsionar as Comemorações da Fundação do Milenário do Mosteiro da Mumadona. Consegue organizar uma conferência a ser incluída no programa, porém, quando reúne com as *forças vivas da cidade*, estas não mostram interesse em alongar as comemorações para além da conferência agendada pelo Grémio, acabando por levar ao cancelamento das mesmas.

Outras situações

Além destas questões, registam-se alguns tópicos com muito pouca relevância onde se contam: a representação do Grémio numa Peregrinação à Penha; a solicitação “ao Ministério da Guerra a assistência duma Comissão de Remonta”¹⁴⁰ nas Feiras Francas de 1946; o embandeiramento da Sede e a representação da Direcção nos atos do programa da visita da

¹³⁸ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 324.

¹³⁹ A conferência foi proferida por Armando Carneiro, Director do Gabinete de Estudos Sociais e Corporativos, que se encontrava numa polémica com o Presidente da Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, sobre a crise do têxtil.

¹⁴⁰ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 211.

Virgem Peregrina de Fátima em 1956; e a representação do Organismo na Procissão das Endoenças, a convite da Santa Casa da Misericórdia.

Melhoramentos

Outra das subcategorias criadas foi intitulada “melhoramentos”, que regista 17% (26 entradas) do total da categoria “participação na cidade”. Esta subcategoria diz respeito à intervenção do Organismo na tentativa de melhoramentos no concelho. Referências a este tópico encontram-se em todas as décadas em análise, ocorrendo a primeira em Outubro de 1939 e a última em Fevereiro de 1969.

Guimarães recebeu, no início dos anos 40, várias obras de relevo com comparticipação estatal, consequência das festas *centenárias* que se realizaram na cidade e da proximidade ao poder do Estado. De acordo com Maria José Marinho de Queirós Meireles, na sua dissertação de mestrado, *Permanência e inovação na cidade de Guimarães*¹⁴¹, após a sua consolidação o regime lança um programa de restauro dos monumentos, apenas pelo seu carácter histórico e pela alusão dos feitos portugueses, o que influencia o critério dos edifícios a restaurar e os métodos de restauro já que se procura repor o estilo primitivo dos edifícios, refletindo o período histórico com que se identificam, daí a preponderância que Guimarães tem para o regime.

Depois do investimento inicial em 1940, Guimarães estagnou e são as vilas de Vizela e Taipas que conhecem o progresso, com a construção de novos equipamentos desportivos (parque de jogos, piscina, ringue de patinagem, campo de ténis) e os avanço da urbanização, graças ao turismo termal das duas vilas, que as tornam muito procuradas.

As situações mais comuns, relativamente aos *melhoramentos*, surgem na forma de pedidos formulados pelo Grémio a diferentes entidades (Presidente do Conselho, Ministros, Serviço dos Correios, Telégrafos e Telefones, entre outros) com o objetivo de conseguir melhoramentos nas infraestruturas do concelho, ou na criação de novos edifícios públicos.

Uma das entidades que recebe mais pedidos por parte do Grémio é a Administração dos Correios, Telégrafos e Telefones. Os pedidos relacionam-se diretamente com os serviços prestados por essa entidade, nomeadamente: a mudança de um marco do correio; a alteração da coordenação das listas de telefones; a substituição do meio de transporte das malas de

¹⁴¹ Meireles, Maria José Marinho de Queirós, *O património urbano de Guimarães no contexto da idade contemporânea (Séc. XIX-XX): permanências e alterações*, Braga: [s.n.], 2000. Dissertação mestrado, Arqueologia Urbana, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2000.

correio entre a estação dos correios e a estação dos caminhos-de-ferro; ou a instalação de telefones. Curiosamente, os contactos com esta entidade acabam em 1949.

Também os transportes são visados, em especial os caminhos-de-ferro, surgindo ainda referência às carreiras rodoviárias, através de pedidos para a melhoria da Estação dos comboios, a alteração de horários e o pedido de mais carreiras.

O Grémio emite também agradecimentos ao Presidente do Conselho e a vários ministros após decisões favoráveis à cidade, como a implantação do Regimento de Cavalaria 6 ou a aprovação do projeto do Palácio da Justiça de Guimarães, duas grandes reivindicações da cidade. Desde o desaparecimento do Regimento de Infantaria 20, em 1927, que a cidade ambicionava a presença de nova representação do exército e com o anúncio da instalação do RC6 em Guimarães, em plenas Gualterianas, a euforia foi muita. No entanto, o RC6 apenas saíra do Porto em 1979, e com destino a Braga. Já a construção do Palácio da Justiça iniciou-se em 28 de Maio de 1955 (data simbólica para o regime) com música e foguetes. O início das obras só foi possível com a comparticipação de 1500 contos por parte do Governo.

Noutros casos o próprio Grémio intervém diretamente, quer subscrevendo petições, quer contribuindo com somas monetárias (caso do envio de 200\$00 à Comissão de Angariação de Fundos para as obras de urbanização da Capela de S. Jorge).

Oficial

Outras das subcategorias “oficial”, regista 20 entradas, mais frequentes durante a década de 1960. A maioria das entradas é relativa à representação do Organismo em sessões solenes (receções, comemorações, homenagens) com a participação de entidades oficiais, Ministros, Subsecretários e Delegados. Contam-se também saudações, por aniversários no cargo ou nomeações.

A iluminação natalícia da cidade está na origem de alguns contactos entre o Grémio e a Câmara, procurando o organismo a cedência gratuita da energia elétrica por parte do município, pretensão de resto atendida.

Nas décadas de 1940 e 1950 são também referidas as nomeações dos membros representativos do Grémio no Conselho Municipal que, regra geral, recaem no Presidente da Direção.

Relações

Finalmente, a última categoria “relações” foi dividida em subcategorias, “associativas”, “oficiais” e “entidades vimaranenses”. Os valores destas subcategorias estão relativamente próximos, obtendo destaque a “entidades vimaranenses”, pois representa 47% do total das três subcategorias, com 17 registos.

Das relações associativas contam-se apenas oito casos, a maioria (cinco) relativa à oferta de dois livros aos filhos dos associados da Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense com melhor classificação escolar.

As relações oficiais têm como principal interveniente a Câmara Municipal, referida por sete vezes (em 11 ocorrências). Os tópicos são variados: pedido para que interceda junto do Delegado do INTP para a reabertura das padarias; agradecimento pela escolha da Sede do Grémio para receção ao Presidente da República; ou a marcação de uma reunião com o Presidente do município para "com ele instar no sentido de serem reembolsados com a maior brevidade possível às importâncias"¹⁴² adiantadas pelo Grémio, para o pagamento de várias obras que a Câmara pediu que se realizassem, aquando da receção ao Presidente da República na sua visita oficial à cidade.

As relações com diversas entidades da cidade circunscrevem-se quase por completo à cedência de espaços da Sede (salas ou Salão Nobre) para a realização de reuniões, comemorações, ou atos solenes. São várias as entidades que contactam o Grémio nesse sentido: o Diretor do Notícias de Guimarães; a firma Curtumes da Caldeiroa Lda.; ou indivíduos em particular.

Registam-se apenas duas exceções, nomeadamente, um convite da firma Bernardino Jordão, Filhos & Cia. Lda. para a representação do Organismo na festa do seu 50.º aniversário e um ofício do Desportivo Francisco de Holanda a comunicar ter sido exarado em ata um voto de louvor ao Grémio.

Os votos de pesar

A categoria “Votos de pesar” foi também subdividida, resultando no seguinte *quadro*: a subcategoria que contempla um maior número de ocorrências, como seria de prever, é “Votos de pesar – associativa” com 81% (25) das entradas ao longo dos 30 anos em análise, valor

¹⁴² GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 22.

bastante superior ao das restantes subcategorias com percentagens de 16% e 3% (5 e 1 entradas, respetivamente).

Na subcategoria “associativo” estão presentes os votos de pesar por sócios, membros diretivos e familiares de ambos.

A análise dos casos relatados em ata deixa clara uma diferença de tratamento em relação à posição das pessoas visadas. Ainda assim, mesmo com níveis semelhantes (em relação ao Grémio ou à ACIG) nem sempre existe uma concordância nas medidas tomadas, pois o peso do indivíduo na cidade dita o tipo de homenagens que lhe são consignadas.

Vejamos dois exemplos: em Novembro de 1952 falece um antigo Presidente da ACIG, motivando uma sessão extraordinária, onde é feito um elogio ao falecido pelas suas ações a favor da cidade e pelo seu trabalho na ACIG, deliberando-se que a Direção “se fizesse representar em todos os actos fúnebres e acedesse a que o cadáver permanecesse no dia do funeral em câmara ardente no salão nobre (...) satisfazendo assim o desejo da Comissão Executiva das Festas da Cidade”¹⁴³. É feito um minuto de silêncio e delibera-se a colocação da bandeira da Sede a meia haste e o fecho de meia porta e ainda “pedir ao comércio local o encerramento (...) de meia porta e convidar o mesmo comércio a fazer-se representar no funeral”¹⁴⁴, dando-se conhecimento das deliberações à família do falecido e à firma Bento dos Santos Costa & Cia. Lda..

Em 1957 falece o Presidente em exercício da Direção, António Emílio Ribeiro¹⁴⁵. Em sessão extraordinária é deliberado “exarar um voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento; associar-se a todas as manifestações fúnebres (...); encerrar os serviços durante três dias; encerrar a Sede até ao sétimo dia, e conservar a bandeira a meia haste”¹⁴⁶, propondo que se desse conhecimento destas resoluções à família.

Um pouco inexplicavelmente, a morte de um antigo presidente da extinta associação recebe mais honras por parte do Grémio do que o falecimento de um presidente em exercício, reflexo de que a posição social dos falecidos pesava na hora de apresentar as condolências.

Já na subcategoria “oficial” nota-se uma menor diferença na apresentação das condolências. Em todos os casos é comum a comunicação aos familiares dos defuntos, dando

¹⁴³ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., p. 280.

¹⁴⁴ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 2..., pp. 280-281.

¹⁴⁵ António Emílio Ribeiro presidia também à comissão das Festas Gualterianas. O seu falecimento colocou em risco a realização das Festas de 1957, que ainda assim se conseguiram realizar. Porém, no ano seguinte, as Festas foram suspensas.

¹⁴⁶ GCCG. *Actas da Direcção*, n.º 3..., p. 195.

conta das deliberações tomadas em ata e apresentando as condolências. Em dois dos cinco casos é colocada a bandeira a meia haste e também em dois casos é feita a representação do Grémio nas cerimónias fúnebres.

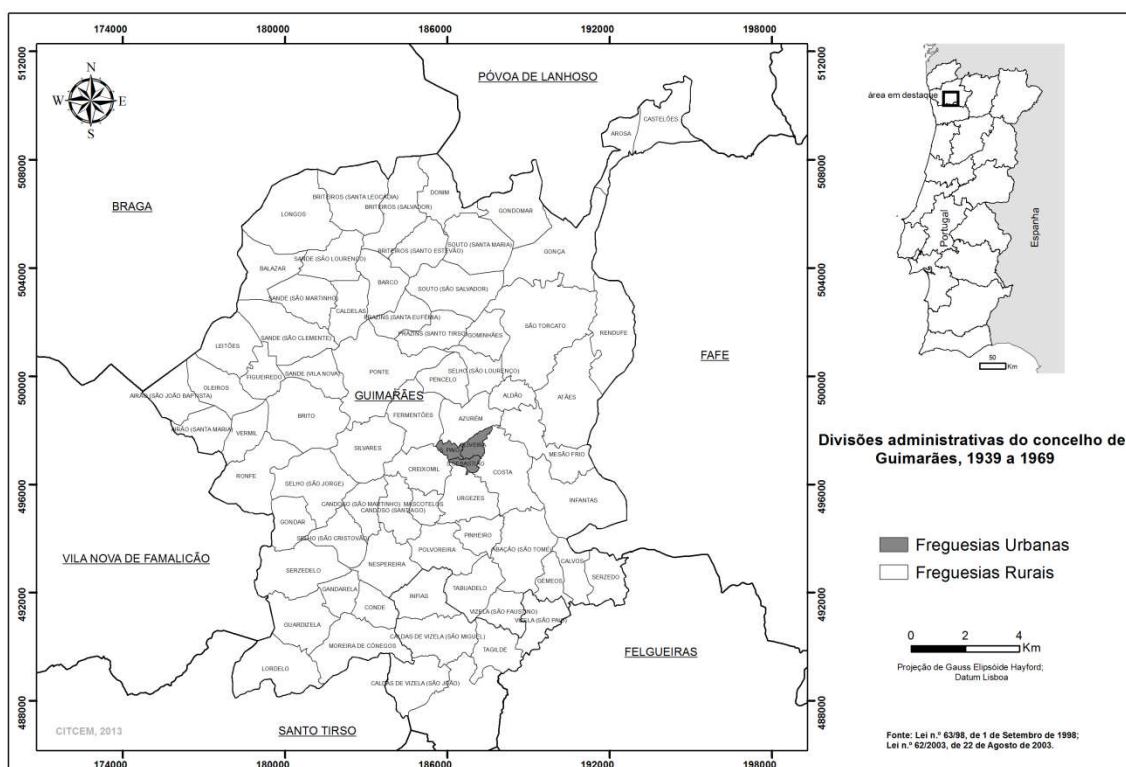
A última subcategoria conta apenas com um caso, devido à falta de informação do visado. Trata-se de um telegrama enviado a Gaspar Gomes Alves, apresentando condolências pelo falecimento do seu irmão.

Capítulo III: O tecido comercial do concelho a partir dos livros de registos

3.1 Enquadramento geográfico: a cidade e o concelho

O concelho de Guimarães no período em estudo (1939-1969), que corresponde à área administrativa abrangida pelo GCCG, compreende um total de 73 freguesias, e uma área aproximada de 256,05 km² (dos quais apenas cerca de 1,43 km² correspondem a área urbana), existindo três freguesias urbanas e 70 rurais¹⁴⁷.

Mapa I – Mapa do concelho de Guimarães entre 1939 e 1970



Em relação à demografia do concelho, estão referenciados quatro marcos cronológicos, decorrentes dos recenseamentos da população (1940, 50, 60 e 1970) e do período em estudo, 1939 – 1969, que servem de base à análise da realidade populacional vimaranense da época.

O *Quadro I – População residente segundo os recenseamentos da população*, descreve o número total de habitantes do concelho ao longo dos quatro recenseamentos realizados,

¹⁴⁷ A Lei n.º 63/98, de 1 de Setembro de 1998, cria o concelho de Vizela, que absorve cinco freguesias nomeadamente, São João das Caldas de Vizela, São Miguel das Caldas de Vizela, São Paio de Vizela, Infias e Tagilde que, à época em estudo, se encontram integradas no concelho de Guimarães.

contando-se também as populações rurais e urbanas, fator distintivo aquando da cotização do Grémio do Comércio e que, por essa razão, ganha grande relevo no seio da investigação.

Quadro I – População residente no concelho de Guimarães segundo os recenseamentos da população, 1940-1970

Meio	Residentes				
	1940	1950	1960	1970	Total
Rural	70784	85083	104363	112066	372296
Urbano	11336	11981	11909	10653	45879
Total	82120	97064	116272	122719	418175

Fonte: Recenseamentos gerais da população, disponíveis online em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

A análise do quadro permite constatar o aumento gradual da população vimaranense entre 1940 e 1970, partindo de uma população de 82120 habitantes para atingir os 122719 em apenas 30 anos, a um ritmo de crescimento acelerado nas duas primeiras décadas, que diminui consideravelmente entre 1960 e 1970, mas sem nunca deixar de se registar crescimento.

Em 1960 são definidos novos limites para a área urbana, substituindo os que se encontravam em vigor desde 1913. Assim, os novos limites passam a incluir parte das freguesias de Azurém, Aldão, Mesão Frio, Costa, Urgezes, Creixomil e Fermentões, constando estes já do recenseamento de 1960, que regista 116272 habitantes no concelho, o 4.º mais populoso do país. Segundo Raúl Rocha, a população urbana em 1960 cifra-se nos 23229 habitantes, 20% da população concelhia, insuficiente para a classificação de centro urbano.

O número de famílias do concelho sofre também um significativo aumento neste período, ainda que de forma menos visível. Entre 1940 e 1970 surgem 7470 novas famílias, passando-se de 16869 famílias em 1940 para 24339 em 1970. Também as habitações aumentam progressivamente, sendo que nos primeiros censos existem 15236 fogos e em 1970 esse número quase duplica para os 27087.

O crescimento da população vimaranense entre 1940 e 1970 (que acompanha a tendência nacional pelo menos até aos anos 60) surge enquadrado no aumento populacional português verificado nas duas décadas anteriores, consequência, segundo Fernando Rosas, de uma série de condições favoráveis: melhoria das condições higiénico-sanitárias e de vida em

geral; quebra de mortalidade; aumento da taxa de nupcialidade (associada a uma diminuição da idade média do casamento, que levou ao aumento do período de vida fértil das mulheres); diminuição da emigração.

“A sociedade portuguesa do primeiro pós-guerra parecia ter abandonado definitivamente (...) o padrão demográfico pré-industrial”¹⁴⁸. No entanto, esse aumento populacional tem consequências económicas e sociais negativas: taxa de mortalidade infantil muito elevada; diarreias e enterites como principais causas de morte (reflexo das deficiências da situação alimentar); esperança média de vida muito baixa; elevada taxa de analfabetismo.

O crescimento da população, no contexto económico e social da época, tornou-se assim num grave problema, pois existia população em excesso “relativamente às capacidades existentes de produzir riqueza e oferecer trabalho”¹⁴⁹, sobretudo no meio rural (originando péssimas condições de vida e a fuga para as cidades), tornando-se essencial a absorção dessa população em excesso, quer pela modernização da agricultura, quer pelo desenvolvimento industrial, anulando os perigos e tensões que poderiam surgir, questão central do reformismo agrário e do industrialismo.

Na década de 1950 a sociedade portuguesa dá então início a um profundo processo de mudança estrutural, apesar dos poderosos fatores sociais e políticos de resistência que condicionam de forma negativa o ritmo e o alcance das transformações modernizadoras. Porém, “difícilmente, o mundo económico e social herdado dos anos 30 e 40 começava a desaparecer”¹⁵⁰.

Até ao início dos anos 1960 a população portuguesa continua a aumentar, ainda que a um ritmo mais baixo, com a desaceleração a agravar-se nessa década. A população diminui em números absolutos, revelando uma taxa de crescimento anual negativa (mais visível no interior, sobretudo nos meios rurais e pouco urbanizados), numa década fortemente marcada pelas guerras coloniais, e pela procura de mão-de-obra na Europa, que levou a uma forte emigração¹⁵¹.

¹⁴⁸ Rosas, Fernando, “O Estado Novo” ..., p. 22.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 24.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 419.

¹⁵¹ A emigração portuguesa do segundo pós-guerra é marcada por dois pontos altos: o primeiro dá-se entre 1955-56, com o Brasil como principal destino; o segundo, marcado pelo peso das saídas clandestinas, tem início entre 1963-64, com a Europa como principal destino, e mantém-se até 1973-74, altura em que a crise económica europeia abranda a procura de mão-de-obra não especializada dos países periféricos. As regiões mais afetadas pela emigração são o Norte (com a Europa a constituir o principal destino) e as ilhas. A emigração portuguesa é esmagadoramente masculina, com uma faixa etária jovem e ativa (entre os 15 e os 44 anos), composta por assalariados, pequenos agricultores e trabalhadores familiares que constituíam o sector primário.

Apesar disso, o concelho de Guimarães contraria a tendência nacional, registando um crescimento populacional de cerca de 5% entre 1960 e 1970.

A nível demográfico, numa análise rápida, parece claro o domínio do meio rural face ao meio urbano, já que o primeiro alberga um número consideravelmente maior de residentes, famílias e até fogos. Senão vejamos: em 1940 existem, no meio rural, 70784 residentes, 14624 famílias e 13682 fogos; nesse mesmo ano, no meio urbano existem apenas, 11336 residentes, 2245 famílias e 1554 fogos, uma pequena fração do que representa o meio rural (14% dos residentes, 13% das famílias e 10% dos fogos).

A *supremacia* do meio rural mantém-se ao longo dos quatro censos da população analisados, sendo que em 1970, o meio urbano regista até uma quebra significativa, caindo o número de residentes para valores inferiores aos registados em 1940. Já o meio rural aumenta o número dos seus residentes em 58%, num período de apenas 30 anos (passando dos 70784 residentes em 1940, para os 112066 em 1970). No entanto, esta informação acaba por ser algo inconclusiva, já que a área que os dois meios ocupam é, como já foi referido, muito desigual. Como tal, torna-se necessária uma análise das densidades nos dois meios, para uma melhor compreensão destes números, expressos no quadro II e também no mapa II:

Quadro II – Distribuição da população do concelho de Guimarães por meio rural e urbano, segundo os recenseamentos da população, 1940-1970

Meio	Residentes				Área (km ²)
	1940	1950	1960	1970	
Rural	70784	85083	104363	112066	254,62
Densidade	277,9	334,156	409,8	440,1	
Urbano	11336	11981	11909	10653	1,43
Densidade	7927,2	8378,3	8327,9	7449,6	
Total	82120	97064	116272	122719	256,05

Meio	Famílias				Fogos		Área (km ²)
	1940	1950	1960	1970	1940	1970	
Rural	14624	17394	21700	22047	13682	24626	254,62
Densidade	57,4	68,3	85,2	86,5	53,7	96,7	
Urbano	2245	2434	2624	2292	1554	2461	1,43
Densidade	1569,9	1702	1834,9	1602,7	1086,7	1720,9	
Total	16869	19828	24324	24339	15236	27087	256,05

Fonte: Recenseamentos gerais da população, disponíveis online em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes

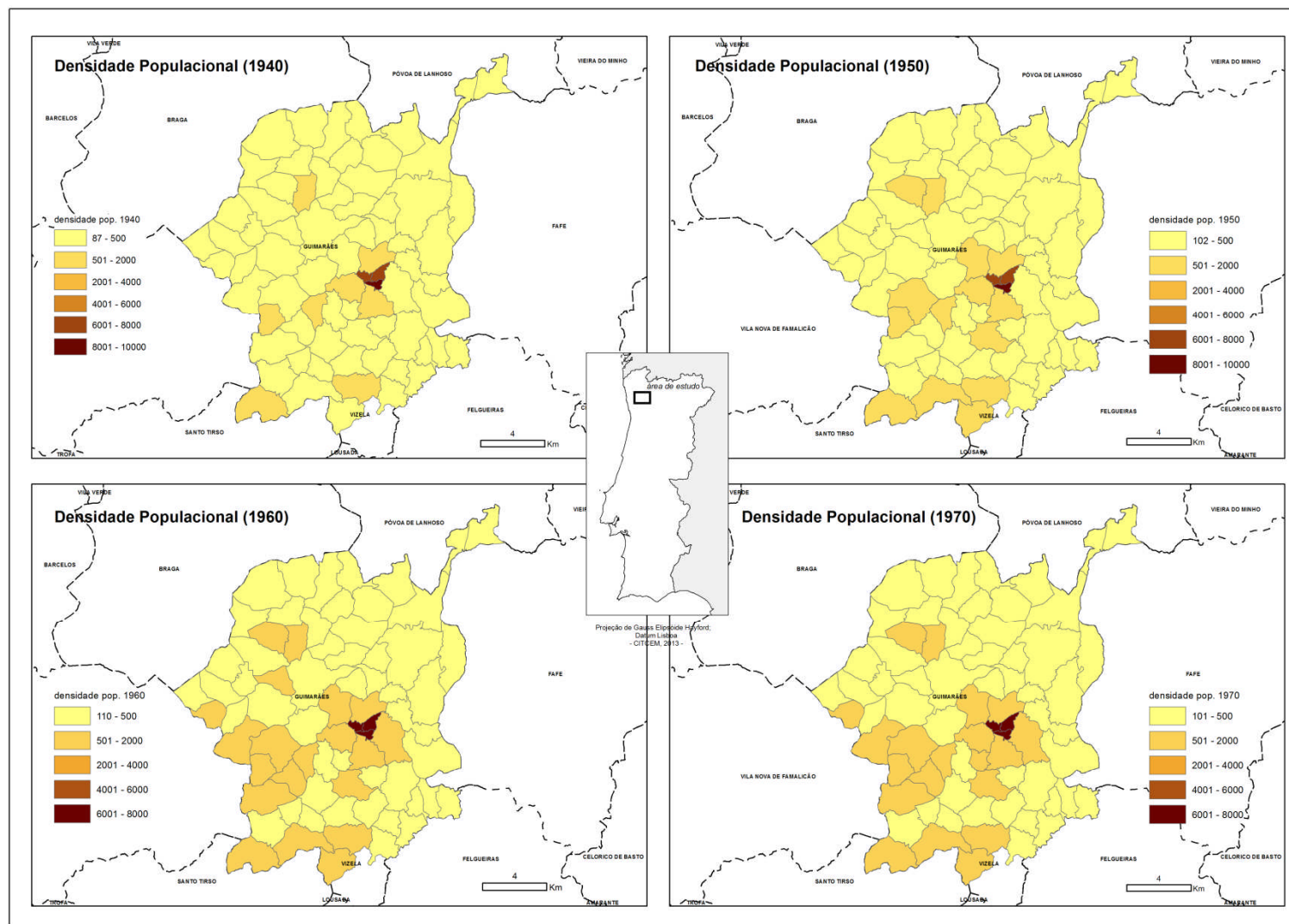
Com a análise da densidade (quadro II e mapa II), o panorama que se desenha torna-se muito distinto. De imediato, o meio urbano ganha uma enorme proeminência face ao meio rural, com taxas de densidade imensamente superior a todos os níveis (residentes, famílias e fogos), e essa discrepância face aos números absolutos torna-se ainda mais visível quando calculadas as percentagens. Em 1940, o meio rural regista 70784 habitantes, com uma densidade populacional de 277,9 hab/km²; o meio urbano conta 11336 habitantes, a uma densidade de 7927,2 hab/km². Convertendo estes números em percentagens, o meio rural representa 82% de todos os habitantes do concelho; já a taxa de densidade populacional cifra-se nos 97% – 3%, a favor do meio urbano, tendência que é, de resto, seguida em relação às famílias e aos fogos do concelho. Assim, o que se verifica é que, apesar do grande número de habitantes, famílias e fogos inseridos no meio rural, a área que este meio abrange, torna muito dispersa a sua ocupação. Ao invés, o meio urbano, pela sua área diminuta, proporciona uma ocupação muito concentrada, apesar de possuir muito menos residentes.

O mapa II ilustra a densidade populacional de cada freguesia nos diferentes recenseamentos. Desde logo é evidente a estagnação da maior parte das freguesias vimaranenses. As freguesias situadas no centro urbano mantêm-se como aquelas com os maiores níveis de densidade populacional, porém com ligeiras alterações.

Entre 1940 e 1950 a freguesia com a maior densidade populacional é S. Sebastião com valores a rondar os dez mil residentes. As freguesias de S. Paio e Oliveira do Castelo apresentam uma densidade populacional entre os 6000 e os 8000 residentes, que de resto vão manter até aos censos de 1970. A freguesia de S. Sebastião vai, em 1960 e 1970, perder população atingindo os valores registados pelas outras freguesias urbanas.

Já das freguesias rurais, destacam-se aquelas que se localizam na periferia da cidade e das vilas do concelho, Pevidém, Caldas das Taipas e Vizela, com uma densidade populacional a rondar os 2000 – 4000 residentes, verificando-se um crescimento gradual, isto é, partindo das freguesias mais próximas desses centros em 1940, alastrando-se às freguesias circundantes até 1970. O aumento da densidade populacional é mais incidente na zona sudoeste, onde se localizam as vilas concelhias. As restantes freguesias apresentam uma densidade populacional nunca superior aos 500 residentes.

Mapa II – Densidade populacional segundo os recenseamentos da população, 1940-1970



Importa, no seguimento destes números, referir as taxas de urbanização do país na época em estudo. Durante a primeira metade do século XX as taxas de urbanização eram muito baixas (em 1930, cerca de 80% da população vivia fora dos centros urbanos), ainda assim, regista-se uma progressão constante. Nas décadas de 60 e 70 dá-se uma explosão urbana, acompanhando e absorvendo parcialmente o êxodo rural e em 1970, 77% da população portuguesa estava já nos centros urbanos e cerca de 47% em centros urbanos com 10 000 ou mais habitantes.

3.2 Procedimentos metodológicos na reconstituição do universo dos sócios

A reconstituição do movimento de sócios apresentou-se uma operação mais complexa do que à partida esperávamos. A dispersão dos livros de registo de sócios justifica parcialmente esta situação. De facto, no período em análise confrontamo-nos com a existência de duas fontes: os livros de registo de sócios, que abrangem todo o período em estudo (1940-69); e os livros do registo das quotizações, com informações dos anos entre 1940 e 1959.

Por sua vez, a exploração e o cruzamento esperado com outras fontes, concretamente a quotização, evidenciou que o número de sócios efetivos ou registado como tal não correspondia ao universo total dos arrolados no pagamento das quotas. Após uma análise dos Estatutos do Grémio, e com base no artigo 3.º que define que este “representa todos os elementos que o constituem, quer estejam ou não nele inscritos”¹⁵², fomos assim levados a criar uma distinção entre os sócios efetivos e os “não inscritos”. Os primeiros, os sócios efetivos, correspondem àqueles que satisfazem os requisitos estatutários adstritos a essa categoria e que se encontram registados nos respetivos livros – registo aliás confirmado pela ata da reunião de aprovação dos sócios (Atas da Direção). Os “não inscritos” são aqueles que não se encontram recenseados como sócios efetivos na documentação a que tivemos acesso, mas que figuram exclusivamente nos livros de registo do pagamento das quotas.

Vale a pena esclarecer que optamos por criar esta distinção uma vez concluído que se tratavam de facto de indivíduos ou firmas não arroladas na demais documentação consultada, como se depreende da análise dos procedimentos metodológicos seguidos na exploração e tratamento documental que apresentamos em seguida.

¹⁵² GCCG. *Estatutos*, p. 6.

Figura I – Folha de livro de registo de sócios

N.º do Sócio	NOME	DOMICÍLIO		Ramo de Comércio	Data de Inscrição			Data de Exclusão			Observações
		Rua ou Lugar	Freguesia		Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano	
386	Amantino de Lha Achado	Pda Republica	baldo d'Anjoel	luzes de ferro, barro							
387	Amantino Pereira	Agua de Barco	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela, mela							
388	Amantino Bolado	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
389	Amantino de Lha Amantino	Lagoa	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
390	Amantino Bolado	Amal	Agua	sucos, mela, mela							
391	Amantino Bolado	Agua	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
392	Amantino Bolado	Agua	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
393	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
394	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
395	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
396	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
397	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
398	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
399	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
400	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
401	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
402	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
403	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
404	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
405	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
406	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
407	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
408	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
409	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
410	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
411	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
412	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
413	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
414	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
415	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
416	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
417	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
418	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
419	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							
420	Amantino de Lha Amantino	Pda Republica	baldo d'Anjoel	sucos, mela, mela							

Fonte: ACIG, Livro de registo de sócios do GCCG

Os livros de registo dos sócios, cinco no total (apenas dois titulados), fornecem um grande leque de informação. Os dois primeiros livros dizem respeito aos sócios efetivos, entre 1939 e 1974, e aos sócios auxiliares, entre 1940 e 1956¹⁵³. Os restantes livros não estão titulados, sendo designados apenas pelos períodos que abrangem: 1948-70; 1950-56; e 1968-70.

A informação presente nos vários livros sofre apenas uma alteração: se nos dois primeiros livros, de efetivos e de auxiliares, estão presentes os números e nomes dos sócios, a morada (rua/lugar e freguesia), a data de entrada e de saída (quando existe) e observações; os restantes livros apresentam um novo campo, sobre o ramo de comércio praticado pelos associados.

Inicialmente, foi criado um livro de dados em formato Excel, com cinco folhas distintas, que reproduziam a informação de cada um dos livros de registos. Durante esse processo

¹⁵³ Por despacho de 16 de Fevereiro de 1946, do Subsecretário de Estado das Corporações, é retirada "a aprovação ao disposto nos estatutos dos Grémios do Comércio, na parte em que se refiram a sócios auxiliares" (GCCG: *Actas da Direcção, 1942-52*, p. 121).

surgiram entradas, nos diferentes volumes, cuja informação se repetia: na grande maioria dos casos os dados de identificação, número, nome, morada, era semelhante. Todavia, nalguns casos o ramo de atividade, e por vezes, também as datas de entrada e de saída diferiam. Da análise crítica da fonte, concluímos que era necessário uniformizar os dados levantados, criando e trabalhando a partir de duas folhas de dados: uma relativa aos efetivos e outra aos auxiliares (tornando também muito mais simples e eficaz o tratamento da informação). No momento da fusão das diferentes folhas num ficheiro único, foi decidido eliminar as entradas repetidas e devidamente verificadas, e unificar aquelas em que apenas o ramo de atividade diferia, criando um novo campo relativo ao sócio afeto a mais do que um ramo do comércio (96). Daí que o universo dos sócios (4817) não corresponda ao total dos ramos de atividade (4919). Em relação às datas de entrada e de saída, uma vez que estas eram, regra geral, muito próximas, foram adotadas as datas extremas. Nos casos em que as datas diferiam de forma acentuada, foi criada uma nota no campo *observações*. Foram ainda acrescentados novos campos às folhas base de dados, resultante do tratamento da informação, nomeadamente, o contexto geográfico em que se inserem os sócios (rural/urbano); a informação sobre o pagamento das quotas anuais (proveniente dos livros de quotização), e foram também agrupados os ramos de comércio por sectores.

Por seu turno, os livros de quotização, existem, de forma regular, entre 1940 e 1959¹⁵⁴. Não existem livros dos anos posteriores entre a documentação disponibilizada pela ACIG. Estes registos sofrem alterações significativas no período em estudo. No entanto, mantém-se uniforme a norma de classificação dos sócios em contexto urbano ou rural, a qual surge logo a partir de 1941.

Sintetizemos então a informação disponível nos livros e volumes consultados:

- entre 1940 e 1950/51 a informação presente nos livros engloba o número de sócio, nome, morada (rua/lugar e freguesia), data de entrada, joia (se a tinha pago ou não), quotas (escalão, valor pago por trimestres e total anual) e observações;
- entre 1951 e 1955 é feita uma divisão por escalões, passando a constar o valor em débito ao invés dos valores pagos, diminuindo também os campos presentes (conservam-se o número de sócio, nome, freguesia, valores mensais, valor em débito e observações);

¹⁵⁴ Não existe livro de registo para 1954.

▪ entre 1956 e 1959, persiste a divisão por escalões, porém a estrutura sofre alterações, constando apenas o número de sócio, nome, total dos meses pagos, escalão e valor total pago.

Figura II – Folha de cobrança urbana

FOLHA DE COBRANÇA DO MÊS DE

DE 19

Número	Nome do agramado	Cotas	Importâncias	
			Parcial	Total
	transporte	12	507,50	
944	Leopoldo Martins de Freitas	12	30,00	
969	Luiza Maria Fernandes	1	2,50	
1001	Manuel Dias de Costa	1	2,50	
1055	Manuel Novais	12	30,00	
1080	Manuel da Silva	24	60,00	
1095	Maria Adelaide	1	2,50	
1100	Maria Antonia Coelho da Mota Frego	12	30,00	
1117	Maria Clara Teixeira	1	2,50	
1134	Maria Ferreira	1	2,50	
1165	Maria da Madre de Deus Mendes da Silva	2	5,00	
1169	Maria Mendes Pereira	1	2,50	
1176	Marcos de Oliveira	1	2,50	
1197	Márcia de Freitas	12	30,00	
1201	Mario Custódio	2	5,00	
1203	Martinho Ribeiro da Silva	12	30,00	
1208	Maximino da Costa	12	30,00	
1231	Pedro da Silva, Lda.	12	30,00	
1291	Rosa da Silva Martins	1	2,50	
1319	Umberto Guimaraes Pinheiro	2	5,00	
1403	Maria Alice Pastor	1	2,50	
1410	Maria de Lourdes Felix de Castro	1	2,50	
1434	Brazelina Ribeiro de Matos	1	2,50	
1450	Aurelia Passos de Castro Almeida	12	30,00	
1468	Francisco Ribeiro	12	30,00	
1529	Maria de Celia da Costa Pereira	12	30,00	910,00
	Escalão de 3,00	36		
53	Agostinho Izeda	2	5,00	
109	Amadeu José de Carvalho	12	30,00	
144	Ana Rosa Lopes	1	2,50	
200	Antônio Gonçalves Guimaraes	12	30,00	
	Soma	17	87,50	910,00

Calcular, de 1958 de 19

O Cobrador,

Antônio Carlos Almeida

1400-Gr. Mônica Guimarães

Fonte: ACIG, Folhas de cobrança urbana, 1958

A informação retirada desta fonte foi depois utilizada para complementar as bases de dados dos registos dos sócios. Através do cruzamento intensivo as duas bases de dados – sócios e quotas – foi possível apurar as informações das quotas para uma parte dos sócios do Grémio.

3.3 Caracterização dos sócios e dos não inscritos

3.3.1 Efetivos

O Grémio define nos seus Estatuto, aprovados por alvará do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, datado de 20 de Abril de 1940, duas categorias de sócios: efetivos e auxiliares – como assinalámos atrás.

O estatuto de sócio efetivo é atribuído, segundo o artigo 9.º do Capítulo II dos Estatutos, a “empresas singulares ou colectivas que exerçam o comércio de retalho e não estejam representadas por outro grémio de ramo diferente”¹⁵⁵. Estas são obrigadas a cumprir determinadas condições: posse de estabelecimento próprio e estar coletado pela contribuição industrial (art. 2.º); apresentação de uma proposta de admissão, por escrito, à Direção; entre outras.

Os sócios efetivos estão obrigados ao cumprimento de uma série de deveres, enunciados no artigo 10.º: respeito pelas decisões dos órgãos administrativos (a); pagamento da joia e quotas¹⁵⁶ (b); desempenho dos cargos para que fossem eleitos (c); “contribuir para o engrandecimento e progresso do Grémio”¹⁵⁷ (d); “cumprir as obrigações que lhes caibam por efeito de quaisquer compromissos corporativos”¹⁵⁸ (e); e fornecer à Direção todas as informações pedidas (f). Dos direitos destes sócios, consignados no artigo 11.º, fazem parte: a presença nas Assembleias Gerais, e reuniões de freguesia do respetivo grupo de comércio (a); a apresentação de propostas à AG e Direção (c); o zelo pelo cumprimento dos Estatutos e regulamentos do Organismo (d); utilização das instituições e serviços gremiais (e); e a realização de pedidos para convocação da AG (f).

De acordo com o artigo 12.º, os sócios perdem o seu estatuto: caso se comprove que, no exercício da sua atividade, a pratiquem de má-fé ou cometam fraude (a); por difamação da Organização Corporativa ou qualquer organismo/dirigente a ela ligada (b); quando sujeitos à *pena de eliminação* (c); ao declararem falência (d)¹⁵⁹ ou realizarem acordos com os seus credores por valor inferior a 50% do seu passivo (f); ao serem suspensos (perdem o estatuto

¹⁵⁵ GCCG. *Estatutos*, p. 8.

¹⁵⁶ Estavam isentos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 29232, do pagamento de joia os sócios (efetivos ou auxiliares) que proviessem de qualquer Associação Patronal ou Grémio criados ao abrigo dos decretos n.º 23049 e 24715.

¹⁵⁷ GCCG. *Estatutos*, p. 9

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ O sócio que declarasse falência poderia voltar a adquirir o seu estatuto de sócio desde que provasse estar reabilitado por sentença judicial.

apenas durante o período da suspensão) (e); ou pelo não pagamento de quotas durante três meses consecutivos (g). O não cumprimento das regras dos Estatutos e das deliberações dos órgãos diretivos poderia levar a penalizações, que passavam pela censura, aplicação de multas (que podiam ir dos 10\$00 aos 500\$00), suspensão e eliminação¹⁶⁰. O sócio teria oportunidade de apresentar a sua defesa, que seria apreciada pela Direção ou pelo CG, com a decisão a ser apresentada num prazo máximo de 15 dias.

Os livros de registo apresentam 4817 sócios efetivos, permitindo analisar vários aspetos relacionados com os agremiados: contexto geográfico (rural/urbano); grupos de atividade; e itinerário associativo (entrada; tempo de permanência)¹⁶¹.

3.3.2 Auxiliares

A admissão dos sócios auxiliares depende exclusivamente da Direção do Organismo, podendo “fazer parte do Grémio (...) quaisquer entidades singulares ou colectivas que, pela sua condição social, a Direcção queira admitir”¹⁶². Os deveres e direitos dos sócios auxiliares não estão discriminados nos Estatutos, que mencionam apenas a possibilidade de estes frequentarem a Sede e dependências do Organismo, usufruindo dos serviços por ele criados.

Os livros de registo apresentam 50 sócios auxiliares, 13 entre 1940 e 1946 e 33 entre 1951 e 1956¹⁶³ (verificando-se uma interrupção entre 1946 e 1951). A quebra após 1946 ter-se-á ficado a dever a um despacho do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, datado de 16 de Fevereiro de 1946, que retira a aprovação ao disposto nos estatutos sobre a admissão de sócios auxiliares, impedindo às direções de todos os Grémios, a manutenção ou admissão dessa categoria de sócios.

No entanto, essa determinação é originada por um despacho anterior, de 11 de Janeiro do mesmo ano, que tem origem numa situação verificada no Grémio do Comércio de Oeiras, que vem colocar em cima da mesa a questão “sobre se os sócios auxiliares têm de contribuir para a Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais do Comércio”¹⁶⁴. Esta questão vai pôr em dúvida a legitimidade da existência desta categoria, chegando-se à conclusão de que não era

¹⁶⁰ As penalizações de censura, multa e suspensão eram da responsabilidade do Conselho Geral, com a pena da eliminação a ser da competência da Direção.

¹⁶¹ A saída dos sócios também era uma hipótese a considerar, no entanto, uma vez que a informação neste campo se encontra muito incompleta, esta hipótese foi abandonada.

¹⁶² *Idem*, p. 10.

¹⁶³ Quatro dos auxiliares inscritos, não apresentam data de admissão.

¹⁶⁴ Cal. Alexandre Herculano da. 1955. *Legislação Corporativa. Grémios...* p, 32.

“compatível com a economia geral do sistema a existência de uma classe de sócios auxiliares estranhos à actividade abrangida pelo organismo”¹⁶⁵. Os grémios, como organismos corporativos de representação da categoria económica, têm uma forte circunscrição do seu âmbito de ação, àqueles que a constituíam, sendo-lhes assim, retirada “aprovação à disposição estatutária que admite a inscrição de sócios auxiliares”¹⁶⁶. Em 1951 a categoria dos sócios auxiliares é reavivada mantendo-se em vigor até ao ano de 1956, altura em que desaparece de vez dos registos do Grémio.

3.3.3 Não Inscritos

Os não inscritos surgem, como já foi referido, no âmbito dos livros de quotas. Estes eram contribuintes do Grémio, listados nos livros de quotização, não estando presentes nos livros de registo dos sócios. Esta situação está prevista no Decreto-Lei n.º 29931, de 15 de Setembro de 1939, que torna obrigatório, a todas as empresas singulares ou coletivas que exercem atividade em ramos de comércio e indústria organizados corporativamente, o pagamento das joias e quotas previstas para os associados desses organismos corporativos. A informação relativa a estes não inscritos é menos rica do que a obtida no caso dos sócios efetivos; desde logo não existem referências ao ramo de atividade e às datas de entrada e saída, e a informação relativa às moradas dos contribuintes apresenta algumas falhas.

3.4 Movimento dos agremiados entre 1939 e 1969

Com base nos livros de registo de sócios efetivos e nos livros de atas é também possível avaliar o movimento dos sócios (efetivos e auxiliares): entradas por anos e cálculo de tempo médio de permanência (cálculo meramente aproximativo, uma vez que não dispomos na íntegra dos elementos necessários para esses cálculos).

Assim, e com recurso à informação dos registos de sócios e à aprovação de sócios nos livros de atas da Direção, através da análise das datas de entrada e saída disponíveis (1999 registos não possuem informação quanto à data de entrada e 3543 em relação à data de saída), é possível desenhar um quadro da evolução do movimento associativo do Organismo, e ainda, um cálculo da média de tempo que os sócios permanecem ligados ao Grémio (ou em atividade, já que 20 sócios apresentam em observações, a indicação de terem cessado atividade já na década de 2000).

¹⁶⁵ *Idem.*

¹⁶⁶ *Idem.*

3.4.1 Entradas (sócios efetivos)

Relativamente à entrada de sócios efetivos, os primeiros registos acontecem no ano de 1939, com a entrada de 98 associados. Apesar do Grémio ter sido apenas oficialmente criado no ano de 1940 (por alvará de 16 de Abril), a inscrição dos primeiros sócios dá-se ainda no ano de 1939. Tal deve-se ao facto de as primeiras movimentações no sentido da criação do Organismo se realizarem nesse ano através da criação da Comissão Organizadora (que existe entre Julho e Agosto) e da Comissão Diretiva, que se manterá em vigor entre Setembro de 1939 e Março de 1942.

Quadro III – Entrada de sócios efetivos recenseados no GCCG, 1939-1970

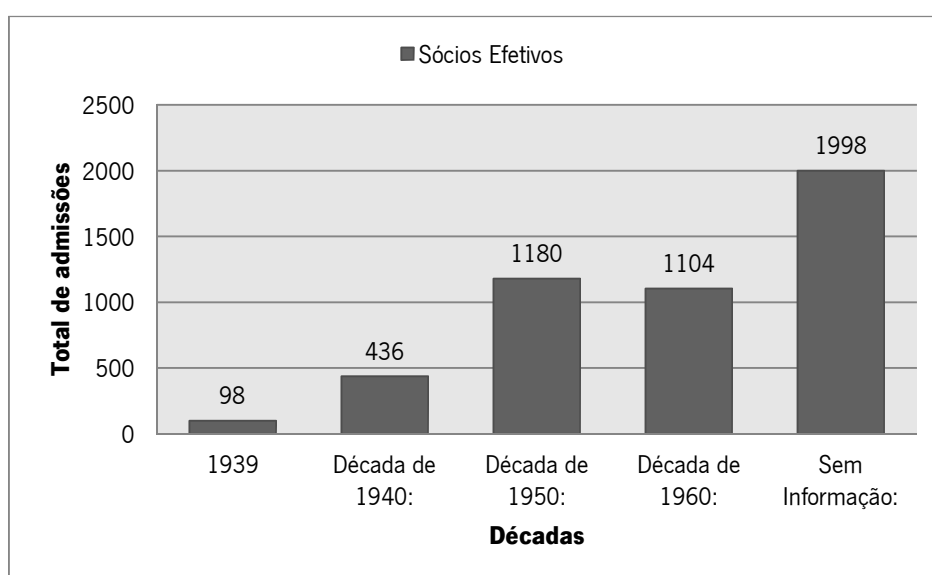
Anos	Sócios efetivos	Total (década)
1939	98	98
1940	234	
1941	7	
1942	29	
1943	3	
1944	26	
1945	13	
1946	4	
1947	31	
1948	44	
1949	45	
		436
1950	69	
1951	76	
1952	108	
1953	144	
1954	171	
1955	231	
1956	190	
1957	169	
1958	9	
1959	13	
		1180
1960	1	
1961	70	
1962	5	
1963	154	
1964	30	
1965	193	
1966	68	
1967	168	
1968	350	
1969	65	
		1104
1970	3	3
Sem Informação:		1998
Total final:		4819

Como se pode observar no quadro 3, em 1939 são registados 98 agremiados aquando das primeiras designações ao Grémio. No ano seguinte, em que ocorre a criação oficial do organismo, regista-se um aumento expressivo com a inscrição de 234 novos agremiados.

Porém, nos anos seguintes, a admissão de novos associados diminui bastante. Logo em 1941 verifica-se uma quebra face ao ano anterior, com a entrada de apenas sete novos associados e entre este ano e 1946 o número de entradas é muito inconstante, oscilando os valores até ao limite de 30 sócios. A partir de 1946 (que conta apenas com quatro novos sócios) regista-se um aumento gradual até 1955 (ano em que se regista a admissão de 231 agremiados); a partir deste ano, e até ao início da década de 60, os números de admissão voltam a diminuir de ano para ano. A década de 1960 é de todas a mais errática, com variações acentuadas. Esta década é também aquela que apresenta os valores mais extremos, registando os anos com o menor e o maior número de admissões, 1960 um sócio; 1968, 350 sócios.

A análise por décadas regista a seguinte distribuição: década de 1940, 436 associados admitidos; década de 50, admissão de 1181 sócios, recorde absoluto; década de 1960, 1104 entradas.

Gráfico IV – Admissão de novos associados do GCCG por década, 1930-1960



A década final (1960) registou 1104 novas entradas. No ano de 1970 são ainda admitidos 3 sócios (que já pagavam quotas na década de 1950). De destacar que dos 4817 sócios inscritos nos livros de registo, não dispomos de informação da data de admissão de 1998 associados, sendo impossível determinar o ano da sua entrada no organismo.

3.4.2 Entradas (sócios auxiliares)

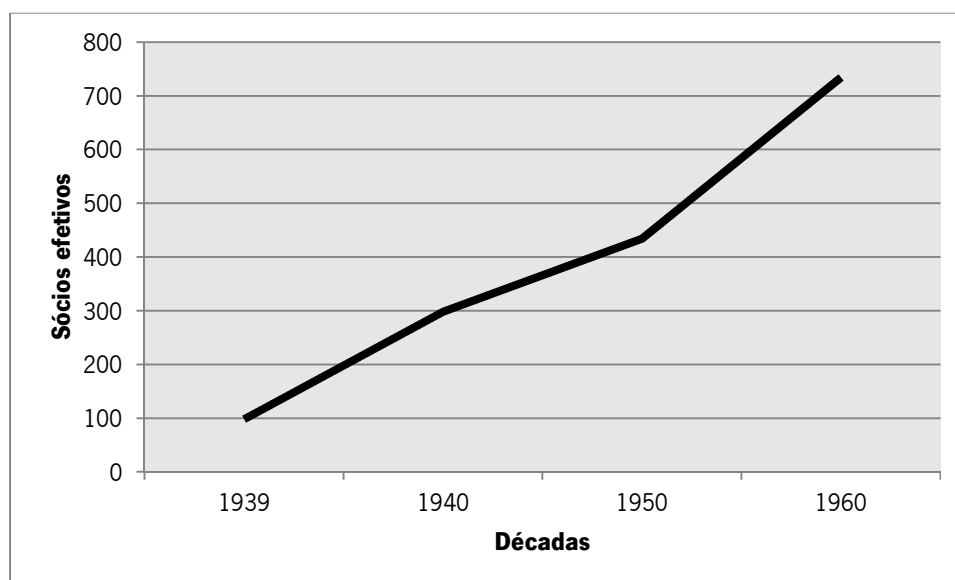
Os sócios auxiliares surgem pela primeira vez no ano de 1940, com as entradas de Álvaro Carvalho, António José Casaca e João António de Sampaio. Nos dois anos seguintes são inscritos dois novos sócios, e só em 1945 se dão novas entradas, com cinco associados a serem

inscritos. Em reunião da Direção, de 15 de Maio de 1946, é dado conhecimento de um despacho de 16 de Fevereiro do mesmo ano, proveniente do Subsecretário de Estado das Corporações, que retira "a aprovação ao disposto nos estatutos dos Grémios do Comércio, na parte em que se refiram a sócios auxiliares"¹⁶⁷, não se registando novas entradas ao longo do resto da década de 1940. Estas voltam a acontecer durante a primeira metade da década seguinte, contando-se 33 novos sócios auxiliares entre 1950 e 1955, desaparecendo os mesmos a partir deste ponto.

3.4.3 Saldo do movimento dos sócios efetivos

A informação da entrada de novos associados, em conjugação com os dados disponíveis das saídas, permitiu estabelecer a evolução do movimento associativo do Organismo¹⁶⁸, através da comparação anual das entradas e saídas.

Gráfico V – Movimento de entradas/saídas de sócios efetivos do GCCG por décadas, 1930-1960



A tendência é manifestamente positiva, com todas as décadas a apresentarem um saldo positivo, que evolui com um crescimento gradual, na década de 1940 o saldo é de + 292; na década seguinte de + 440; e na década de 1960 o saldo é de + 724. Ainda assim, cada década apresenta exatamente três anos de saldo negativo, com maior incidência na década de 60.

¹⁶⁷ GCCG. *Actas da Direção*, n.º 2..., p. 121.

¹⁶⁸ Os cálculos apresentados representam uma estimativa, já que a maior parte dos registos não apresentam data de saída.

3.4.5 Saldo associativo (auxiliares)

No caso dos sócios auxiliares, ambas as décadas em que estes existem apresentam um saldo positivo: em 1940 o saldo é de + oito e em 1950 o saldo é de + 29, apresentando apenas dois anos com saldo negativo (1948 com – 2; e 1951 com – 1).

3.4.6 Tempo médio de permanência dos sócios efetivos

A conjugação da informação de entrada e saída permitiu também fazer uma estimativa do tempo que os sócios efetivos permanecem vinculados ao Organismo, ainda que de forma aproximada, já que grande parte da informação relativa à saída dos sócios se encontra, como já foi referido, incompleta. Ainda assim, com base nas informações que efetivamente estão disponíveis, é possível concluir que a grande maioria dos sócios efetivos estaria ligada ao Grémio por um período até cinco anos (485), com a maioria a abandonar durante ou após o primeiro ano (221); existe ainda um número razoável situado entre os 6 – 10 anos (103), com a descida a acentuar-se gradualmente: 11 – 15 anos, 43; 15 – 20 anos, 28; mais de 20 anos, 26 (destes últimos, a grande maioria ultrapassa mesmo o período de vida do Grémio, com a data de demissão a referir-se ao encerramento da atividade, já no século XXI).

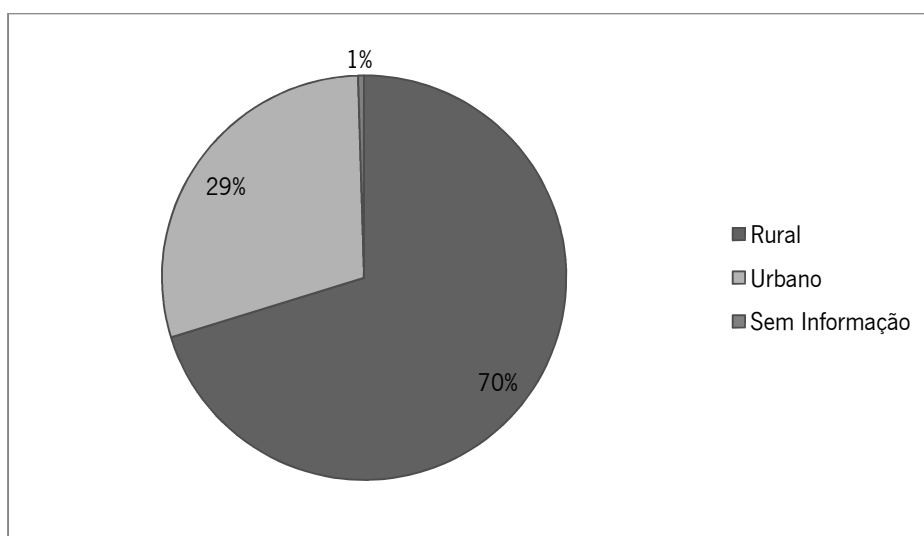
3.5 Caracterização do tecido comercial do concelho de Guimarães

3.5.1 Sócios efetivos

Rural/Urbano

A distribuição dos agremiados nos diferentes meios locais (rural/urbano) é fundamental para a caracterização do tecido comercial. Para essa análise, o conhecimento da realidade do concelho vimaranense a nível territorial e populacional, informação já referida anteriormente (ponto 3.1), é essencial. Sabemos já que o concelho conta com 73 freguesias, das quais apenas três se inserem no meio urbano, face às 70 freguesias rurais (praticamente 23 vezes mais!). A área desses dois meios é também incrivelmente díspar, as freguesias urbanas ocupam uma área aproximada de 1,43 km², o que corresponde a 1% da área ocupada pelas freguesias rurais (cerca de 254,62 km²). Esta situação tem, obviamente, reflexos na distribuição dos agremiados e estabelecimentos comerciais pelos diferentes meios.

Gráfico VI – Distribuição dos estabelecimentos comerciais recenseados no GCCG em meio urbano ou rural, 1939 e 1969

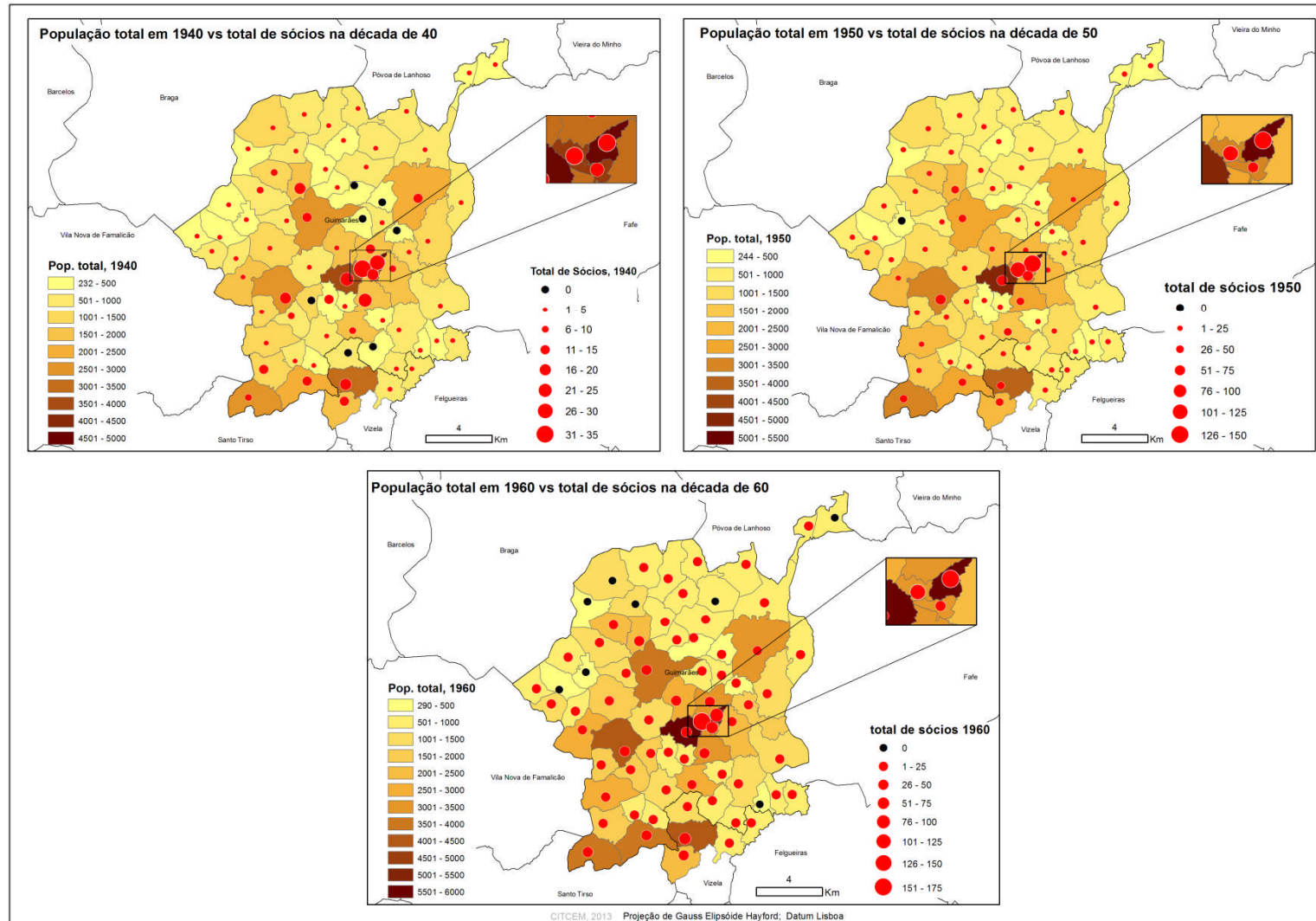


O gráfico VI é evidência a clara supremacia do meio rural face ao meio urbano. O primeiro abarca 70% (3399) do total dos sócios inscritos no período entre 1939 e 1969, valor impressionante contra os 29% dos sócios (1404) inscritos no meio urbano. Existem ainda 14 casos (representando 1% do total) onde essa informação não está presente.

No entanto, quando se calculam as densidades, constata-se uma discrepância acentuada. Verifica-se uma *densidade comercial* de 13,7 com/km² no meio rural, em contraste com a densidade verificada no meio urbano, de 1042,4 com/km².

Em relação à distribuição por freguesias, a presença de lojistas é mais acentuada, como seria de prever, nas freguesias urbanas, Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, as mais populosas do concelho, que entre si representam em média cerca de 11,25% da população entre 1940 e 1970. Das freguesias rurais merecem particular destaque Creixomil, que regista 225 lojistas, seguida de Selho S. Jorge, com 195 estabelecimentos comerciais (sendo a primeira a freguesia rural com mais habitantes nos quatro recenseamentos analisados). No outro extremo salientam-se as freguesias de Aldão, Figueiredo e Prazins Sto. Tirso com menos de cinco estabelecimentos comerciais em cada uma (sendo estas as freguesias rurais menos populosas de acordo com os recenseamentos).

Mapa III – Total da população segundo os recenseamentos face ao total de sócios do GCCG recenseados por década, 1940-1970



O mapa III permite verificar a distribuição da população e dos associados por freguesia. A contagem da população é feita de acordo com os vários recenseamentos realizados no período em estudo; a contagem dos associados refere-se à década, tendo por fonte os livros de registos do Grémio. Assim, verificamos que o número de comerciantes cresce exponencialmente em relação ao número de habitantes da freguesia, com destaque para as freguesias urbanas e as freguesias que constituem vilas. Ao redor dessas freguesias também a população e o número de comerciantes é superior à média. Outro facto que merece destaque é o aumento do número de comerciantes inscritos na década de 60, aumentando também o número de freguesias sem quaisquer comerciantes inscritos, sobretudo na região noroeste do concelho.

Convém ressaltar que o número de inscritos na década de 1940 é bastante inferior aos registados nas décadas seguintes, daí que os valores extremos presentes se encontrem muito distantes dos valores obtidos nas restantes décadas.

Os ramos de atividade

Os ramos de comércio¹⁶⁹ foram agrupados de acordo com o tipo de comércio exercido. Desse agrupamento resultou a criação de 10 grupos de classes, seguindo a classificação das *Comissões de Fixação da Contribuição Industrial e de Reclamações, Grupos B e C*, em vigor a partir de 1964, inscritas nos livros de Atas da Direção.

Os 10 grupos estão assim distribuídos:

- Grupo I – Vestuário, têxteis e calçado;
- Grupo II – Géneros alimentícios;
- Grupo III – Drogaria e ferragens;
- Grupo IV – Agentes/Comissários¹⁷⁰;
- Grupo V – Eletricidade/Eletrrodomésticos;
- Grupo VI – Mobiliário e similares;
- Grupo VII – Couros;
- Grupo VIII – Papelaria;
- Grupo IX – Quinquilharias;
- Grupo X – Comércio não especificado¹⁷¹.

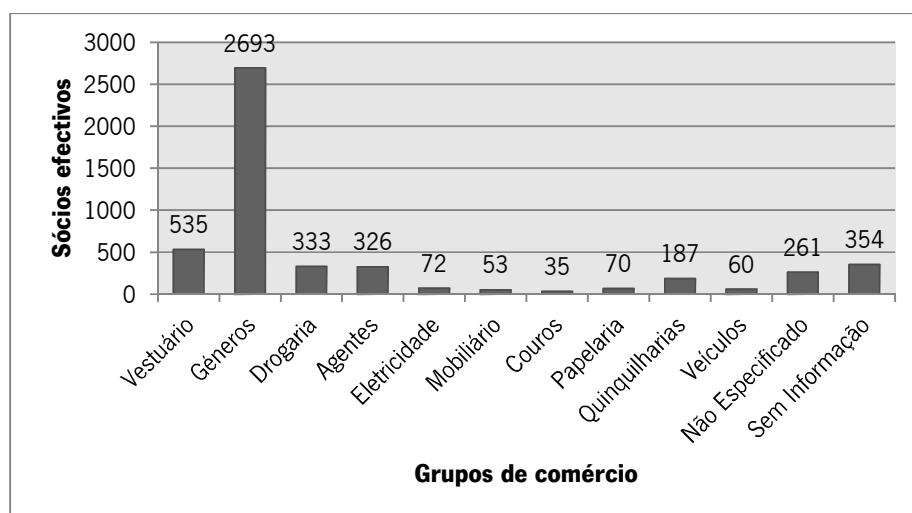
¹⁶⁹ Esta informação apenas está disponível em relação aos sócios efetivos.

¹⁷⁰ Por agentes/comissários entendem-se aqueles que representam os interesses de outrem.

¹⁷¹ Neste grupo são colocados todos os negócios que não se enquadram nos restantes grupos.

Cada um destes grupos engloba uma diversidade de atividades¹⁷², relacionada com o respetivo sector. Assim, no Grupo II – Géneros Alimentícios, encontramos Mercearias, Casas de Pasto até à venda de frutas e legumes.

Gráfico VII – Distribuição dos estabelecimentos de acordo com a classificação dos grupos de comércio, entre 1939 e 1969



Analisando o gráfico VII é notório que o sector predominante em número de estabelecimentos/comerciantes é o sector alimentar, representando 54% de todas as atividades (com 2693 registos). A alguma distância, surge o grupo I, Vestuário, têxteis e calçado, co perfazendo 13% (535 estabelecimentos). Num patamar inferior, três grupos com percentagens muito próximas, os grupos Drogaria e Ferragens, 7%, Agentes/Comissários, 6% e Comércio não especificado, 5% (com 333, 326 e 261 estabelecimentos/comerciantes, respetivamente).

Os restantes grupos apresentam valores residuais, não ultrapassando, combinados, os 10%. Com percentagens de 2%, os grupos de Eletricidade/Elerodomésticos (72) e Quinquilharias (187), e por fim, com 1% os grupos do Mobiliário e Similares, Couros e Papelaria.

Vale a pena detalhar a diversidade de atividades comerciais arroladas no interior de cada grande grupo comercial.

Os grupos de comércio

O Grupo I – Vestuário, têxteis e calçado, tem duas vertentes de negócio: o comércio de tecidos e o comércio de vestuário e calçado. O primeiro é o mais preponderante, verificando-se

¹⁷² De ressaltar que em várias ocasiões as atividades que os sócios do Grémio exercem são bastante variadas, englobando vários dos grupos criados. Nesses casos, o critério de inserção num grupo específico foi a proeminência de um determinado grupo, ou seja, o grupo que estivesse mais representado seria aquele em que a atividade desse sócio seria colocada.

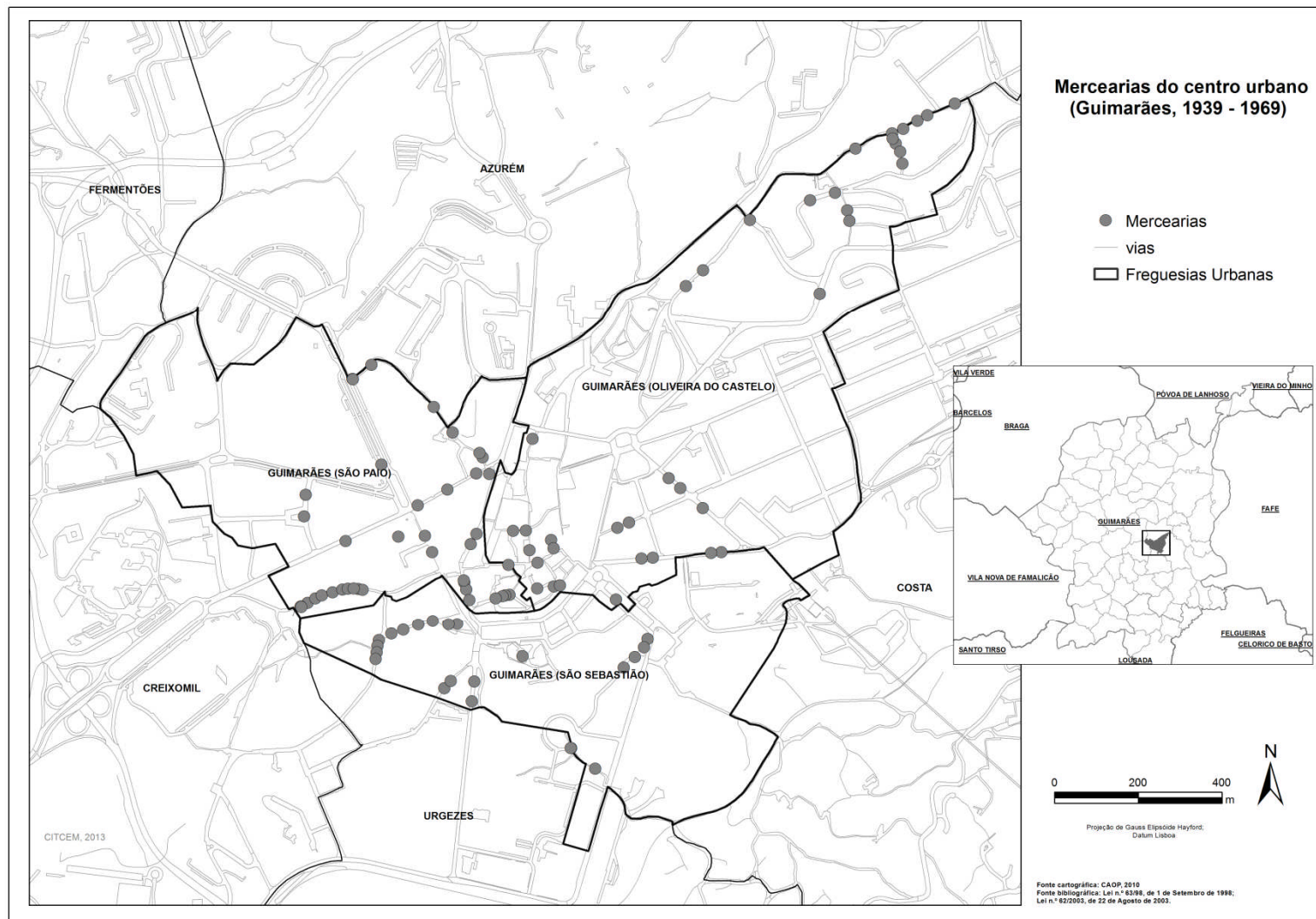
387 negociantes de tecidos. Já no comércio de vestuário e calçado, registam-se 148 estabelecimentos/comerciantes, o que se traduz numa percentagem de 72% – 28%.

O grupo seguinte, *Géneros alimentícios*, é aquele com a maior diversidade de negócios, que compreende oito subgrupos. O que se destaca imediatamente é aquele que diz respeito às mercearias, contando-se 976 (36%) estabelecimentos deste género num espaço de 30 anos. Estes estabelecimentos vendem todo o tipo de produtos, desde bebidas, a géneros alimentares, ou produtos de drogaria e ferragens, entre outros. Regista-se uma evolução inconstante na implementação destes estabelecimentos: se nos primeiros dois anos de vida do Grémio são registadas 95 mercearias, nos seis anos que se seguem esse número diminui drasticamente, registando-se apenas 14 novos estabelecimentos deste género. Com o aproximar do final da década de 1940, começam a aparecer cada vez mais mercearias, tendência que se irá manter até final da década de 1950 (entre 1947 e 1957 são registadas 283 novas mercearias). Nos 10 anos seguintes o surgimento destes estabelecimentos é mais escasso, voltando a aumentar entre 1967 e 1970, altura em que se registam 131 novos estabelecimentos deste género. Estes estabelecimentos teriam destaque pela possibilidade que ofereciam de comprar uma grande variedade de produtos num só local, tornando mais fácil ao consumidor o ato de ir às compras.

O mapa IV, *estabelecimentos de mercearia em ambiente urbano*, localiza todos os estabelecimentos de mercearias nas freguesias urbanas do concelho vimaranense, S. Paio, S. Sebastião e Oliveira do Castelo, na respetiva morada.

Verifica-se uma maior concentração na zona mais central cidade, sendo que é na rua de D. João I, em S. Sebastião, que se verifica a maior concentração de mercearias. Ainda assim, a freguesia com o maior número de mercearias é Oliveira do Castelo, com 41 (em S. Paio contam-se 36 e em S. Sebastião, 24).

Mapa IV – Localização das mercearias, à rua, inseridas no centro urbano vimaranense, 1939-1969

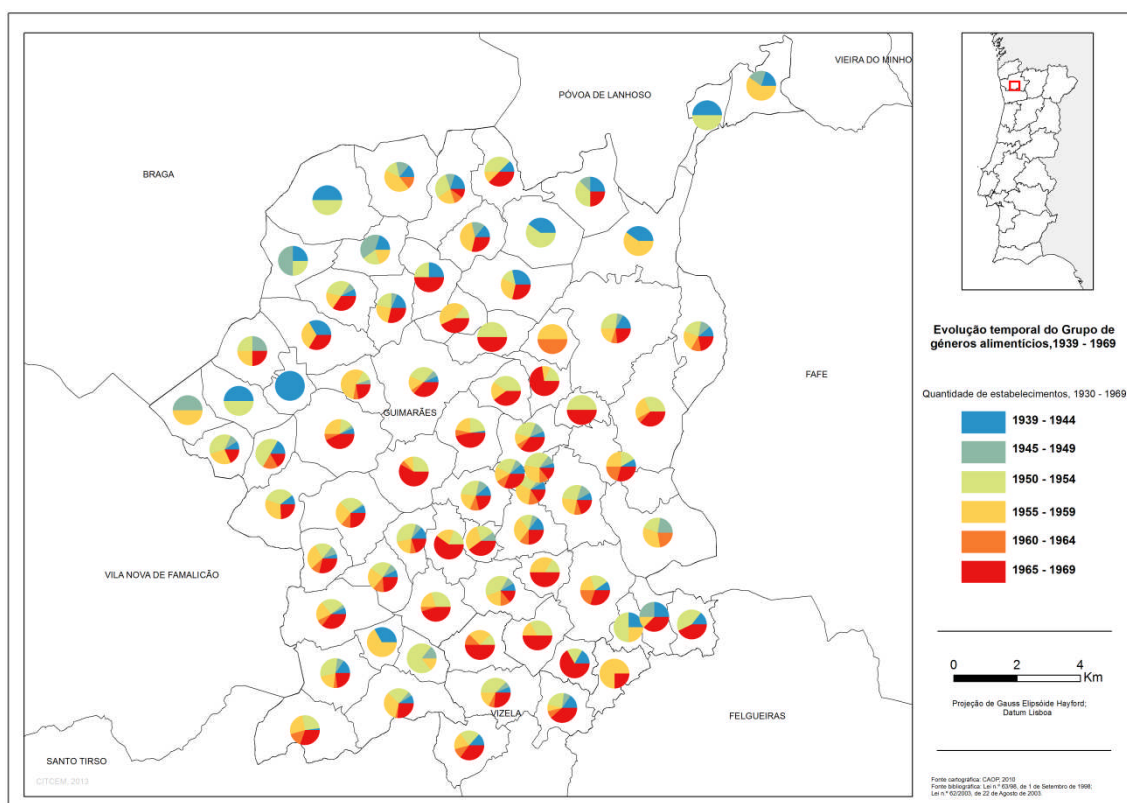


Não muito longe encontra-se o subgrupo das *bebidas*, com 891 comerciantes (32%) ligados a esta atividade. Impressionante é o facto de que, desses 866 registos, 842 estarem ligados à venda de bebidas alcoólicas (vinhos, cerveja, aguardente) como o seu principal produto. O comércio dos vegetais (frutas, legumes, hortaliças, etc.) tem também alguma importância, verificando-se a existência de 425 comerciantes/estabelecimentos (16%) ligados a este comércio. Os produtos comercializados são sobretudo a batata, as frutas, hortaliças e legumes, os cereais e as farinhas. As frutas representam a maior fatia do comércio destes produtos, com 200 registos. As carnes e os seus derivados são produtos sem a importância dos vegetais ou das bebidas, observando-se apenas 131 comerciantes/estabelecimentos dedicados a estes produtos, representando 5% de todos os subgrupos. Dos produtos comercializados constam: aves (34); carnes verdes e salgadas (14); gado vivo que, com 75 registos, é a mais significativa dentro do subgrupo; e, por fim, os derivados, nomeadamente, ovos e salsichas.

O comércio de peixe e marisco representa 2% do *grupo II, Géneros Alimentícios*, com 60 registos; desses registos, 45 referem-se ao comércio de peixe fresco e 14 ao comércio de marisco. As padarias e pastelarias surgem também nesta lista, registando 94 entradas. Estas estão divididas em três áreas: padaria; pastelaria; e confeitaria. O negócio da venda de pão é claramente aquele com mais destaque, apresentando 83 estabelecimentos/comerciantes de padaria e/ou venda de pão. Não obstante, encontram-se ainda sete pastelarias registadas e quatro confeitarias.

No subgrupo seguinte estão agrupados os estabelecimentos de restauração e serviços: Casas de Pasto; Pensões/Casas de Hóspedes; Restaurantes; Cervejarias; Mercados. Este subgrupo representa 5% do total, verificando-se 133 estabelecimentos comerciais deste género. Destes, as Casas de Pasto são as mais significativas, existindo à época 122 estabelecimentos deste género; existem ainda seis restaurantes, três pensões/casas de hóspedes, duas cervejarias e um estabelecimento intitulado *Bar do Teatro Jordão*, registado em nome do agremiado Amadeu José de Carvalho, proprietário também de uma mercearia. Por último, restam alguns produtos sem alguma categoria: o comércio do sal (3); comidas confeccionadas (3); chocolate (1); e *géneros alimentícios* (1). Este grupo tem um destaque natural pelo tipo de comércio que exerce, essencial para a vida das populações. No meio em que se insere, predominantemente rural, o comércio de vegetais é um dos principais, apenas ofuscado pelas mercearias.

Mapa V – Evolução temporal do grupo de comércio II, Géneros alimentícios



O Mapa IV, *Evolução temporal do grupo de comércio II, Géneros alimentícios*, contabiliza a presença de associados afetos a este grupo de comércio, por períodos de cinco anos entre 1939 e 1969, por forma a apurar em que períodos se registam mais entradas de associados neste grupo. Na zona mais a norte do concelho, nas fronteiras com os concelhos de Braga e da Póvoa de Lanhoso, a maioria dos estabelecimentos deste grupo de comércio, surgem entre 1940 e 1954. No restante, concelho, salvo casos pontuais, há uma distribuição mais equitativa, com maior pendor para os últimos cinco anos do período em estudo (1965-69).

Curiosamente, as freguesias que constituem o centro urbano, as vilas do concelho, e as freguesias circundantes, apresentam valores não só muito próximos, mas também com uma distribuição temporal muito uniforme. Verificam-se dois padrões de distribuição temporal: um com maior incidência na segunda metade dos anos 50; e outro com maior incidência na segunda metade dos anos 60. O período que decorre entre 1939 e 1944 é, a par das segundas metades das décadas de 50 e 60, um dos períodos com maior entrada de comerciantes do grupo II.

O Grupo intitulado *Drogaria e Ferragens*, regista 333 estabelecimentos/comerciantes no ramo, que engloba diversas atividades, tendo maior destaque o negócio das madeiras/lenhas,

com 83 registos. O negócio das cutelarias é aquele com mais expressão a seguir ao das madeiras, com a existência de 43 comerciantes ou estabelecimentos deste género. Os cinco ramos seguintes obtêm números muito próximos: ferragens, com 36 registos; drogaria e louças, 63; óleos/combustíveis, 34; e a venda de materiais de construção, que apresenta 18 estabelecimentos/comerciantes.

O IV Grupo diz respeito aos *Agentes/Comissários*. Estes tratam de negócios alheios, estando encarregados de praticar certas operações materiais ou representar os interesses de outrem. Os registos do Grémio especificam cinco tipos de agentes: agentes (114); agentes de comerciantes e fabricantes (22); agentes de fabricantes e negociantes (32); agentes de negociantes (65); agentes/comissários (89). Com números muito diminutos encontramos ainda três agentes de seguros, um agente de viagens e dois escritórios de representações.

O grupo seguinte, *Eletricidade/Eletrrodomésticos* apresenta 72 registos, existindo apenas dois registos anteriores a 1952 (as empresas *Amadeu C. Penafort & Filhos* e *Bernardino Jordão, Filhos & Cia. Lda.*). Destes 79 registos, cinco dizem respeito à venda de rádios e telefonias; 15 a máquinas de costura, de escrever e industriais. Estão referenciados também sete registos do comércio de aparelhos elétricos, artigos de eletricidade e eletrodomésticos. Por fim, existem 45 estabelecimentos ligados à eletricidade, com vendedores de acessórios, vendedores e instaladores de materiais e oficinas de reparações, destinando-se estes estabelecimentos ao consumo local.

No grupo VI, *Mobiliário e Similares*, num total de 53 registos, a marcenaria e o comércio de mobiliário têm valores muito próximos, com 24 e 21 entradas respetivamente; além destes dois negócios, referência ainda para a venda de objetos em verga e vime com oito comerciantes dedicados a este negócio.

O comércio dos *Couros* (Grupo VII) é, de todos, o menos significativo apresentando apenas 35 registos, um número que não seria de esperar se levarmos em conta a tradição da indústria do curtume no concelho vimaranense, mas que pode ser explicado pelo facto de a indústria não estar englobada no raio de ação do Grémio. Existem então 28 estabelecimentos/comerciantes ligados diretamente às peles e couros (71% dos quais inseridos num ambiente urbano), seis de malas e baús e apenas um relacionado com os cabedais.

No grupo seguinte, *Papelaria*, além da predominância do meio urbano sobre o meio rural, verifica-se novamente a predominância de uma atividade em detrimento das restantes, nestes caso as papelarias, que representam 76% deste grupo (que contém apenas cinco

atividades diferentes), com a maioria destes estabelecimentos situados num ambiente urbano (73%). Existem ainda quatro estabelecimentos que se dedicam ao comércio de tabacos, uma vez mais concentrando-se, desta feita quase exclusivamente no meio urbano (dois desses estabelecimentos localizam-se na freguesia de Oliveira e um outro, na freguesia de S. Paio). Das seis livrarias registadas, todas se situam nas freguesias urbanas. Existem ainda outras atividades, nomeadamente, cinco comerciantes de trapo e papel velho (quatro deles em ambiente urbano) e dois quiosques, situados na freguesia de Oliveira do Castelo.

O grupo IX, *Quinquilharias*, apresenta 187 registos, a grande maioria dos quais (145) dizem respeito ao comércio de quinquilharias. Existem ainda 14 estabelecimentos de fotografia (fotógrafos, venda de artigos fotográficos e celuloide), 14 comerciantes de *caixões funerários*, sete estabelecimentos que se dedicam à venda de artigos religiosos e quatro óticas. Numa escala irrisória, verifica-se a existência de dois comerciantes de cristais e vidros e um estabelecimento de *artigos de toilette*/cabeleireiro.

Finalmente, o Grupo X, intitulado *Comércio não especificado*, regista 261 ocorrências, das quais 150 dizem respeito a vendedores cujo produto que comercializam não é especificado. A grande maioria destes *vendedores* (120) encontra-se registada nas freguesias rurais, existindo apenas 28 comerciantes nas freguesias urbanas (sendo que em dois casos não está presente essa informação). O produto com maior destaque são, sem dúvida, as bicicletas e motocicletas, existindo 58 estabelecimentos que comercializam ou reparam este produto, a maioria dos quais, localizada num ambiente rural (52 das 58 referências a este negócio). A seguir surge o comércio de jogos, sobretudo de bilhares, que representam 9% deste subgrupo; além dos bilhares existe uma referência a *Fernando Pinto da Rocha*, alugador de *foot-ball de mesa* (que além de comercializar bilhares e outros jogos, aluga bicicletas). Mais uma vez este negócio concentra-se no meio rural, com apenas uma referência a inserir-se no meio urbano (face às 13 que se verificam no meio rural). O sector automóvel surge também neste grupo, com 12 referências. A primeira data de 1947, da empresa *Pereira & Leite, Sucursal*, mas é na década de 60 que vão surgir em maior número (apesar da maioria das entradas não dispor de informação relativa à data de entrada no Grémio), concentrando-se fisicamente, e ao contrário dos casos anteriores, nas freguesias urbanas do concelho (9 em 12). Referência ainda para oito estabelecimentos/comerciantes ligados à música através do aluguer de instrumentos musicais, concentrando-se uma vez mais no meio rural. Por fim, existem ainda outros negócios, com números irrisórios: um estabelecimento de decorações, duas oficinas, dois alugadores de

balanças, *prédios de revenda; indústria e acessórios; artigos confeccionados* e uma *ambulância mista*.

Quadro IV – Distribuição dos grupos de comércio pelo meio urbano e rural

Grupo	Total	Percentagem	Rural	Urbano	SI
1 – Vestuário e têxteis	535	11%	10% (356)	12% (177)	9% (2)
2 – Géneros alimentícios	2693	55%	61% (2092)	42% (593)	36% (8)
3 – Drograria e ferragens	333	7%	6% (225)	7% (107)	4% (1)
4 – Agentes/Comissários	326	7%	4% (150)	12% (171)	23% (5)
5 – Eletricidade; Eletrodomésticos	72	1%	1% (34)	3% (37)	4% (1)
6 – Móveis	53	1%	1% (33)	1% (20)	0% (0)
7 – Peles	35	1%	0% (8)	2% (26)	5% (1)
8 – Papelaria	70	1%	1% (19)	3% (51)	0% (0)
9 – Quinquilharias e outros	187	4%	4% (126)	5% (60)	5% (1)
10 – Comércio não especificado	261	5%	6% (202)	4% (57)	9% (2)
Sem Informação	354	7%	6% (224)	9% (129)	5% (1)
Total	4919	100%	3395	1400	22

Relativamente à divisão pelos diferentes contextos locais, não se denotam alterações significativas entre os dois meios, como se pode observar no Quadro IV. O grupo *Géneros Alimentícios* é aquele que mais se destaca, sobretudo no meio rural, com uma percentagem de 61% contra os 42% verificados no meio urbano e os 36% dos sem informação. De resto, com exceção deste e do Grupo do *Comércio não especificado*, no meio urbano, todos os grupos ganham importância relativamente ao meio rural, com destaque para o grupo dos *Agentes/Comissários*, com uma subida de oito pontos percentuais relativamente ao meio rural.

O Mapa VI, *Total dos grupos de comércio por freguesia*, traduz a presença de comerciantes dos vários grupos de comércio em todas as freguesias do concelho, permitindo uma excelente visão da distribuição dos diferentes tipos de comércio.

O grupo mais representado é, sem dúvida, o dos *Géneros alimentícios*, presente em todas as freguesias, sendo que no concelho urbano, os estabelecimentos deste grupo chegam a ultrapassar os 200 por freguesia. Logo de seguida surge o grupo do *Vestuário, têxteis e calçado*, ainda que não estando presente em 21 freguesias. A maior concentração volta a verificar-se no centro, nomeadamente, em S. Paio, com perto de 100 estabelecimentos. Destacam-se ainda as freguesias de Selho S. Jorge (vila de Pevidém) e as Caldas de S. João e S. Miguel de Vizela. O grupo mais regular é o III, *Drograria e Ferragens*, mesmo não se verificando nenhum estabelecimento deste grupo em 15 freguesias.

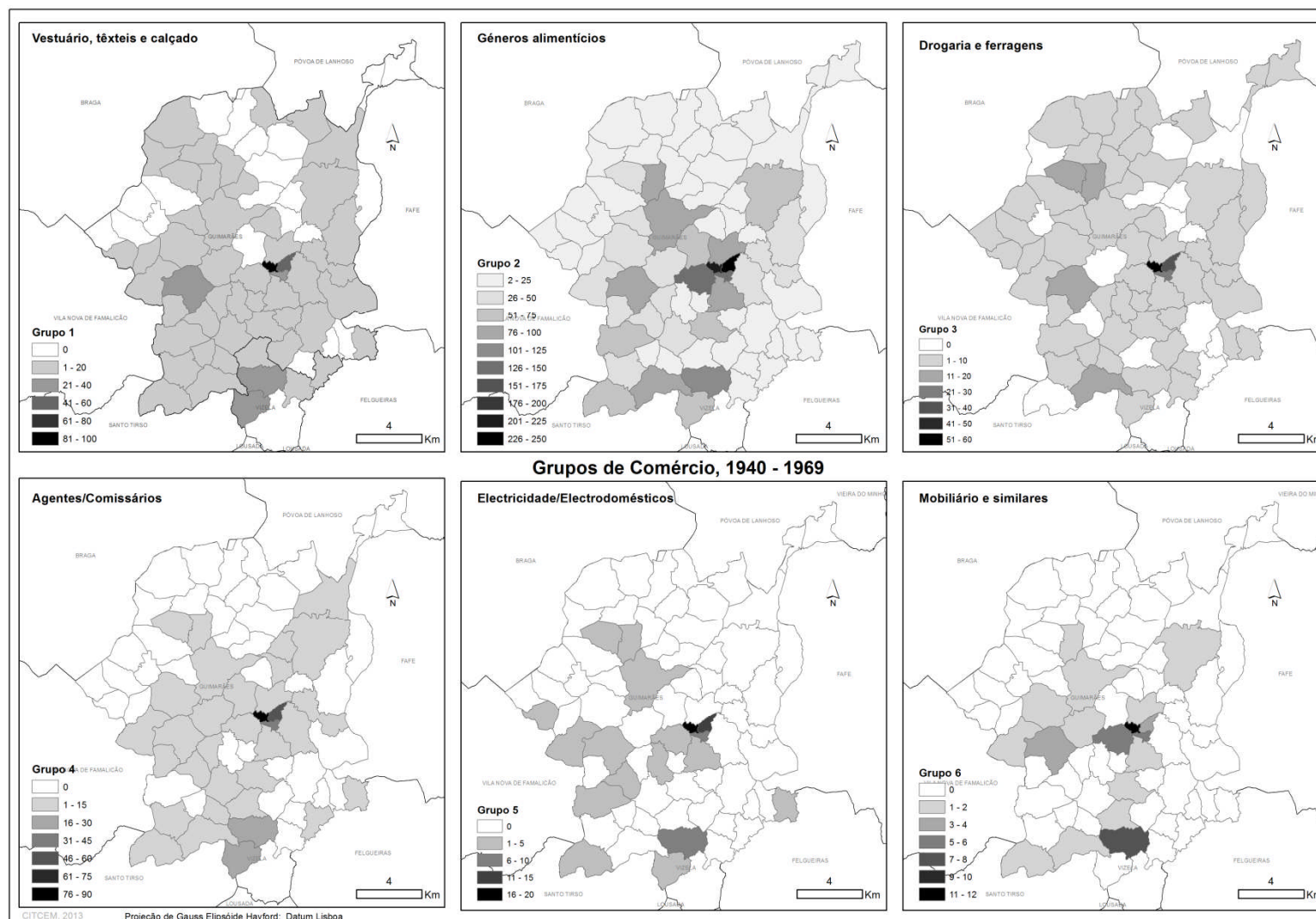
Numa posição intermédia encontramos os grupos IX e X, *Quinquilharias* e *Comércio não especificado*. O grupo IX, além da concentração urbana habitual, tem também grande expressão nas freguesias de Moreira de Cónegos e Ponte, não estando presente na maioria das freguesias

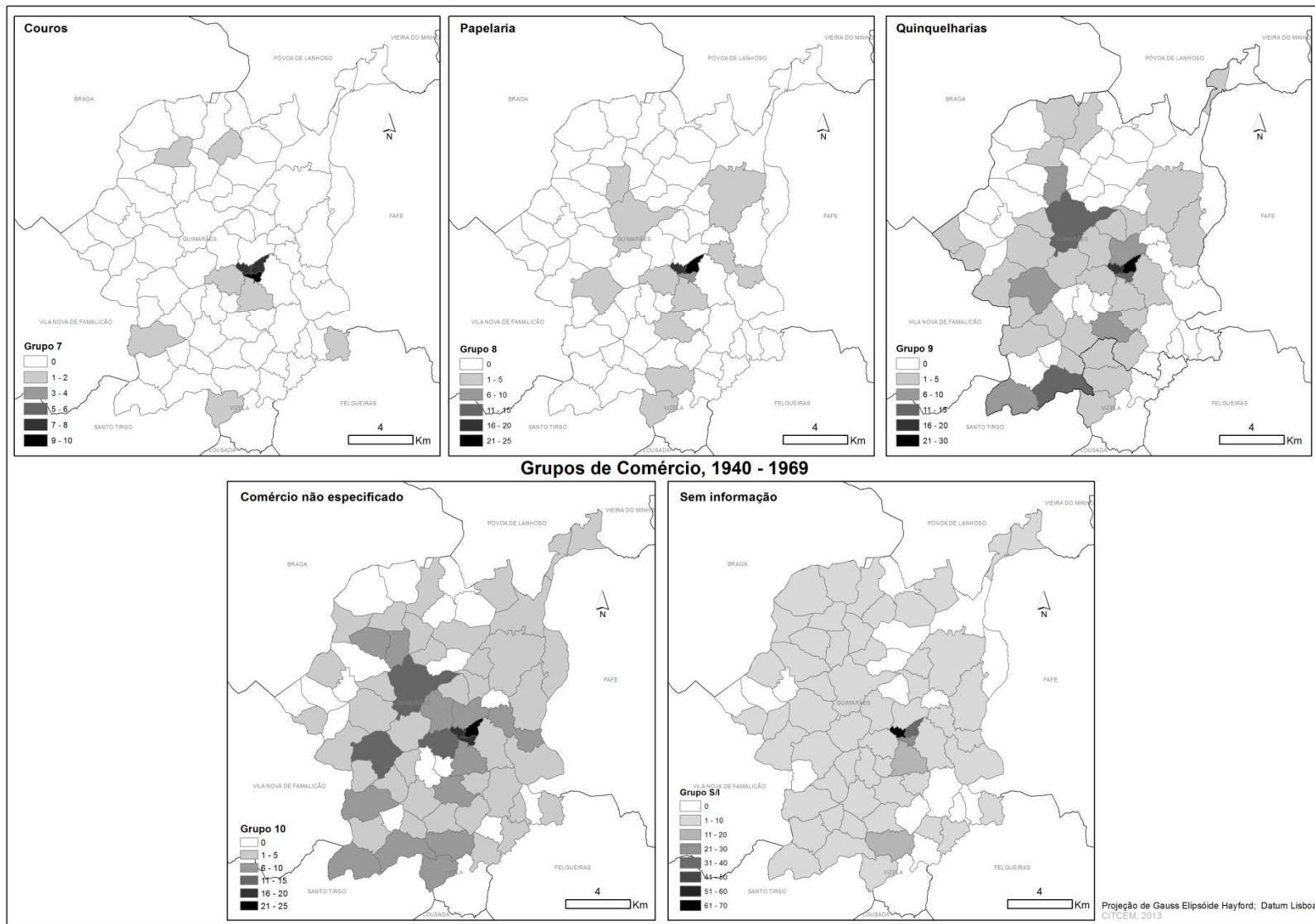
limitrofes do concelho (18 de 30). Já o grupo X apenas não está presente em 17 das freguesias do concelho de Guimarães, verificando-se uma concentração acima da média nas freguesias urbanas e nas freguesias de Ponte, Creixomil e Selho S. Jorge.

No outro extremo, grupos menos representados, estão grupos VII e VIII, *Couros* e *Papelaria*. O primeiro está apenas presente em 10 freguesias e o segundo, em 14, ambos de forma dispersa pelo concelho. Referência ainda para o grupo dos *Sem Informação*, que chegam a representar mais do que seis dos grupos de comércio instituídos.

Relativamente às freguesias mais representadas destacam-se, naturalmente, as freguesias urbanas, em todos os grupos. Ainda assim, destas três freguesias há uma que se destaca, S. Paio, apresentando a maior concentração de estabelecimentos em quase todos os grupos de comércio. Em seguida surge Oliveira do Castelo e, por fim, S. Sebastião. Na posição inversa encontram-se várias das freguesias rurais, a maioria das quais concentrada na faixa que faz a fronteira com o concelho de Braga.

Mapa VI – Total dos sócios recenseados no GCCG por grupos de comércio e freguesia, 1939-69



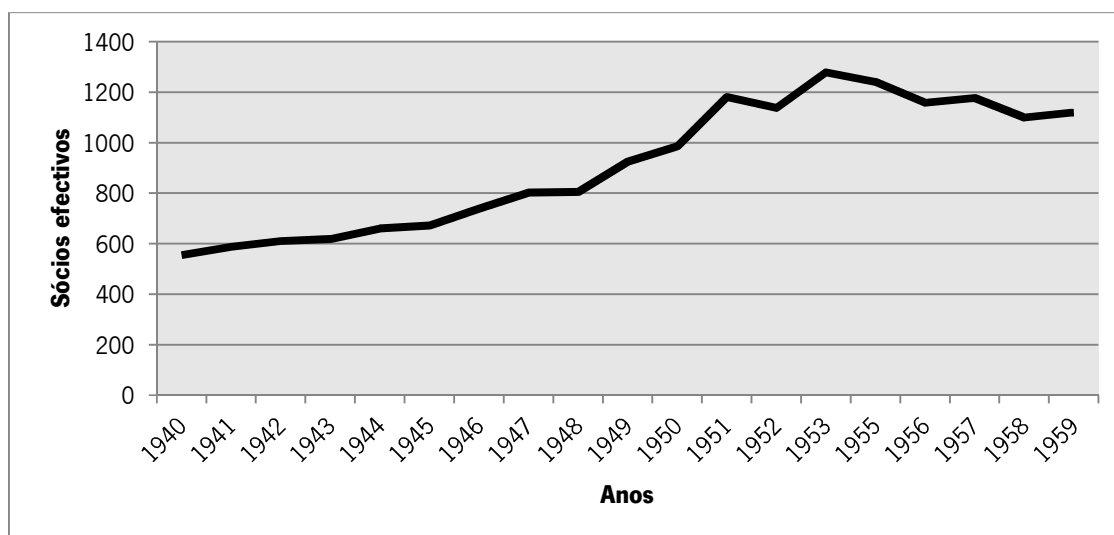


Os registos de cobrança...

Por último, avaliámos a questão das quotas. Todos os comerciantes (sócios ou não) estão obrigados ao pagamento de quotas mensais para além do pagamento inicial da joia de inscrição no Grémio. A joia tem um valor fixo de 10\$00 (Capítulo II, artigo 14.º), para efetivos e auxiliares. Já o valor da quota corresponde, para os efetivos, “a 1 por milhar sobre o lucro tributável atribuído para efeito da contribuição industrial paga ao Estado, arredondada em escudos”¹⁷³, oscilando entre uma quota mínima de 2\$50 e uma máxima de 30\$00¹⁷⁴; no caso dos auxiliares, a quota é fixa, no valor de 5\$00. Se levarmos em conta que o salário médio diário de um operário municipal se situa, no início da década de 60, entre os 20 e os 30 escudos, e que os valores da quotização se mantêm semelhantes desde a aprovação dos Estatutos (1940), percebemos rapidamente o motivo da contestação relativamente aos valores de cobrança (Cap. II, 2.1, 2.1.1, *Estatutos*).

Os livros de registo analisados não abrangem todo o período em estudo, sendo omissos em relação à década de 1960. Disponemos assim de informação relativa às quotas entre 1940 e 1959, excetuando o ano de 1954 sobre o qual não encontramos registo¹⁷⁵.

Gráfico VIII – Evolução do número de contribuintes efetivos recenseados no GCCG, 1940-1959



¹⁷³ GCCG. *Estatutos*, p. 11.

¹⁷⁴ No total existiam 31 escalões, o mais baixo no valor de 2\$50, o escalão seguinte era o de 3\$00, sendo que a partir daqui os escalões aumentam um escudo cada até se chegar aos 30\$00 (em duas ocasiões surgem ainda dois escalões que não mais se repetem: 7\$50 e 27\$50).

¹⁷⁵ O livro intitulado *Descarga de Cotas, 1953-55*, não apresenta informação relativa ao ano de 1954, passando diretamente de 1953 para 1955.

Em todos os livros analisados, num período de 19 anos (1940 – 1959), existem 17 351 quotas pagas por sócios efetivos/contribuintes¹⁷⁶, somando um valor total de 943 997\$50, distribuídos pelos 31 escalões. Analisando o gráfico VIII, verifica-se um crescimento gradual, com o número de contribuintes a aumentar de forma segura entre 1940 e 1951, passando de 555 para 1181 sócios pagantes. No ano seguinte regista-se uma quebra ligeira, atingindo-se o pico em 1953, com 1278 contribuintes. A partir deste ano, o número de contribuintes diminui, ainda que intercalado com pequenas recuperações, terminando o período de estudo, com 1120 sócios efetivos a pagar quotas.

Quadro V – Evolução do número de contribuintes efetivos recenseados no GCCG e valores anuais pagos, 1940-1959

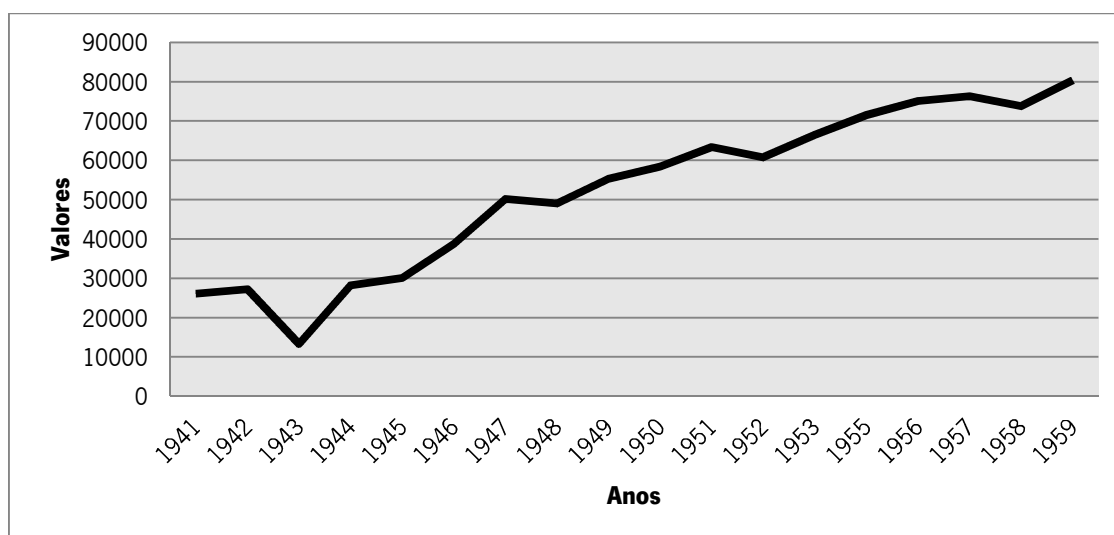
Anos	Sócios	Valor total
1940	555	SI
1941	588	26 083\$50
1942	610	27 244\$00
1943	618	13 317\$00
1944	660	28 212\$00
1945	672	30 085\$50
1946	739	38 669\$50
1947	802	50 175\$50
1948	805	49 029\$00
1949	925	55 293\$00
1950	986	58 412\$00
1951	1181	63 329\$50
1952	1137	60 753\$50
1953	1278	66 418\$50
1955	1240	71 454\$50
1956	1158	75 082\$00
1957	1177	76 284\$00
1958	1100	73 776\$00
1959	1120	80 378\$50
Total	17 351	943 997\$50

Em relação aos valores obtidos anualmente através da cobrança das quotas, visíveis no gráfico V, *Evolução dos valores de cobrança*, verifica-se um aumento constante entre 1941 (não

¹⁷⁶ Por contribuinte entende-se cada sócio pagante anualmente (se levarmos em conta que entre 1940 e 1959 estiveram inscritos um máximo de 1714 sócios efetivos, poderiam ter sido pagas 30 852 quotas).

existem valores para 1940) e 1959, ainda que com três períodos de quebra (não superiores a um ano). A única exceção é o ano de 1943, que regista o valor anual mais baixo em todo o período em análise, apenas 13 317\$00, no entanto, este ano é excecional, uma vez que todos os escalões sofrem um corte de 50% no valor total anual, em relação ao que era normalmente cobrado. Assim, em 1941 o valor anual foi de 26 083\$50, e no último ano em que existe essa informação, 1959, o total anual foi de 80 378\$50, uma soma superior à registada no ano de 1941, aproximadamente, em 68%. De resto, o ano de 1959 é mesmo aquele em que o Grémio obtém uma maior receita com a cobrança de quotas aos sócios efetivos.

Gráfico IX – Evolução dos valores de cobrança dos efetivos recenseados no GCCG, 1940-1959



Analisando esta informação sob a perspetiva dos diferentes escalões é fácil constatar que o primeiro escalão (2\$50) é aquele que mais se destaca, com 9043 contribuintes, 52% do total, sendo também o escalão que mais receitas gera: 248 462\$50, sendo que o escalão que mais se aproxima deste valor é o de 4\$00, com 1729 contribuintes, conseguindo um valor de 79 804\$00.

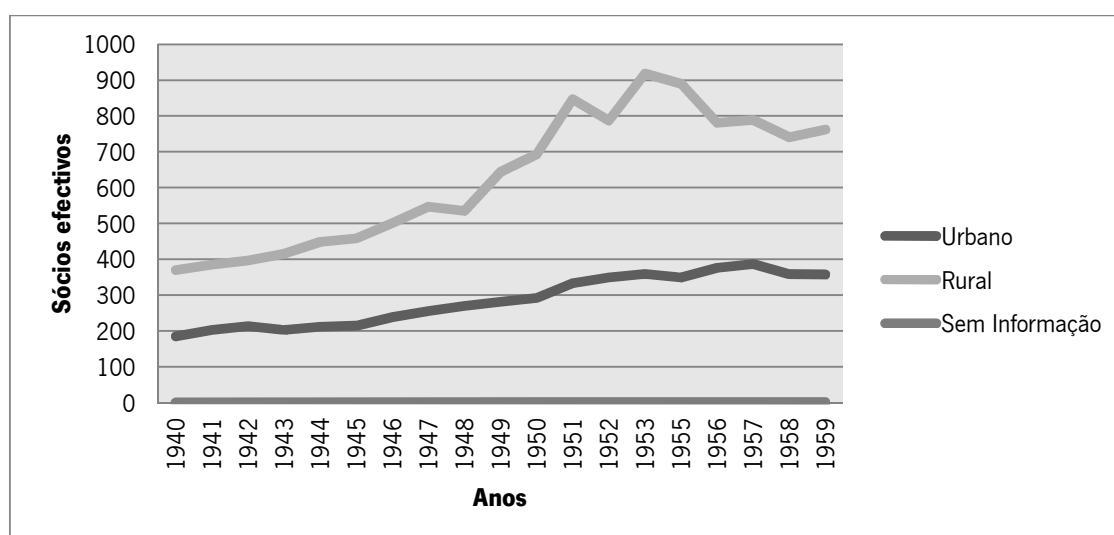
Quadro VI – Distribuição dos contribuintes efetivos recenseados no GCCG nos escalões de quotização, 1940-1959

Escalões (intervalos)	Contribuintes	Valores
[0 – 10\$]	15 946 (92%)	670 185\$50 (71%)
[11\$ – 20\$]	1018 (6%)	160 513\$00 (17%)
[21\$ – 30\$]	374 (2%)	113 299\$00 (12%)

Conforme se pode observar no quadro VI, é nos primeiros nove escalões que se encontram a maioria dos sócios e os valores mais altos conseguidos pelo Grémio, representando 71% do total dos montantes envolvidos e 92% do total dos contribuintes. Os outros dois intervalos, apesar de representarem uma pequena percentagem do total dos contribuintes, conseguem aumentar a sua importância relativamente aos valores gerados, verificando-se uma discrepância de 10% entre o número de contribuintes e o montante por eles pago.

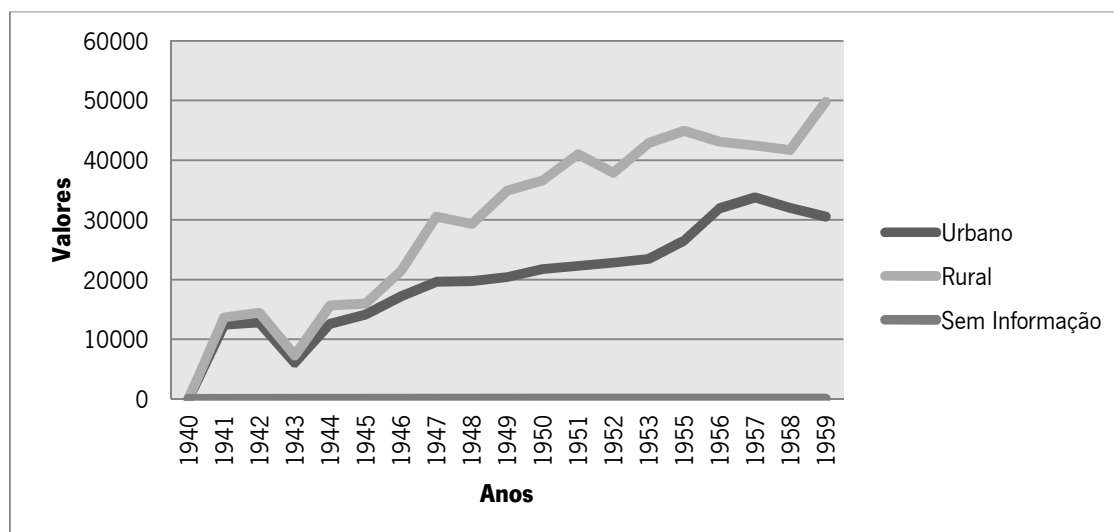
Esta informação pode ainda ser analisada com mais detalhe, nomeadamente, através da sua leitura juntamente com os grupos de comércio e o meio envolvente dos contribuintes

Gráfico X – Evolução dos contribuintes efetivos recenseados no GCCG, em meio urbano e rural, 1940-1959



Uma análise do gráfico X permite concluir que o meio rural apresenta um maior número de contribuintes face ao meio urbano, reflexo do maior número de agremiados registados nesse meio, contando-se 5434 contribuintes no meio urbano e 11 908 no meio rural (e ainda 19 contribuintes sem essa informação). Os montantes anuais que os diferentes meios alcançam são reflexo destes números, com o meio rural a registar 563 490\$00, contra os 380 161\$00 do meio urbano. O *melhor ano* do meio urbano é o de 1957, com 387 contribuintes e uma receita de 33 783\$00; no meio rural, é o ano de 1953 que regista o maior número de contribuintes (918), mas é em 1959 que se regista a maior receita, num montante de 49 784\$50. Os valores de ambos os meios são próximos nos primeiros cinco anos, com o meio rural a crescer mais acentuadamente a partir de 1946, como se pode observar no gráfico XI:

Gráfico XI – Evolução dos valores de cobrança gerados pelos contribuintes efetivos recenseados no GCCG em meio urbano e rural, 1940-1959



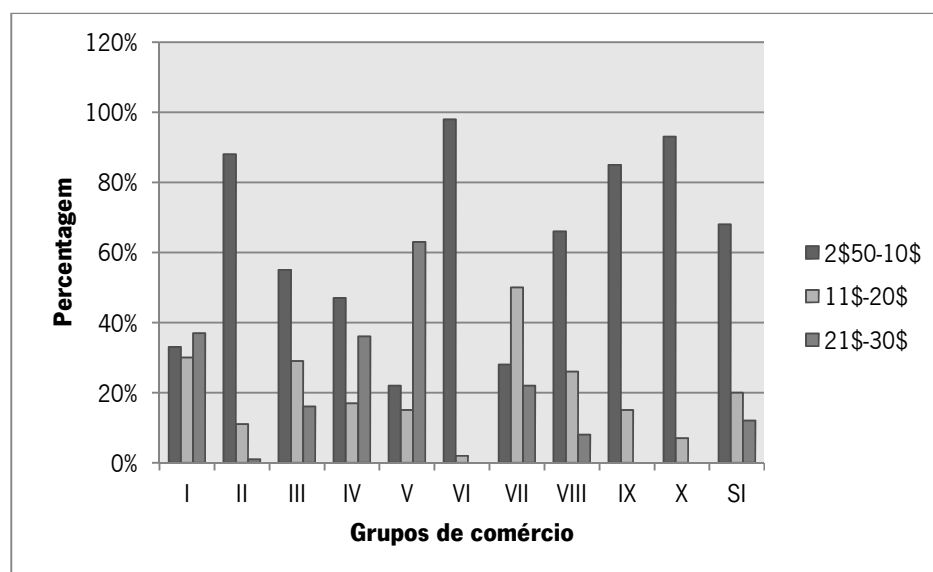
Analisando ambos os gráficos, é possível concluir que as linhas relativas ao meio rural se aproximam mais dos valores presentes nos gráficos VIII e IX, já que é também este o meio com maior incidência. Denota-se também que este meio sofre mais alterações em relação ao urbano, quer a nível de contribuintes quer a nível de valores anuais, apresentando um crescimento com quebras espaçadas, sendo que, começa mais cedo a perder contribuintes, mas os valores cobrados não caem da mesma forma, terminando mesmo em crescendo. O meio urbano, por sua vez, tem uma evolução positiva, com um crescimento constante, mas não tão acentuado como o verificado a nível rural; a partir de 1957 perde, anualmente, contribuintes e, ao contrário do verificado no meio rural, os montantes dos valores de cobrança diminuem.

Observando os diferentes escalões, juntamente com o meio em que os contribuintes se inserem, de imediato, é possível observar que até ao escalão de 13\$00 o meio rural se sobrepõe ao meio urbano; a partir desse escalão verifica-se precisamente o contrário, com o meio urbano a ganhar importância face ao meio rural. Nesse primeiro intervalo o meio rural movimentava 513 019\$00, face aos 220 778\$00 registados no meio urbano. Entre os escalões de 14\$00 e 30\$00 os valores de ambos os meios decrescem, sobretudo no meio rural que atinge os 50 471\$00, apenas cerca de 10% dos montantes atingidos no primeiro intervalo; já o meio urbano perde bastante menos (cerca de 28%) atingindo valores superiores aos do meio rural, nomeadamente 159 383\$00. A análise a esta informação permite concluir que, apesar do meio rural gerar um valor superior, o meio urbano é aquele que está mais representado nos escalões superiores, deixando antever que seria nas freguesias de S. Paio, S. Sebastião e Oliveira do Castelo que estariam os comerciantes mais bem-sucedidos do concelho de Guimarães à época.

Finalmente, a informação da quotização pode ser também cruzada com a informação disponibilizada nos livros de registos acerca dos ramos de atividade dos sócios efetivos.

Cruzando a informação da quotização com os grupos de comércio é possível observar quais os escalões de quotas que predominam nos diferentes grupos, bem como, os montantes movimentados, conseguindo dessa forma, auferir quais os negócios mais lucrativos à época, uma vez que o escalão atribuído a cada contribuinte deriva do lucro que este alcança.

Gráfico XII – Representatividade dos escalões de quotização nos grupos de comércio



Com base no gráfico XII, facilmente se verifica que o primeiro intervalo é o mais representado, na maioria dos grupos, com percentagens em muito superiores aos demais; apenas nos grupos *Vestuário (têxteis) e calçado*, *Eletricidade/Eletrrodomésticos* e *Couros* não se verifica essa situação. Nos dois primeiros é o terceiro intervalo (21\$-30\$) o mais representado (sendo que no grupo V, este intervalo representa 63%); já nos *Couros*, é o segundo intervalo (11\$-20\$) o mais representado. Este segundo intervalo surge ainda bem representado em quase todos os grupos, exceção para os grupos *Gêneros alimentícios*, *Mobiliário e Similares* e *Comércio não especificado*. Já o terceiro intervalo não está presente nos grupos VI, IX e X, estando ainda muito pouco representado nos grupos II e VIII.

Assim, pode concluir-se que os grupos mais lucrativos são os relacionados com os têxteis e a eletricidade, curiosamente grupos cuja divisão rural/urbano não é muito acentuada; por sua vez, o grupo menos lucrativo é o dos *Móveis e similares* (que não regista grandes diferenças entre os dois meios) com o primeiro intervalo a representar 98%, seguido do

Comércio não especificado, com 93%. O sector alimentar, apesar de ser de todos aquele com mais contribuintes, é também dos menos lucrativos, com o primeiro intervalo a representar 88% dos seus contribuintes (estes dois sectores já com uma proeminência do meio rural).

Assim, como se pode observar no quadro VII, em sete dos grupos de comércio o primeiro intervalo é aquele que gera um maior montante, seguido dos segundo e terceiro intervalos, respetivamente, são esses os grupos: II; III; VI; VIII; IX; X; e SI. O segundo grupo destaca-se novamente, sendo aquele que mais dinheiro gera, 540 092\$50, com grande parte deste montante a estar concentrado no intervalo entre os escalões de 2\$50 – 10\$ (473 178\$50). O grupo que mais se aproxima deste, é o dos têxteis, com 140 497\$50, no entanto, neste grupo há uma distribuição muito uniforme entre os três intervalos, com uma diferença máxima de cerca de 9000\$00 entre todos, com o intervalo entre os 21\$ e os 30\$ a movimentar mais dinheiro, 51 382\$00. No grupo ligado à eletricidade e eletrodomésticos é também o último intervalo que gera mais receitas, com 12 416\$00, contra os 4238\$00 e os 3042\$00 verificados no primeiro e segundo intervalos, respetivamente.

Quadro VII – Representatividade dos escalões de quotização nos grupos de comércio

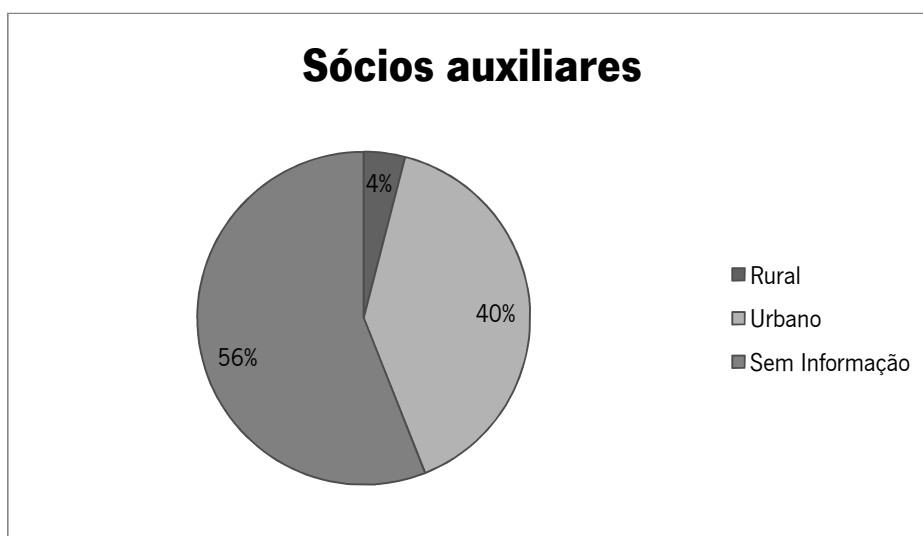
Escalão	I	II	III	IV	V	VI
[2\$50-10\$]	46633,5	473178,5	43420	23796,5	4238	6051,5
[11\$-20\$]	42482	59018	22636	8591	3042	144
[21\$-30\$]	51382	7896	12971	17870	12416	0
TOTAL	140497,5	540092,5	79027	50257,5	19696	6195,5
Escalão	VII	VIII	IX	X	SI	TOTAL
[2\$50-10\$]	4613	6518	12720	13829,5	35187	670185,5
[11\$-20\$]	8296	2532	2225	1004	10543	160513
[21\$-30\$]	3588	840	0	0	6336	113299
TOTAL	16497	9890	14945	14833,5	52066	943997,5

3.5.2 Auxiliares

A informação disponível para os sócios auxiliares não é tão completa como no caso dos efetivos, desde logo porque não existe referência aos ramos de atividade e, também, porque as informações relativas ao meio que os sócios se inserem e da quotização estão incompletas. Em relação à distribuição local, o campo *Sem Informação* ocupa a maior fatia relativamente ao meio

urbano e rural, representando 56% dos sócios auxiliares inscritos. O meio rural, por sua vez, perde a importância que consegue na categoria dos sócios efetivos, com apenas dois dos sócios a estarem inseridos neste meio (4%); o meio urbano representa 40% dos sócios auxiliares inscritos, com 20 associados. Verifica-se assim, como se pode ver no gráfico XIII, uma tendência inversa à verificada com os sócios efetivos, assumindo-se o meio urbano (sem contar com os *Sem Informação*) como aquele onde se encontram mais agremiados.

Gráfico XIII – Distribuição dos não inscritos em meio urbano e rural, 1940-1959



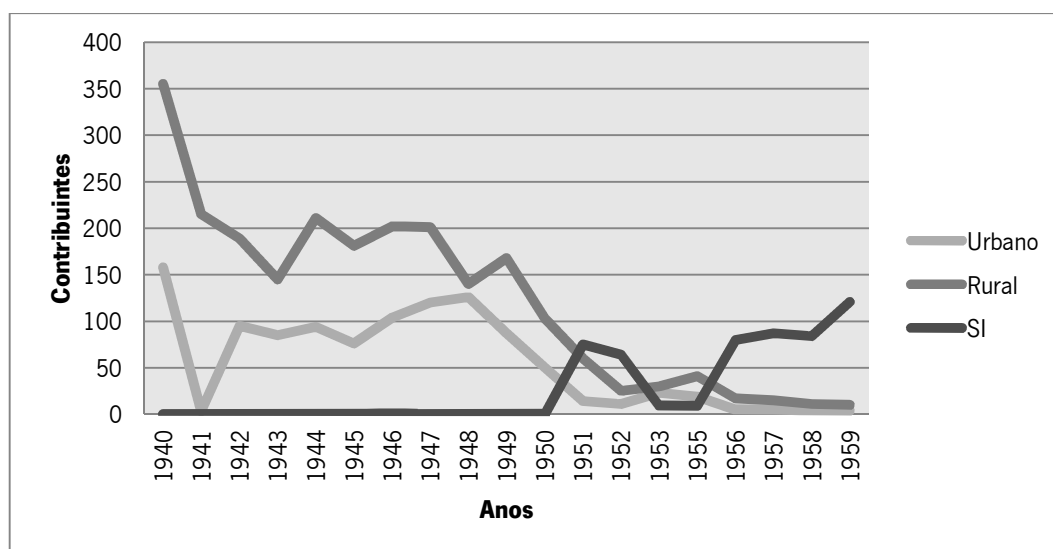
Quanto à quotização, o seu valor é fixo (5\$00). Existem poucos registos, resultado também, da curta duração desta categoria, existente apenas entre 1940 e 1956 (com uma interrupção entre 1946 e 1951). De entre os 50 sócios auxiliares, contam-se um total de 29 contribuintes (sendo que podiam existir até 950 quotas pagas) no período apenas entre 1940 e 1946. Estes 29 contribuintes geram 1410\$00 de receita, encontrando-se, praticamente, todos eles no escalão de 5\$00 (apenas um destes contribuintes se encontra noutro escalão, o de 10\$00). Desses 29 contribuintes, 24 encontram-se no meio urbano, três no meio rural e um deles não possui informação relativamente ao meio em que se insere.

3.5.3 Não Inscritos

No total são 1737 os indivíduos nesta situação, desses, 930 estão inseridos no meio rural e 445 no meio urbano (362 indivíduos não apresentam esta informação), verificando-se, à semelhança do que aconteceu no caso dos sócios efetivos, a predominância do meio rural nos contribuintes. Além deste campo, apenas a questão das quotas é passível de ser analisada.

Na situação de não-inscritos existem 3932 contribuintes, com a maioria localizada no meio rural (2319), estando ainda registados 1083 contribuintes no meio urbano e 530 em que essa informação não está presente, representando o primeiro 59% do total (o meio urbano representa 28% e o campo sem informação 13%). A tendência na evolução destes contribuintes é inversa aquela verificada com os sócios efetivos, apresentando uma evolução, no geral, negativa; se no início do período em estudo (1940) se contam 513 contribuintes, no ano de 1959, último em que a informação da quotização está presente, existem apenas 135 contribuintes. Logo em 1941 verifica-se uma quebra acentuada (218), e até 1947 verificam-se muitos altos e baixos. A partir deste ano começa uma descida gradual, que permanece até 1955, ano em que são registados apenas 62 contribuintes. Deste ponto em diante verifica-se uma recuperação, ainda que ligeira.

Gráfico XIV – Evolução dos contribuintes *não inscritos* em meio urbano e rural, 1940-1959



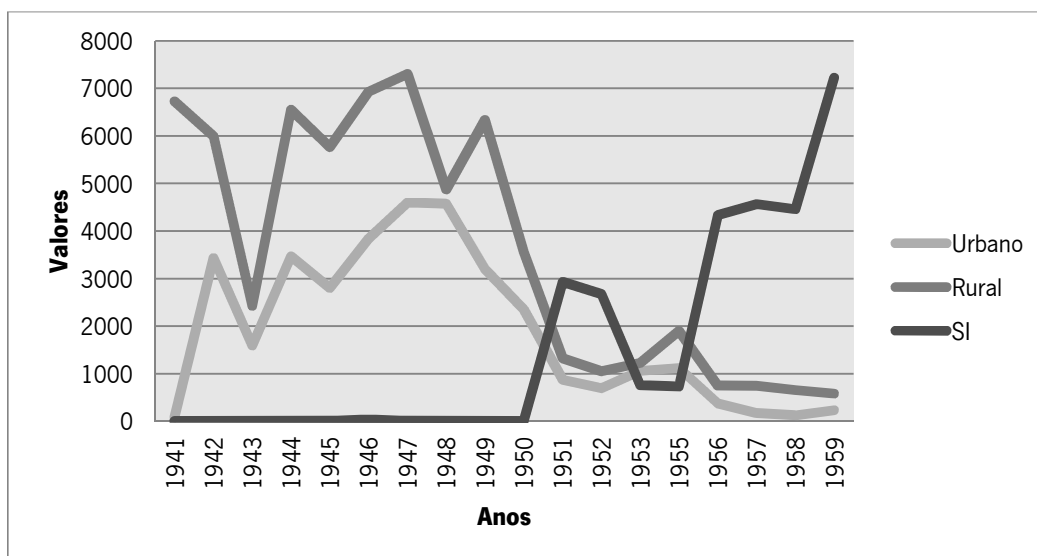
A evolução do número de contribuintes nos diferentes meios, que pode ser observada no gráfico XIV, não é uniforme, muito por culpa do grupo dos *sem informação*. Os meios urbano e rural apresentam uma diminuição progressiva, contrastando com os *sem informação*, que surgem em 1946, revelando uma tendência de crescimento.

No meio urbano existem dois períodos distintos: entre 1940 e 1948 não se registam grandes alterações, exceção para 1941, ano em que são registados apenas três contribuintes; a partir de 1949 começa uma descida que se mantém até 1959 (ainda que com uma ligeira recuperação em 1953). Já o meio rural apresenta uma evolução negativa, com um decréscimo

gradual, ainda que quebrado a espaços. Em 1940 registam-se 355 contribuintes, no entanto, já em 1943, este número desce para menos de metade (145); entre este ano e 1947 dão-se alterações ligeiras, porém a partir desse ano volta a verificar-se nova descida, com o meio rural a registar em 1959 apenas 10 contribuintes. Por último, em relação àqueles contribuintes cuja informação da morada não está presente, apenas em 1946 surge o primeiro caso, havendo um vazio nos quatro anos seguintes. Em 1951 surgem 75 contribuintes, sofrendo uma queda ligeira no ano seguinte, para em 1953 e 1955 registar apenas 9 contribuintes. Este grupo é de resto o único com uma evolução positiva, terminando em crescimento: em 1956 regista 80 contribuintes, terminando a década de 1950 com 121 contribuintes, muito longe dos registados nos meios urbano e rural (quatro e nove contribuintes, respetivamente).

Quanto aos valores gerados por estes contribuintes (*não inscritos*), no total, registam-se 126 994\$50, valores muito distantes dos 943 997\$50 gerados pelos sócios efetivos. Curiosamente, o primeiro e o último ano da quotização apresentam valores muito próximos, 6767\$50 e 8038\$50, respetivamente. Em 1943 verifica-se a mesma situação ocorrida com os sócios efetivos (sendo cobrado apenas metade do total anual habitual) refletindo-se numa quebra de mais de 50% em relação aos anos que o rodeiam. Entre 1944 e 1949 verificam-se alterações ligeiras, sendo que a partir deste último ano começa uma queda que chega ao seu ponto mais baixo em 1953, ano em que são registados 3048\$00; a partir deste ponto há uma recuperação, chegando-se a 1959 com um montante de 8038\$50. O meio rural é, uma vez mais, o que movimenta mais dinheiro, num total de 64 691\$50, com o meio urbano a surgir em seguida, com 34 588\$50 e, por fim, o campo sem informação, com valores muito próximos, 27 714\$50.

Gráfico XV – Evolução dos valores de cobrança gerados pelos contribuintes não inscritos, de acordo com o meio local, 1940-1959



Como se pode observar no gráfico XV, a evolução nos diferentes meios é algo irregular, seguindo a evolução dos contribuintes, sobretudo entre os meios urbano e rural e o grupo dos “sem informação”; este último apenas aparece, significativamente, em 1951, com 2930\$50, baixando para perto dos 700\$ em 1953 e 1955, porém, recupera logo em 1956, verificando-se um grande aumento até 1959, terminando com 7222\$50. No sentido contrário encontram-se os outros dois grupos (exceção para o primeiro ano em que o meio urbano registra apenas 81\$00, face aos 6722\$50 registrados no meio rural); em 1943 registra-se uma quebra (já justificada) e até 1947 ambos os meios registam crescimento. Nos dois anos seguintes verificam-se diferentes situações entre estes dois meios: o meio urbano mantém-se até 1948, começando uma descida a partir desse ano; por sua vez, o meio rural sofre uma quebra de mais de 2000\$00 de 1947 para 1948, recuperando no ano seguinte (6336\$00) para, à semelhança do meio urbano, sofrer uma queda por três anos consecutivos. Entre 1953 e 1956 há uma ligeira recuperação, com os diferentes meios a terminar em tendências distintas, mas com valores muito próximos. O meio urbano termina com um aumento em relação ao ano anterior e o meio rural com uma descida muito ligeira entre 1956 e 1959, registando-se entre ambos uma diferença de apenas 348\$00.

Ao contrário do que sucede com os sócios efetivos este grupo apresenta uma evolução muito distinta no panorama geral e entre os diferentes meios. No panorama geral verifica-se uma tendência negativa com o número de contribuintes e os valores anuais a decrescerem gradualmente. Já nos diferentes meios essa tendência mantém-se, sendo apenas contrariada pelo grupo dos *sem informação* que, a partir de certo ponto, se torna mesmo no grupo mais

importante, ultrapassando os números dos meios urbano e rural, algo que não acontece com os sócios efetivos, onde esse grupo apresenta valores marginais.

Em relação aos escalões, é novamente o intervalo entre os 2\$50 e os 10\$00 que apresenta um maior número de inscritos (90%), bem como, o valor total mais alto. Segue-se o intervalo 11\$00 – 20\$00, com 84 contribuintes e o último intervalo, 21\$00 – 30\$00, com apenas 12 contribuintes registados; nos diferentes meios não se dão alterações em relação ao panorama geral, com o primeiro intervalo a assumir maior importância, relativamente ao segundo e último intervalos, respetivamente.

O meio rural é aquele com mais contribuintes no primeiro intervalo, 2295, contando ainda com 24 contribuintes no segundo. O meio urbano conta com 1083 contribuintes, 1055 dos quais se encontram no primeiro intervalo, 20 no segundo e ainda oito no último (sendo o meio mais representado neste intervalo). O grupo dos “sem informação” regista 486 contribuintes no primeiro intervalo, 40 no segundo (contando mais contribuintes neste intervalo que os restantes meios) e quatro no intervalo entre os 21\$00 e os 30\$00. Quanto aos montantes envolvidos, é no primeiro intervalo que se verifica o valor mais elevado, com 114 033\$00, seguido do segundo intervalo com 9713\$00 e o terceiro com 3252\$00. Uma vez mais, os diferentes meios seguem a tendência geral, conforme pode ser observado no quadro VIII, exceção para o meio urbano, que gera um valor mais alto no terceiro intervalo, relativamente ao segundo. Todos os meios são os mais representados em cada um dos diferentes intervalos: o meio rural no primeiro intervalo, com 62 222\$50; o segundo intervalo no grupo dos “sem informação”, com 9713\$00; e, por fim, o meio urbano no terceiro intervalo com um valor de 2286\$00.

Quadro VIII – Valores de cobrança gerado pelos contribuintes não inscritos em meio urbano e rural

Intervalos	Urbano	Rural	SI	Total
0 - 10\$	31080,5	62222,5	20730,5	114033
11\$ - 20\$	1222	2473	6018	9713
21\$ - 30\$	2286	0	966	3252
Total	34588,5	64695,5	27714,5	126998,5

Com base nos dados recolhidos nos livros de registo e nos livros de quotização, é assim possível criar uma imagem bastante reveladora daquilo que foi o tecido comercial concelhio vimaranense ao longo de quase todo o período de existência do GCCG.

Os comerciantes/estabelecimentos mais bem-sucedidos¹⁷⁷, que pagavam escalão igual ou superior a 15\$00, eram quatro, todos eles ligados, direta ou indiretamente, ao têxtil, três deles como comerciantes de tecidos (algodão, lã e linho), e ainda uma multinacional, *Singer Sewing Machine Company*, que comercializava máquinas de costura. Desses quatro associados apenas um, Joaquim Lopes Alves Guimarães, se inseria no meio rural, estando presente na freguesia de S. João de Caldas de Vizela; dos restantes, dois localizavam-se na freguesia de S. Sebastião e um em S. Paio. No outro extremo, encontramos 23 comerciantes que, nesses 19 anos, pagaram o escalão mais baixo, 2\$50, distribuídos de forma quase idêntica pelos meios urbano (12) e rural (11), com a maioria afectada ao sector alimentar.

O único estabelecimento que, ao longo dos 19 anos de quotização, paga o escalão mais alto, 30\$00, totalizando 6300\$00 de quotização, respeita à firma *Casa dos Linhos de Teixeira de Abreu & Cia. Lda.* (representada por Emílio de Abreu Ribeiro), um mercador e armazém de tecidos de algodão e linho, sita no Largo 28 de Maio, atual Largo 25 de Abril, freguesia de S. Sebastião.

Figura III – Publicidade da Casa dos Linhos



Fonte: *Memórias de Araduca*, disponível online em: <http://araduca.blogspot.pt/2011/09/linho-o-rei-dos-tecidos.html>

¹⁷⁷ Para aferir o *sucesso* dos comerciantes, foram seleccionados aqueles cuja informação da quotização é possível acompanhar desde 1940 a 1959.

Remontando a meados do século XIX, sob o nome *Viúva Nogueira e Sousa* e gerida por



Quitéria de Sousa, figura destacada na indústria têxtil manual vimaranense, foi a partir de 1890, sob a gerência de um ilustre da cidade, José Teixeira de Abreu (primeiro Presidente da Câmara de Guimarães após a instauração da República e duas vezes Presidente da ACIG) que se deu a expansão comercial e fabril do estabelecimento. Esta foi uma casa comercial de referência dos bordados tradicionais de Guimarães até ao seu desaparecimento no final dos anos 80 do século XX¹⁷⁸.

Figura IV – Casa dos Linhos, disponível online em: <http://reimaginar.webprodz.com/imagem/pt-rmgmr-cfm-536/>

Outra das empresas destacadas é a firma *Alberto Pimenta Machado & Herdeiros*, também ela ligada ao comércio de tecidos, nomeadamente, algodão e lã. Fundada em 1919 por Alberto Pimenta Machado constituía um verdadeiro império, com várias fábricas e cuja sede, escritórios, armazéns e algumas secções fabris ocupavam, nos anos 50, um quarteirão da Rua Paio Galvão.

Alberto Pimenta Machado, que viria a receber a distinção de Comendador em 1944, tinha a colaboração dos seus três filhos nos negócios, atribuindo a cada um uma secção da sua firma, o que originou a firma *Alberto Pimenta Machado & Filhos*, que reunia todas as suas atividades. Esta firma pagou 6006\$00 de quotização, entre 1941 e 1959. Porém, se a este valor somarmos as quotizações pagas pelas várias filiais deste vasto império (vinhos; mercearia; óleos e gasolina; agentes; além do negócio de tecidos) o valor total ascende aos 7419\$00.

Outra das firmas poderosa do ponto de vista económico era a *Amadeu C. Penafort & Filhos*, com um total de 5964\$00 em quotizações pagas. Apesar de esta firma não estar diretamente ligada ao têxtil, acaba por se relacionar com esta indústria, já que se ocupa da venda de máquinas de costura. Curiosamente, ou talvez não, tanto esta firma como a firma *Teixeira de Abreu & Cia. Lda.* tiveram assento nos órgãos diretivos do Grémio, Direção e Assembleia Geral, por largos períodos de tempo. A primeira firma figurou durante três mandatos e a segunda esteve presente em sete mandatos intercalados.

Das firmas expostas, refira-se que todas elas se situam em espaço urbano, à exceção da firma em nome de Joaquim Lopes Alves Guimarães.

Esta última, que se dedica também aos têxteis, nomeadamente, algodão e linho, reporta-se à empresa mais rica localizada em espaço rural, situada na freguesia de S. João das Caldas de Vizela, rua Dr. Abílio Torres. Esta firma só procede à sua inscrição no GCCG em Maio de 1961, encontrando-se até então na situação dos *não inscritos*, ou seja, apenas como contribuinte do Grémio, já que paga quotas desde 1940.

A segunda firma rural mais rica é a *Empresa Têxtil da Cuca, Lda*, de Moreira de Cónegos, não pelos têxteis, mas sim pelo seu negócio de mercearia, vinhos, padaria, farinhas, algodão, drogaria, ferragens e agente, um verdadeiro centro de comércio no interior das suas instalações. Pagou um total de 5280\$00 de quotização. Esta empresa foi fundada em 1917 por um comerciante portuense, José Maria Simões. Com sede no Porto, em Guimarães encontravam-se as secções de fiação, tecelagem, tinturaria e demais oficinas, providenciando aos seus funcionários uma obra de assistência social exemplar, com creche, cantina, assistência médica e subsídios especiais em casos de doença, além de outras regalias.

Conclusão

O GCCG é fundado em 1940, integrado na política corporativa instalada pelo Estado Novo, que defendia uma lógica de organização económica e social, privilegiando o interesse geral, através de uma harmonia entre os vários intervenientes do mercado, controlado pelo próprio Estado. É neste contexto político-ideológico que surgem as corporações e os grémios, que iriam controlar as decisões económicas nacionais (fixação de preços, entrada de novas empresas no mercado, regulação das condições de trabalho, etc.). Estes organismos, dotados de representatividade nacional e sectorial sobre as atividades económicas estão na origem de um sistema de valores que interfere no modo de organização da vida económica, imposto pelo modelo corporativo.

O novo organismo trouxe alterações relativamente à ACIG. Desde logo nos seus fins, descaracterizados por imposição superior. Mas também a própria estrutura associativa é alterada, com o surgimento de um novo órgão administrativo, o Conselho Geral, que retira poderes à Assembleia Geral, o órgão mais poderoso durante a ACIG.

A reconversão da ACIG para o GCCG implicou alterações substantivas aos Estatutos do organismo, por forma a adaptá-lo ao sistema corporativo. Os novos Estatutos regem-se, obrigatoriamente, pelos Decretos-Leis 29232, de oito de Dezembro de 1938 (que regula a integração das associações patronais constituídas ao abrigo do decreto de 9 de Maio de 1891 na organização corporativa) e 24715, de três de Dezembro de 1934, promulgado na sequência do Decreto-Lei 23049 de 23 Setembro de 1933, que estabelece as bases a que devem obedecer os grémios obrigatórios, organismos corporativos das entidades patronais.

No alvará da aprovação dos Estatutos está presente a subordinação ao Estado que o Organismo tem obrigatoriamente que cumprir, sendo descrito que o Grémio seria destituído se não fornecesse todas as informações que lhe fossem solicitadas pelo Governo ou entidades de direito público, se promovesse ou auxiliasse greves ou protestos, e se infringisse o Estatuto do Trabalho Nacional.

Registe-se, a título de síntese, as alterações mais significativas.

De imediato, são de relevar os objetivos da instituição gremial que consistem na disciplinação das atividades comerciais e do repúdio da luta de classes e predomínio das plutocracias (em detrimento do relevo atribuído pela Associação aos interesses do comércio e ao desenvolvimento da região e dos associados). Na mesma ordem de ideias, são explicitadas as

competências do Organismo (art. 6.º), em articulação direta com a organização corporativa, entre os quais se destacam: a emissão de pareceres sobre os assuntos da especialidade, de acordo com a consulta dos órgãos corporativos superiores ou do Estado; e o desempenho de quaisquer funções incumbidas pelo Regimento das Corporações.

É ainda estabelecido, logo no primeiro capítulo (artigos 4.º e 7.º), que o Grémio exerce a sua ação no plano nacional, estando proibida a ligação a qualquer organização de carácter internacional, sem prévia autorização do Governo. E na mesma ordem de ideias, subordinam-se os interesses do grémio aos da economia nacional, atuando este em cooperação com os restantes elementos da economia nacional, renunciando a todas as atividades internas ou externas contrárias aos interesses nacionais.

Em relação aos órgãos administrativos, a mudança mais visível é a constituição do CG, órgão até então inexistente. No entanto, os demais órgãos vão sofrer alterações na sua natureza e no seu conteúdo.

A AG, *poder supremo* da Associação, dirigida pelos sócios, perde esse estatuto, passando a constituir apenas uma “reunião dos sócios no pleno gozo dos seus direitos”¹⁷⁹ (art. 5.º). O número de reuniões diminui significativamente, de duas reuniões anuais nos Estatutos de 1925, para apenas uma periodicidade bienal (passando assim de quatro reuniões em dois anos para apenas uma). Igualmente os seus objetivos sofrem modificações. Se com a Associação as sessões da AG tinham como propósito a leitura do relatório e contas da Direção, a nomeação de uma Comissão para análise do relatório, que posteriormente seria ouvido e votado, e a eleição dos corpos gerentes, na vigência do Grémio, as sessões destinam-se apenas à eleição da Mesa e Direção, o que é ilustrativo da divisão do poder com o CG do Grémio, órgão responsável pela aprovação do relatório e contas da Direção.

As competências da AG do Grémio são reduzidas, passando de cinco em 1925, para apenas três em 1940, perdendo competências para o CG. Também a composição da Mesa é reduzida, contando-se apenas três membros: presidente, 1.º secretário (com funções de vice-presidente) e 2.º secretário.

Em relação à Direção, o número de membros reduz-se com o fim de fortalecer a Direção e de a concentrar. Em contrapartida, o número de reuniões aumenta, passando estas a ter lugar quinzenalmente, meio de agilizar e de consolidar o poder da instituição.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 11.

As competências da Direção sofrem modificações, mantendo-se dos Estatutos de 1925 sete competências, ainda que com algumas modificações: representação do Grémio; resolução da admissão de associados e cobrança da receita (não discriminados nos Estatutos); execução dos Estatutos, regulamentos e deliberações da AG e do CG; manutenção da escritura do organismo; organização dos serviços, contratação e demissão do pessoal e fixação de categorias e vencimentos; apresentação anual, para apreciação do CG (ao invés do AG), das contas e relatório da gerência e da proposta de orçamento para o ano seguinte. Relativamente aos Estatutos de 1925 a Direção perde as seguintes competências: defesa do comércio e indústria; e o pedido ao presidente da AG para a realização das sessões extraordinárias. Das novas competências fazem parte: o ajuste de contratos e acordos coletivos de trabalho e outros compromissos corporativos; a prossecução dos fins do Organismo; aplicação das sanções aos sócios incumpridores; organização dos grupos de comércio e elaboração de lista dos sócios inscritos nos respetivos grupos; e a elaboração anual da lista dos sócios. Esta nova configuração, além de reveladora da perda de importância da AG para o CG, evidencia a relação do organismo com o Estado corporativo.

Relativamente aos sócios, o sistema de admissão torna-se aparentemente mais simples, deixando de ser exigidos a boa reputação moral e civil e o estatuto de maioria ou emancipação. Os critérios de admissão para sócio efetivo, como referimos atrás, limitam-se à apresentação de uma proposta escrita à Direção (pelo próprio candidato), exigindo-se a posse de estabelecimento próprio e estar coletado pela contribuição industrial. Já os sócios auxiliares, admitidos diretamente pela Direção, acabam por desaparecer na sequência de um despacho do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Ainda nas disposições gerais (capítulo VIII) dos Estatutos de 1940 são determinadas condições de funcionamento do Grémio em que este se encontra na dependência de aprovação superior (Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência), nomeadamente, em caso de dissolução voluntária do organismo, na eleição dos órgãos administrativos¹⁸⁰, na nomeação de comissões e na escolha de profissionais liberais (advogados, médicos, etc.).

Numa análise detalhada da evolução estatutária até ao momento da reconversão da Associação para o Grémio, é fácil concluir a mudança de direção que o Organismo impõe ao legado da Associação Comercial e Industrial de Guimarães.

¹⁸⁰ Em 1962, alguns elementos eleitos para a Direção foram mesmo vetados pelo Delegado do INTP, levando à dissolução da Direção eleita e à nomeação de uma Comissão Administrativa que vigora entre 1964 e 1967.

A gestão interna do Grémio encontra-se na dependência do Delegado do INTP, sendo este que estabelece a ligação com a estrutura corporativa. Daí que os dirigentes locais sejam obrigados a estabelecer contactos regulares com a Delegação de Braga, para a aprovação das contas, para a realização de eleições ou até, de coisas tão simples como a realização de um chá-dançante. Ainda assim, são várias as questões do funcionamento interno que passam pela gestão da Direção: estatutos; eleições; contabilidade; sócios; delegados; funcionários; obras; compras/vendas; beneficência; regulamentações e deliberações várias; a correspondência; e questões relacionadas com os membros diretivos. E cabe à Direção articular as suas intenções com a vontade da Delegação do INTP e, por vezes, com a vontade do próprio Subsecretário de Estado/Ministro das Corporações e Previdência Social. Prova disso, são as diligências efetuadas para a aprovação dos Estatutos, em 1940, para o qual foram necessárias mais do que uma visita à Delegação de Braga do INTP e a Lisboa. O caso mais grave desta subordinação, deu-se quando o Delegado impugnou a Direção eleita, levando à nomeação de uma Comissão Administrativa que governa os destinos do organismo por quase três anos.

A relação com o corporativismo não se fazia apenas por intermédio do Delegado, ou do Subsecretário de Estado/Ministro. Nessa relação contam-se também os demais grémios do comércio, cujos contactos eram frequentes (quer para pedir informações sobre procedimentos locais ou apoio em qualquer pretensão). Igualmente expressiva era a ligação com o Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga, secção de Guimarães, organismo corporativo primário que regula os operários do comércio na região administrativa do GCCG, registando-se contactos frequentes motivados pelos contratos de trabalho e, principalmente, pela alteração dos dias de trabalho em ocasiões festivas.

O organismo também não fica indiferente aos principais acontecimentos políticos nacionais, manifestando-se através de saudações aos grandes dirigentes políticos (os Presidentes da República e Oliveira Salazar, Presidente do Concelho) por ocasião de datas importantes ou mesmo com manifestações de apoio, como foi o caso do ataque da União Indiana à província de Dadrá, na década de 1950.

O GCCG desempenhou um importante papel na sua área de ação, o concelho vimaranense, intervindo em várias áreas da vida local além daquela a que estava destinado, o comércio.

A nível económico, o organismo intervém através de várias regulamentações destinadas à prática do comércio (horários e preços, principalmente), mas também se insurge pela defesa

da classe, contestando mesmo decisões governamentais (aumento de impostos) ou intervindo junto de identidades oficiais com pedidos específicos. Um dos principais *cavalos de batalha* do GCCG (à semelhança de muitos outros grémios do comércio) foi a luta contra o comércio ambulante, tida como altamente prejudicial para o comércio retalhista estabelecido, e que motivou várias motivações no período em estudo.

A intervenção do GCCG no concelho de Guimarães não se limitou a aspetos económicos. Além de procurar sempre o progresso da cidade do concelho, diligenciando sempre que necessário junto das entidades competentes para o melhoramento de vários serviços (correios, caminhos-de-ferro, entre outros), o organismo expressa o seu contentamento às principais figuras de regime, enviando agradecimentos depois de decisões favoráveis a Guimarães.

O organismo tem também uma forte vertente cultural e recreativa junto da cidade. Desde logo pelo seu papel nas Festas Gualterianas, as festas do concelho de Guimarães, colaborando com as comissões encarregadas da sua organização (cedendo espaços, concedendo subsídios) e, por vezes, estando mesmo à frente da sua organização. A sede do grémio foi também, por diversas vezes, palco de exposições e conferências, para as quais o organismo contribuía cedendo o espaço para a sua realização. Além disso, o organismo encetou várias relações com associações e entidades concelhias, marcava presença no Conselho Municipal e, por várias vezes, associou-se a cerimónias fúnebres de indivíduos ligados direta ou indiretamente ao GCCG e à extinta ACIG, ou de ilustres da cidade.

O comércio vimaranense era, sobretudo, rural, pobre e direcionado ao consumo local, apresentando uma oferta diversificada de produtos, afeta a dez grupos de comércio, que se traduzia numa gama variada de artigos: vestuário e têxteis, géneros alimentares, artigos de droguaria e ferragens, eletrodomésticos, mobiliário, cabedais, artigos de papelaria, quinquilharias (brinquedos, artigos de fotografia, entre outros), veículos e respetivos acessórios, além de uma oferta de serviços significativa – restauração, oficinas, eletricidade, etc..

Cumpre, no entanto, sublinhar que o sector largamente dominante é o alimentar, que representa 54% (2693) de todos os estabelecimentos comerciais recenseados no período em estudo. O que se compreende, uma vez que vai ao encontro de uma economia rural, voltada para a satisfação das necessidades locais.

Importa igualmente assinalar que o ramo de atividade comercial gerador de maior riqueza é precisamente aquele que se relaciona com o comércio de vestuário, têxteis e calçado.

Com efeito a maioria dos estabelecimentos afetos a este setor, paga quotas entre os 21\$00 e os 30\$00 – indicador que atesta a importância económica dos estabelecimentos.

Mas não é só o ramo de atividade que influencia a riqueza de determinado estabelecimento. Também o contexto local em que este se insere tem influência e, nesse caso, são claramente as freguesias urbanas que apresentam os estabelecimentos com maior importância económica.

A seleção dos estabelecimentos que se destacam em termos de grandeza económica e financeira constitui, igualmente, um outro indicador do tecido e da dinâmica comercial vimaranenses.

O Grémio cessa com o reaparecimento da ACIG, em Abril de 1975, um ano depois da revolução; a vertente industrial só é incorporada mais tarde, em 1982.

Fontes manuscritas

1. Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Guimarães:

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Actas da Assembleia Geral, 1944 a 1967;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Actas da Comissão Organizadora e comissão directiva n.º1, 1939 a 1942.

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Actas da Direcção e da comissão adjunta referente à organização e realização das festas da cidade, 1956 a 1957;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Actas da Direcção n.º 2, 1942 a 1952;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Actas da Direcção n.º 3, 1952 a 1969;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Actas de posse, 1937 a 1938;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Actas do Conselho Geral n.º 1, 1942 a 1962;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1942;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1943;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1944;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1945;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1946;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1947;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1948;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1949;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança rural, 1950;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1942;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1943;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1944;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1946;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1947;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1948;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1949;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1950;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Cobrança urbana, 1951;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Descarga de cotas, 1953 a 1955;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Folha de cobrança do mês, 1956;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Folha de cobrança rural, 1958;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Folha de cobrança urbana, 1958;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Folhas de cobrança rural, 1959;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Folhas de cobrança urbana, 1959;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Livro de cotização urbana, 1945;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Mapas de cobrança, 1957;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Registo da cobrança e conta corrente dos sócios e empresas colectadas no 2o semestre, 1940;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Registo da cobrança urbana, 1941;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Registo das empresas comerciais cotizadoras, 1939 a 1940;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Registo de cobrança e conta corrente das empresas cotizadoras, 1940;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Registo de cobrança rural, 1941;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Registo de sócios auxiliares, 1940 a 1946;

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães – Registo de sócios efectivos, 1939 a 1970;

Registo de sócios, 1848 a 1970;

Registo de sócios, 1950 a 1956;

Registo de sócios, 1968 a 1970.

Bibliografia

Alves, Jorge Fernandes, «O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX)», *Análise Social*, vol. 31, n.º 136-137, Lisboa: ICS-UL, p. 527-44.

Barreto, António e Mónica, Filomena, coord. *Dicionário de História de Portugal*, vols. XVIII e IX. Lisboa: Figueirinhas, 1999.

Barreto, António, *A Situação Social em Portugal: 1960-1995*, Lisboa: ICS/UL, 1996.

Mónica, Maria Filomena, «A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995» Em *A Situação Social em Portugal: 1960-1995*, António Barreto. Lisboa: ICS/UL, 1996.

Lopes, José da Silva, «A economia portuguesa desde 1960». Em *A Situação Social em Portugal: 1960-1995*, António Barreto. Lisboa: ICS/UL, 1996.

Domingos, Nuno. «Desproletarizar: A FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo». Em *O Estado Novo em questão*, dir. Nuno Domingos e Vítor Pereira. Lisboa: Edições 70, 2010.

Bastos, Carlos, *Livro de ouro do comércio e indústria de Portugal*. Porto: Autor, 1957.

Bonifácio, Maria Fátima (1986), «A Associação Comercial do Porto no contexto político económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX)», *Análise Social*, vol. 22, n.º 91, Lisboa: ICS-UL, p. 331-67.

Cachada, Armindo, «Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Subsídios para a sua História», *Boletim Informativo*, Edição Especial, 1990.

Cal, Alexandre Herculano da, *Legislação Corporativa. Grémios do Comércio e da Indústria e Sindicatos*. Porto: Edição do Autor, 1955.

Capela, Fernando Miguel, «Guimarães do comércio antigo», *Revista Guimarães o Caixeiro e o Comércio*, n.º 25, 1999.

Capela, Fernando Miguel, «Os comerciantes de ontem e o comércio de hoje», *Revista Guimarães o Caixeiro e o Comércio*, n.º 21, 1995.

Cardoso, Álvaro Garrido. «Contexto, Fundamentos e Lógicas de Construção da Economia Nacional Corporativa». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

Cardoso, José Luís. «Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

Cerdeira, Maria da Conceição, *O movimento associativo patronal português, de 1834 a 1994*, Lisboa: CICT-MTS (Min.º do Trabalho e da Solidariedade), 1998.

Federação dos grémios do comércio dos distritos de braga e viana do castelo. *Estatutos*. Braga, 1969.

Fernandes, Mário Gonçalves, *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto: FAUP, 2005.

Ferreira, Nuno Estevão, «O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945)», Em *O Corporativismo em Português*, org. António Costa Pinto e Francisco Carlos Palomanes Martinho. Lisboa: ICS, 2008.

Freire, Dulce. «Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

Grémio do Comércio de Braga. *Contrato colectivo de trabalho outorgado entre o Grémio do Comércio de Braga e o Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga*. Braga: s.l. 1944.

Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães. *Relatório da Actividade do Grémio de Comércio do Concelho de Guimarães desde a sua fundação em 1940 até 1955*. Guimarães: Gráfica Minhota, 1956.

Kinnon, Anthony de Seife, *Guimarães: Século XIX: de vila a cidade*, Guimarães: Edição do Autor, 2006.

Lains, Pedro; Silva, Álvaro Ferreira da (orgs.), *O Século XX, História Económica de Portugal 1700-2000*, vol III. Lisboa: ICS, 2005.

Lousada, Maria Alexandra. «Tradição e renovação nas Associações Profissionais». Em. *Associações Profissionais em Portugal*, org. João Freire. Oeiras: Celta Editora, 2004.

Lucena, Manuel de, e Carlos Graspar (1991), "Metamorfoses corporativas? Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (I) ", *Análise Social*, n.º 114, pp. 847-903.

Lucena, Manuel de, e Carlos Graspar (1992), "Metamorfoses corporativas? Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (II) ", *Análise Social*, n.º 115, pp. 135-187.

Matos, Ana Cardoso de (1996), “Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial”, *Análise Social*, n.º 136-137, pp. 397-412.

Medina, João. *História Contemporânea de Portugal*, vol. I, Lisboa: Mutilus, 1990.

Meireles, Maria José Marinho de Queirós, *O património urbano de Guimarães no contexto da idade contemporânea (Séc. XIX-XX): permanências e alterações*, Braga: [s.n.], 2000. Dissertação mestrado, Arqueologia Urbana, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2000.

Miranda, Jorge (1986), “As associações públicas no direito português”, *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, vol. XXVII, pp.57-90.

Oliveira, César, “O Estado Novo e os municípios corporativos”, Em *História dos Municípios e do Poder Local*, dir. César Oliveira. Lisboa: Temas e Debates, 1996.

Oliveira, Eduardo Pires, *História da Associação Comercial de Braga*, Braga: ed. da ACB, 2000.

Oliveira, Manuel Alves de, “Guimarães e o seu comércio”, *Revista Guimarães e o Caixeiro e o seu Comércio*, n.º 11, 1985.

Palmeira, Leovigildo, “Casa Esperança: 109 anos de actividade comercial – exposições permanentes dignas de visita”. *ICorreio do Minho*, Braga, 5 Ago. 1996.

Palmeira, Leovigildo, “Estabelecimentos importantes que Braga perdeu nos últimos anos”. *Correio do Minho*, Braga, 11 Dez. 1996.

Palmeira, Leovigildo, “Estabelecimentos importantes que Braga perdeu nos últimos anos”. *Correio do Minho*, Braga, 18 Dez. 1996.

Patriarca, Fátima, *A questão social no salazarismo, 1930-1947*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

Ramos, Rui (coord.). *História de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

Rocha, Raúl, *Guimarães no século XX, volume II (1940-1970)*, Guimarães: Editorial o Povo de Guimarães, 2011.

Rollo, Maria Fernanda. «Desmandos da Organização Corporativa e Reencontros do Corporativismo no Rescaldo da II Guerra. O Inquérito à Organização Corporativa em 1947». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

Rosas Fernando, “Portugal e o Estado Novo”, em *Nova História de Portugal*, vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Presença, 1987.

Rosas, Fernando (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols. Venda Nova: Ciclo de Leitores, 1996.

Rosas, Fernando e Garrido, Álvaro (coord.). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

Rosas, Fernando, “O Estado Novo”, em *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder, A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

Rosendo, Vasco, *O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e a sua origem*, Lisboa: Montepio Geral, 1996.

S. A. “As casas mais antigas do comércio tradicional”, *Revista Guimarães o Caixeiro e o Comércio*, n.º 13, 1987.

S. A. “O Comércio centenário vimaranense: viagem à formação da Associação Comercial e algumas casas centenárias”, *Revista Guimarães o Caixeiro e o Comércio*, n.º 11, 1985.

Sites

Portal do Instituto Nacional de Estatística. Acedido pela última vez em Setembro de 2013. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main.

Diário da República Electrónico. Acedido pela última vez em Julho de 2013. Disponível em: <http://dre.pt/>.

Anexos

Anexo I - Membros diretivos do Grémio do Comércio do Concelho de Guimarães

Nome (cota ¹⁸¹), empresa	Grupo de comércio	Cargos	Número de mandatos
Silvino Alves de Sousa (4\$00 – 5\$00)	Géneros Alimentícios	Presidente da Comissão Organizadora	1 mandato (1939)
		Presidente da Comissão Diretiva	1 mandato (1939-42)
Manuel da Silva Leite (2\$50)	Sem Informação	Secretário da Comissão Organizadora	1 mandato (1939)
		Secretário da Comissão Diretiva	1 mandato (1939-41)
José Fernandes Martins	Sem Informação	Tesoureiro da Comissão Organizadora	1 mandato (1939)
		Tesoureiro da Comissão Diretiva	1 mandato (1939-42)
		Secretário da Comissão Diretiva	1 mandato (1941-42)
		Tesoureiro da Direção	3 mandatos (1942-43 a 1946-47)
Camilo Laranjeiro dos Reis (6\$00 – 7\$00)	Sem Informação	Presidente da Mesa da AG	1 mandato (1942-43)
António Emílio da Costa Ribeiro (30\$00), <i>Teixeira de Abreu & Cia. Lda.</i>	Vestuário, têxteis	1.º Secretário da Mesa da AG	2 mandatos (1942-43, 1944-45)
		Presidente da Direção	4 mandatos (1947-49 a 1956-58)
Benjamim Constante da Costa Matos (11\$00 – 12\$00), <i>Benjamim de Matos & Cia. Lda.</i>	Vestuário, têxteis	2.º Secretário da Mesa da AG	2 mandatos (1942-43, 1944-45)
Manuel Caetano Martins (11\$00 – 12\$00)	Vestuário, têxteis	Presidente da Mesa da AG	1 mandato (1944-45)
Amadeu Constante Penafort (30\$00)	Drogaria e Ferragens	Presidente da Mesa da AG	3 mandatos (1947-49 a 1953-55)
Luís de Oliveira Bastos (9\$00 – 15\$00), <i>L. Oliveira & Cia. Lda.</i>	Papelaria	1.º Secretário da Mesa da AG	3 mandatos (1947-49 a 1953-55)
Paulino de Magalhães (19\$00)	Vestuário, têxteis	2.º Secretário da Mesa da AG	3 mandatos (1947-49 a 1953-55)
Casimiro Martins Fernandes (14\$00 – 30\$00), <i>Manuel Pinheiro Guimarães & Cia., Sucessores</i>	Vestuário, têxteis	Presidente da Direção	3 mandatos (1942-43, a 1946-47)
		Presidente da Mesa da AG	1 mandato (1956-58)
José Mendes Ribeiro Júnior (2\$50 – 30\$00)	Agente	Secretário da Direção	4 mandatos (1942-43 a 1950-52)
Eleutério Ramos Martins Fernandes (2\$50 – 10\$00), <i>Gráfica Minhota, Lda.</i>	Papelaria	Secretário da Direção	2 mandatos (1953-55, 1956-58)
		Presidente da Mesa da AG	2 mandatos (1964, 1967-69)

¹⁸¹ Quando possível, para o período em que ocuparam cargos diretivos

Amadeu José de Carvalho (2\$50)	Géneros Alimentícios	Tesoureiro da Direção	4 mandatos (1947-49 a 1956-58)
Francisco Ferreira de Oliveira (24\$00 – 27\$00), <i>Oliveira & Silva, Sucessores</i>	Vestuário, têxteis	1.º Secretário da Mesa da AG	1 mandato (1956-58)
João de Oliveira (24\$00 – 27\$00), <i>Oliveira & Silva, Sucessores</i>	Vestuário, têxteis	2.º Secretário da Mesa da AG	2 mandatos (1956-58, 1959-61)
Dr. António Emílio de Abreu Ribeiro (30\$00), <i>Teixeira de Abreu & Cia. Lda.</i>	Vestuário, têxteis	Direção	1 mandato (1959)
Francisco Pereira da Silva Quintas (30\$00), <i>Francisco Joaquim de Freitas & Genro</i>	Agente	Presidente da Mesa da AG	1 mandato (1959-61)
Francisco Ribeiro de Castro (8\$00)	Papelaria	1.º Secretário da Mesa da AG	1 mandato (1959-61)
Fernando Gilberto de Sousa Pereira (8\$00 – 30\$00), <i>João Gualdino Pereira, Sucessores, Lda.</i>	Vestuário, têxteis	1.º Secretário da Mesa da AG	2 mandatos (1964, 1967-69)
Manuel Fernandes (5\$00 – 16\$00), <i>L. Oliveira & Cia. Lda.</i>	Papelaria	2.º Secretário da Mesa da AG	2 mandatos (1964, 1967-69)
José Abílio Gouveia Fernandes Ribeiro (30\$00), <i>A. Gouveia</i>	Agente	Presidente da Direção	2 mandatos (1959-61, 1967-69)
António Diniz Pinto de Castro (4\$00), <i>Mendes, Castro & Freitas Lda.</i>	Papelaria	Secretário da Direção	1 mandato (1959-61)
Aníbal Dias Pereira (2\$50)	Agente	Tesoureiro da Direção	1 mandato (1959-61)
Fernando de Cintra Penafort (8\$00 – 30\$00), <i>A Competidora de Representações, Lda.</i>	Drogaria e Ferragens	Secretário da Direção	1 mandato (1967-69)
Luís Ferreira de Oliveira, <i>João de Oliveira & Filhos, Lda.</i>	Vestuário, têxteis	Tesoureiro da Direção	1 mandato (1967-69)

Anexo II – Lista dos ramos de comércio arrolados.

Grupo I

Agasalhos e sertãs	Artigos de sapataria e vestuário
Agente - Sapataria/Calçado	Artigos de vestuário
Ajuste	Bonés, chapéus de sol e de chuva
Ajuste de Tecidos	Bordados
Alcatifas, tapetes e carpetes	Bordados e rendas
Alfaiate com fazendas	Bordados em feiras
Alfaiate com fazendas, etc.	Bordados, retrós, agulhas e análogos
Algodão	Calçado
Algodão - desperdícios	Calçado e tamancos
Algodão – desperdícios sem estabelecimento	Calçado em feiras
Algodão e desperdícios	Calçado em feiras e mercados
Algodão e lã - mercador de tecidos	Calçado, solas e cabedais
Algodão e linhos	Camisas
Algodão e malhas	Camisas - mercador
Algodão e tecidos	Camisas e gabardinas
Algodão em feiras	Camisas e malhas
Algodão em feiras; Tecidos de algodão	Camisas e meias
Algodão, armazém e capelista	Camisas e tecidos de lã
Algodão, lã e malhas	Camisas, camisolas e perfumes
Algodão, lã e roupas feitas	Camisas, meias, malhas e peúgas
Algodão, lã, malhas e roupas feitas;	Camisas, punhos
Tecidos e roupas feitas em feiras e mercados	Camisolas e malhas
Algodão, tecidos e frutas	Camisolas e tecidos
Algodão, tecidos e malhas	Chapéus de sol e chuva
Ambulante - capelista	Chapéus de sol, de chuva e para homem; Papelaria e cigarros
Artigos de capelista em feiras	Chapéus para senhora
	Chapéus, camisas, malhas, etc.
	Confeções

Confeções e malhas	Mercador - algodão
Confeções e representações	Mercador - calçado
Desperdícios e fio de algodão;	Mercador - capelista
tecidos em feiras; ferro usado, trapo e papel	Mercador - capelista e tecidos de
velho	algodão
Fatos feitos	Mercador - lã e algodão
Fatos feitos, alfaiate	Mercador - lã, algodão e tecidos
Fazenda e malhas	Mercador - roupa feita
Feirante - tecidos	Mercador - roupas
Feirante - tecidos e malhas	Mercador - sapataria
Fio de algodão	Mercador - sapataria e tamancos
Fios têxteis	Mercador - tamancos
Fios, desperdícios	Mercador - tecidos
Gravatas e camisas	Mercador - tecidos de algodão
Gravatas e quinquilharias	Mercador - tecidos de algodão, lã e
Gravatas fora dos mercados	seda
Indústria de malhas e tecidos	Mercador - tecidos e algodão
Lã e algodão	Mercador - tecidos, algodão e
Lã, algodão e modas	capelista
Lãs em fio	Mercador de tecidos - algodão
Linhas - mercador de fios	Mercador de tecidos - algodão, lã e
Malhas e algodão em feiras	seda
Malhas e miudezas	Mercador de tecidos - lã
Malhas e miudezas; Quinquilharias	Miudezas e vinhos
em feiras	Representações; Algodão e malhas
Malhas e petiscos	Roupa em feiras
Malhas e tecidos	Roupa em feiras e mercados
Malhas em feiras	Roupa feita e tecidos de algodão em
Malhas, algodão e linho	feiras
Meias e peúgas em feiras	Roupa feita em feiras
Meias em feiras	Roupa usada em feiras
Mercador - alfaiate com fazendas	Roupas feitas, vestuário e miudezas

Roupas usadas	Tecidos - alugador
Sapataria	Tecidos de algodão
Sapataria - mercador de calçado	Tecidos de algodão fora dos mercados
Sapataria - mercador de calçado, solas e cabedais	Tecidos de algodão - mercador e armazém
Sapataria - mercador e fábrica	Tecidos de algodão (sem estabelecimento)
Sapataria e algodão	Tecidos de algodão e artigos de alumínio
Sapataria e calçado	Tecidos de algodão e chapéus
Sapataria e calçado; Calçado em feiras e mercados	Tecidos de algodão e cutelarias
Sapataria e camisas	Tecidos de algodão e gravatas em feiras e mercados; Pannels em feiras
Sapataria e camisas; Chapéus de sol e de chuva	Tecidos de algodão e lã
Sapataria e confeções	Tecidos de algodão e lã - mercador e armazém
Sapataria e couros - mercador de calçado	Tecidos de algodão e lã em feiras
Sapataria e oficina	Tecidos de algodão e lã em feiras
Sapataria e peles	Tecidos de algodão e lã em feiras e mercados
Sapataria e tamancos	Tecidos de algodão e lã, confeções
Sapataria e tecidos	Tecidos de algodão e lã. Sapataria
Sapataria fora dos mercados	Tecidos de algodão e lanifícios
Sapataria, camisas e tecidos de algodão	Tecidos de algodão e linho
Sapataria, chapéus de chuva e agente das máquinas Oliva	Tecidos de algodão e linho - mercador e armazém
Sapataria, chapéus, camisas, etc.	Tecidos de algodão e malha
Seda e algodão	Tecidos de algodão e roupa em feiras
Tamancos e calçado em feiras	Tecidos de algodão e roupa feita
Tamancos em feiras	Tecidos de algodão e roupas feitas
Tamancos em feiras e mercados	
Tecido em feiras	
Tecidos	

Tecidos de algodão e sapataria	Tecidos de algodão, malas, camisas
Tecidos de algodão e seda	e perfumes
Tecidos de algodão e vinhos	Tecidos de algodão, mercearia
Tecidos de algodão em feiras	Tecidos de algodão, roupa feita e
Tecidos de algodão em feiras e	marcenaria
alfaiataria	Tecidos de algodão, tecidos e fibras
Tecidos de algodão em feiras e	Tecidos de algodão; Algodão em
mercados	feiras
Tecidos de algodão em feiras e	Tecidos de algodão;
mercados sem lugar (nos Distritos de	Eletrodomésticos
Braga, Viana e Vila Real)	Tecidos de algodão; Máquinas de
Tecidos de algodão em feiras e	costura
mercados, sem lugar	Tecidos de algodão; Tecidos
Tecidos de algodão em feiras;	Tecidos de lã
Agente - tecidos	Tecidos de malha
Tecidos de algodão em feiras;	Tecidos e algodão
Malhas e algodão	Tecidos e bilhares
Tecidos de algodão em mercados	Tecidos e malhas
Tecidos de algodão fora dos	Tecidos e malhas em feiras
mercados	Tecidos e miudezas
Tecidos de algodão, camisas e	Tecidos e miudezas em feiras
chapéus	Tecidos e sedas
Tecidos de algodão, camisas,	Tecidos e similares
bainhas e colarinhos	Tecidos em feiras
Tecidos de algodão, capelista e	Tecidos em feiras e mercados
louças de barro	Tecidos em feiras; Quinquilharias
Tecidos de algodão, cimento,	Tecidos em feiras; Tecidos de
farinhas, louças de barro, mercearia e	algodão
vinhos	Tecidos fora dos mercados
Tecidos de algodão, lã e miudezas	Tecidos, algodão e malhas
Tecidos de algodão, lã e seda	Tecidos, cutelarias, etc. em feiras
Tecidos de algodão, linho, etc.	Tecidos, lã e algodão

Tecidos, lã e malhas; Algodão em
feiras

Tecidos, lã, algodão e vinhos

Tecidos, malhas e algodão

Tecidos, malhas e sedas

Tecidos; Vendedor

Vestuário

Grupo II

Aguardente, genebra e análogos

Aguardente, vinho, vinagre e
análogos

Aguardente, vinhos e vinagre

Ambulante - frutas, legumes e
hortaliças

Ambulante - Peixe fresco

Arrebatamento de comidas

Arroz e bacalhau em feiras e
mercados; Louças de barro

Aves

Aves domésticas

Aves domésticas e ovos

Aves domésticas; Aves em feiras e
mercados

Aves domésticas; Ovos e aves em
feiras e mercados

Aves e batatas

Aves e ovos

Aves e ovos em feiras

Aves e ovos em feiras; Aves
domésticas

Aves em feiras

Aves em feiras e mercados

Aves, aves domésticas, caça e ovos

Aves, caça e ovos

Aves, caça e ovos; Aves domésticas
em feiras

Aves, ovos, etc.

Bar do Teatro Jordão

Batatas (sem estabelecimento)

Batatas e cereais

Batatas e cereais em feiras

Batatas e cereais em feiras e
mercados

Batatas e cerveja

Batatas e feijão

Batatas e frutas

Batatas e frutas em feiras

Batatas e frutas em feiras e
mercados

Batatas e hortaliças

Batatas e legumes

Batatas e legumes em feiras

Batatas e legumes em feiras e
mercados

Batatas e lenha

Batatas e outros em feiras e
mercados

Batatas e vinhos

Batatas em feiras

Batatas em feiras e mercados

Batatas em feiras e mercados;

Lenha e outros combustíveis

Batatas, aves, ovos, hortaliças e
legumes em feiras

Batatas, cal, gesso, telha, tijolos e
análogos. Cereais, cimenta, lenha e outros
combustíveis, sal

Batatas, carvão e lenha e cereais

Batatas, cereais e cerveja

Batatas, cereais e frutas

Batatas, cereais e frutas em feiras e
mercados

Batatas, cereais e hortaliças em
feiras e mercados

Batatas, cereais e legumes

Batatas, cereais e legumes em feira
e mercados (no distrito de Braga e Vila Real)

Batatas, cereais e legumes em
feiras e mercados sem lugar

Batatas, cereais e legumes; Batatas
em feiras e mercados

Batatas, cereais e tecidos de
algodão

Batatas, cereais e vinhos

Batatas, cereais s louças de barro

Batatas, cereais, etc.

Batatas, cereais, farinhas, pão e
vinho

Batatas, cereais, frutas e hortaliças

Batatas, cereais, frutas, hortaliças e
lenha

Batatas, cereais, hortaliças e
legumes

Batatas, cereais, hortaliças,
legumes, frutas e vinhos

Batatas, cereais, legumes e carvão

Batatas, cereais, legumes e farinhas

Batatas, cereais, legumes e sal

Batatas, cereais, legumes e vinhos

Batatas, cereais, pão, vinhos e
lenha

Batatas, cereais, petróleo e
capelista

Batatas, cereais, vinhos e lenha

Batatas, feijão e hortaliças em
feiras; Batatas, cereais e legumes

Batatas, feijões, hortaliças e
legumes em feira

Batatas, frutas e hortaliças

Batatas, frutas e hortaliças em
feiras

Batatas, frutas e legumes

Batatas, frutas e legumes; Venda
em feiras

Batatas, frutas e lenha

Batatas, frutas e vinhos

Batatas, frutas, etc.

Batatas, frutas, hortaliças e legumes

Batatas, frutas, hortaliças e lenha

Batatas, frutas, hortaliças e vinhos

Batatas, frutas, legumes e lenha

Batatas, hortaliças e cereais em
feiras

Batatas, hortaliças e feijão em feiras

Batatas, hortaliças e frutas

Batatas, hortaliças e legumes em
feiras

Batatas, hortaliças e vinhos

Batatas, hortaliças, frutas, legumes
e ovos em feiras

Batatas, hortaliças, legumes, pão,
lã, marcenaria e móveis

Batatas, legumes e lenha

Batatas, legumes, frutas e vinhos
em feiras e mercados

Batatas, legumes, lenha e pão

Batatas, legumes, lenha, frutas e
hortaliças

Batatas, legumes, tecidos de
algodão e tamancos

Batatas, lenha e bilhares

Batatas, lenha e louças

Batatas, lenha, madeiras e outros
materiais de construção

Batatas, vinhos e futebol de mesa

Batatas, vinhos, etc.

Bebidas e vinhos

Bebidas gasosas, frutas e flores

Bolos fora dos mercados

Café, cerveja, vinhos e outras
bebidas; Capelista

Café e chã

Café e confeitaria

Café e vinhos

Café, bebidas e vinhos

Café, cerveja e vinhos

Café, chá, chocolate e leite

Café, chá, chocolate, leite, cerveja e
vinhos

Café, chá, chocolate, vinhos e
outras bebidas

Café, vinhos e outras bebidas

Café, vinhos, etc.

Carne em feiras e mercados

Carnes

Carnes e vinhos

Carnes em feiras e mercados

Carnes em feiras; Mercador - vinhos
e cereais

Carnes salgadas

Carnes salgadas, cereais e farinhas

Carnes salgadas, vinhos lenha

Carnes verdes

Carnes verdes e salgadas

Casa de hóspedes e vinhos

Casa de pasto

Casa de Pasto e café

Casa de Pasto e vinhos

Casa de Pasto e vinhos; Tecidos de
algodão em feiras

Casa de Pasto e vinhos; Vinhos e
comidas em feiras e mercados, sem lugar
mercado e farinhas

Casa de Pasto, mercearia e vinhos

Casa de Pasto, mercearia, vinhos e
louças de barro

Casa de Pasto, mercearia, vinhos,
açougue em feiras, carnes salgadas e
carnes verdes

Casa de Pasto, mercearia, vinhos,
ferragens e drogas

Casa de Pasto, vinhos e açougue	Cerveja, bebidas gasosas e vinhos
Casa de Pasto, vinhos e análogos	Cerveja, etc. em feiras
Casa de Pasto, vinhos e batatas	Cerveja, vinhos e outras bebidas
Casa de Pasto, vinhos e bilhar russo	Cervejaria
Casa de Pasto, vinhos e café	Cervejaria e papelaria
Casa de Pasto, vinhos, aguardente	Cervejas, bebidas gasosas e vinhos
e vinagre	engarrafados
Cereais	Chapéus de palha, frutas e
Cereais e hortaliças em feiras	hortaliças
Cereais e legumes em feiras	Chocolate e análogos
Cereais e legumes em feiras e	Comidas
mercado	Comidas e vinhos em feiras;
Cereais e legumes; Cereais em	Mercearia e Casa de Pasto
feiras e mercados	Confeitaria
Cereais e lenha	Confeitaria e padaria
Cereais e louças de barro e ferro	Confeitaria/pastelaria
Cereais em feiras	Confeiteiro
Cereais, farinhas e lenha	Farinhas
Cereais, farinhas e pão	Farinhas e legumes
Cereais, farinhas, hortaliças, lenha,	Farinhas e tecidos
pão e vinho	Farinhas e vinhos
Cereais, frutas e hortaliças	Farinhas, pão e vinho
Cereais, legumes e batatas em	Farinhas, vinhos e análogos
feiras	Frutas
Cereais, legumes, lenha, madeira	Frutas - Agente de transporte de
Cereais, tecidos, vinhos	mercadorias
Cerveja	Frutas - mercador e armazém
Cerveja e bebidas	Frutas e batatas em feiras e
Cerveja e bebidas gasosas	mercados
Cerveja e outras bebidas	Frutas e cebolas em feiras e
Cerveja e vinhos	mercados
Cerveja, bebidas e frutas	Frutas e farinhas

Frutas e hortaliças	Frutas, bebidas gasosas e
Frutas e hortaliças (sem estabelecimento)	aguardente
Frutas e hortaliças em feiras	Frutas, hortaliça e lenha
Frutas e hortaliças em feiras e mercados	Frutas, hortaliças e batatas em feiras
Frutas e hortaliças em mercados	Frutas, hortaliças e batatas em feiras e mercados
Frutas e hortaliças; Frutas em feiras	Frutas, hortaliças e cereais em feiras
Frutas e hortaliças; Frutas em feiras e mercados	Frutas, hortaliças e cerveja
Frutas e hortaliças; Vendedor	Frutas, hortaliças e legumes
Frutas e legumes	Frutas, hortaliças e legumes em feiras
Frutas e legumes; Vendedor	Frutas, hortaliças e lenha
Frutas e lenha	Frutas, hortaliças e peixe
Frutas e linguados em feiras e mercados	Frutas, hortaliças e vinhos
Frutas e linho	Frutas, hortaliças, etc.
Frutas e louças	Frutas, hortaliças, legumes e lenha
Frutas e louças em feiras	Frutas, legumes e bebidas em feiras
Frutas e pão em feiras e mercados	Frutas, legumes e bebidas gasosas
Frutas e vinhos	Frutas, legumes e lenha
Frutas em feiras	Frutas, legumes e pão; Peixaria
Frutas em feiras e mercados	Frutas, legumes e vinhos
Frutas em feiras e mercados sem lugar	Frutas, legumes, hortaliças e bebidas gasosas
Frutas em feiras e mercados; Tecidos em feiras; Vendedor	Frutas, legumes, lenha e vinhos
Frutas em feiras e mercados; Vendedor	Frutas, vimes e miudezas
Frutas em feiras; Hortaliças; Ovos em feiras e mercados	Gado
Frutas em feiras; Vendedor	Gado vivo
	Gado vivo e vinhos
	Gado vivo; Carnes; Vinhos; Carnes verdes em feiras e mercados

Gado vivo; Mercador - mercearia	Legumes; Hortaliças em feiras e mercados
Gado vivo; Venda em feiras e mercados	Leite e animais sem emprego na agricultura
Géneros alimentícios	Marisco
Hortaliças	Marisco e peixe fresco
Hortaliças e batatas em feiras	Marisco e peixe fresco; Peixe fresco em feiras; Vendedor ambulante
Hortaliças e batatas em feiras e mercados	Mercador - aves (em feiras)
Hortaliças e cereais em feiras	Mercador - batatas
Hortaliças e legumes	Mercador - batatas e frutas
Hortaliças e legumes em feiras e mercados	Mercador - batatas e legumes
Hortaliças em feiras	Mercador - batatas e vinhos
Hortaliças em feiras e mercados	Mercador - batatas, cal, gesso, telha, etc.
Hortaliças, batatas, cereais e lenha	Mercador - batatas, cebolas, frutas e farinhas
Hortaliças, frutas e legumes em feiras e mercados	Mercador - batatas, cereais, feijão e vinhos
Hortaliças, legumes, lenhas e outros combustíveis	Mercador - batatas, cereais, legumes e vinhos
Hortaliças, legumes, pão e vinho	Mercador - batatas, frutas e legumes
Hortaliças, lenha e outros combustíveis	Mercador - batatas, frutas e vinhos
Hortaliças, lenha e ovos	Mercador - batatas, hortaliças e vinho
Hortaliças, lenha e peixe fresco	Mercador - café e vinhos
Hortaliças; Venda em feiras	Mercador - carnes salgadas e vinhos
Legumes	Mercador - casa de pasto e vinhos
Legumes e cereais	Mercador - farinhas
Legumes e vinhos	
Legumes em feiras	
Legumes em feiras e mercados;	
Vendedor	
Legumes em feiras; Vendedor	

Mercador - farinhas e vinhos

Mercador - fio e vinhos

Mercador - frutas e hortaliças

Mercador - frutas, hortaliças e legumes

Mercador - frutas, hortaliças e lenha

Mercador - gado vivo

Mercador - hortaliças e legumes

Mercador - hortaliças, legumes, pão e vinhos

Mercador - legumes e vinhos

Mercador - legumes, lenha e petróleo

Mercador - marisco e peixe fresco

Mercador - mercearia

Mercador - mercearia e louças

Mercador - mercearia e pão

Mercador - mercearia e vinhos

Mercador - mercearia e vinhos;

Cutelarias

Mercador - mercearia, vinhos e algodão

Mercador - mercearia, vinhos e farinhas

Mercador - mercearia, vinhos e louças

Mercador - mercearia, vinhos e outros

Mercador - mercearia, vinhos e padaria

Mercador - mercearia, vinhos e vidros

Mercador - padaria

Mercador - pão

Mercador - peixe fresco

Mercador - sal

Mercador - sal; Batatas e cereais;

Supermercado

Mercador - vinhos

Mercador - vinhos e análogos

Mercador - vinhos e lenha

Mercador - vinhos e miudezas

Mercador - vinhos e pão

Mercador - vinhos e tecidos de algodão

Mercador - vinhos, vinagre e aguardente

Mercador - vinhos; Casa de Pasto

Mercador - vinhos; Mercearia

Mercador - vinhos; Mercearia e vinhos

Mercador e armazém - frutas

Mercador e fábrica - padaria, doces em feiras e mercados

Mercearia

Mercearia e adubos para agricultura

Mercearia e águas

Mercearia e águas minerais

Mercearia e algodão

Mercearia e ambulante

Mercearia e artigos de alumínio

Mercearia e bebidas

Mercearia e café

Mercearia e capelista

Mercearia e casa de pasto	Mercearia e vinhos; Vendedor fora dos mercados
Mercearia e confeitaria	
Mercearia e eletrodomésticos	Mercearia e vinhos; Vinhos fora dos mercados
Mercearia e farinhas	
Mercearia e ferragens	Mercearia, adubos, ferragens e louças
Mercearia e louças	
Mercearia e louças de alumínio	Mercearia, algodão, lã e chapéus
Mercearia e louças de barro	Mercearia, azeite e óleos
Mercearia e miudezas	Mercearia, azeite e petróleo
Mercearia e padaria	Mercearia, azeite, petróleo e vinagre
Mercearia e padaria - fabricante de pão	Mercearia, batatas, legumes e louça de barro
Mercearia e pão	Mercearia, bebidas e frutas
Mercearia e papelaria	Mercearia, carnes salgadas e pão
Mercearia e sementes	Mercearia, Casa de Pasto e vinhos
Mercearia e tecidos	Mercearia, Casa de Pasto, vinhos e cutelarias
Mercearia e tecidos	
Mercearia e tecidos de algodão	Mercearia, Casa de Pasto, vinhos e tecidos de algodão
Mercearia e vinhos	
Mercearia e vinhos e comidas em feiras e mercados	Mercearia, Casa de Pasto, vinhos, carnes salgadas e louças
Mercearia e vinhos, ferragens e louças	Mercearia, Casa de Pasto, vinhos, e foot-ball de mesa
Mercearia e vinhos; Mercador - farinhas e vinhos	Mercearia, Casa de Pasto, vinhos, tecidos de algodão e louças de barro
Mercearia e vinhos; Comidas e vinhos em feiras e mercados	Mercearia, cereais, louças e miudezas
Mercearia e vinhos; Drogaria, ferragens, cal, telha e tijolo	Mercearia, drogaria, ferragens e louças
Mercearia e vinhos; Petróleo e sabão fora dos mercados	Mercearia, especiarias, café, sabão, papelaria e tabaco
	Mercearia, farinhas e vinhos

Mercearia, ferragens e louças de barro

Mercearia, frutas e hortaliças

Mercearia, frutas, farinhas e cereais

Mercearia, lenha e petróleo

Mercearia, louça de barro e objetos de vidro; Petróleo e sabão fora dos mercados

Mercearia, louças de ferro, etc.

Mercearia, louças e tecidos

Mercearia, móveis e roupa

Mercearia, pão e louças de barro

Mercearia, pastelaria, café e vinhos

Mercearia, roupa feita, tamancos e pinho

Mercearia, sapataria, tecidos de algodão e chapéus

Mercearia, sapataria, tecidos de algodão e lã

Mercearia, tecidos de algodão e louças

Mercearia, vinhos e adubos

Mercearia, vinhos e algodão

Mercearia, vinhos e ambulante - mercearia e pão (com carro automóvel)

Mercearia, vinhos e análogos

Mercearia, vinhos e análogos

Mercearia, vinhos e batatas

Mercearia, vinhos e bilhares

Mercearia, vinhos e café

Mercearia, vinhos e capelista

Mercearia, vinhos e carnes

Mercearia, vinhos e carnes salgadas

Mercearia, vinhos e cereais

Mercearia, vinhos e cereais - mercador

Mercearia, vinhos e cerveja; Pão em feiras e mercados

Mercearia, vinhos e comidas em feiras

Mercearia, vinhos e comidas em feiras e mercados

Mercearia, vinhos e farinhas

Mercearia, vinhos e ferragens

Mercearia, vinhos e frutas

Mercearia, vinhos e futebol de mesa

Mercearia, vinhos e gasosas

Mercearia, vinhos e legumes

Mercearia, vinhos e lenha

Mercearia, vinhos e louça de ferro esmaltado

Mercearia, vinhos e louças

Mercearia, vinhos e louças de barro

Mercearia, vinhos e louças de pó de pedra

Mercearia, vinhos e miudezas

Mercearia, vinhos e padaria

Mercearia, vinhos e padaria;

Mercador - vinhos

Mercearia, vinhos e pão

Mercearia, vinhos e pensão

Mercearia, vinhos e petiscos

Mercearia, vinhos e tecidos

Mercearia, vinhos e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos e tecidos de algodão em feiras

Mercearia, vinhos e vinagre

Mercearia, vinhos, adubos e sulfatos

Mercearia, vinhos, adubos, cal e telha

Mercearia, vinhos, adubos, cimento, ferragens, cal, gesso e tijolo

Mercearia, vinhos, águas e louças

Mercearia, vinhos, batata e feijão

Mercearia, vinhos, batatas, cereais e carvão

Mercearia, vinhos, bilhares

Mercearia, vinhos, café e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos, carnes salgadas e louças de barro

Mercearia, vinhos, carnes salgadas e louças de barro; Louças em feiras

Mercearia, vinhos, casa de pasto, padaria e lenha

Mercearia, vinhos, cereais e farinhas

Mercearia, vinhos, cereais e sal

Mercearia, vinhos, cereais, legumes, açougue e carnes salgadas

Mercearia, vinhos, cereais, pão e doces em feiras e mercados, enxofre, produtos químicos e ambulante

Mercearia, vinhos, cervejas e bebidas gasosas

Mercearia, vinhos, enxofre e sulfato

Mercearia, vinhos, farinhas e adubos

Mercearia, vinhos, farinhas e legumes

Mercearia, vinhos, farinhas e pão

Mercearia, vinhos, farinhas e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos, farinhas, café e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos, farinhas, carnes salgadas, padaria e louças de barro

Mercearia, vinhos, farinhas, lenha, capelista e louças de barro

Mercearia, vinhos, farinhas, pão e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos, ferragens e drogaria

Mercearia, vinhos, frutas, hortaliças, legumes e cereais

Mercearia, vinhos, lenha e capelista

Mercearia, vinhos, louça de ferro e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos, louças de barro e ferragens

Mercearia, vinhos, louças de barro e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos, louças e adubos

Mercearia, vinhos, louças, etc.

Mercearia, vinhos, louças, frutas e hortaliças, louças de barro e alumínio

Mercearia, vinhos, moleiro e farinhas

Mercearia, vinhos, padaria, carnes salgadas e lenha

Mercearia, vinhos, padaria, farinhas, algodão, drogaria e ferragens;
Agente/Comissário

Mercearia, vinhos, padaria, lenha - mercador

Mercearia, vinhos, pão e louças

Mercearia, vinhos, pão e louças de barro

Mercearia, vinhos, pão e miudezas

Mercearia, vinhos, pão e tecidos - mercador

Mercearia, vinhos, pão, batatas, miudezas, etc.

Mercearia, vinhos, pão, lenha e tecidos de algodão

Mercearia, vinhos, sal, batatas e farelo

Mercearia, vinhos, sapataria e louças de barro

Mercearia, vinhos, tecidos de algodão, adubos, louças de barro e lenha

Mercearia, vinhos, tecidos, adubos, arame e cal

Mercearia, vinhos; comidas e vinhos em feiras

Mercearia, vinhos, farinhas e louças de barro

Micromercado

Ovos e aves domésticas

Ovos em feiras

Ovos em feiras e mercados

Ovos, aves, hortaliças e legumes em feiras

Ovos, frutas e batatas em feiras

Padaria

Padaria - mercador de pão

Padaria e vinhos

Padaria, vinhos e casa de pasto

Padaria; Mercador - pão

Pão

Pão - mercador de pão

Pão e tripas em mercados

Pão e vinhos

Pão em feiras

Pão em feiras e mercados

Pão em feiras e mercados sem

lugar

Pão em feiras e mercados;

Mercearia e vinhos

Pão, ovos e aves domésticas

Pão, vinhos e lenha

Pão; Mercador - padaria

Pão; Pão de trigo em feiras

Pastelaria e bilhares

Pastelaria e vinhos

Pastelaria, café e vinhos

Pastelaria, café, vinhos análogos

Peixe	Vinhos e análogos
Peixe em feiras	Vinhos e análogos; Café e tabaco
Peixe em feiras e mercados	Vinhos e análogos; Hortaliças
Peixe fresco	Vinhos e análogos; Mercador -
Peixe fresco e marisco	vinhos
Peixe fresco em feiras	Vinhos e análogos; Vinhos em feiras
Peixe fresco em feiras e mercados	Vinhos e capelista
Peixe fresco, fruta, vinhos, etc.	Vinhos e casa de pasto (não
Pensão, café e vinhos	legalizada)
Pensão, hospedaria e vinhos	Vinhos e comidas em feiras
Pomar	Vinhos e comidas em feiras e
Pomar - hortaliças e carnes	mercados
Queijo, salsicheiro em feiras e	Vinhos e comidas em feiras; Vinhos
mercados	fora dos mercados
Restaurante	Vinhos e mercador de tecidos
Restaurante e vinhos	Vinhos e petiscos
Restaurante, café e cervejas	Vinhos e sal - mercador e armazém
Restaurante, café e vinhos	Vinhos e vinagres
Restaurante, café, vinhos e	Vinhos em feiras
análogos	Vinhos em feiras e mercados
Sal	Vinhos em feiras; Mercador - vinhos;
Sal - mercador e armazém	Vinhos fora dos mercados
Supermercado	Vinhos engarrafados
Talho	Vinhos fora dos mercados
Trigo em feiras	Vinhos, batatas e legumes
Vendedor; Batatas e legumes	Vinhos, cereais e batatas
Vendedor; Vinhos	Vinhos, cereais, batatas e lenha
Vinagre e vinhos	Vinhos, vinagre e aguardente
Vinhos	Vinhos; Batatas em feiras e
Vinhos - mercador e vendedor em	mercados
feiras	Vinhos; Frutas em feiras e
Vinhos e aguardente	mercados

Grupo III

Adubos
Adubos para agricultura
Adubos para agricultura, lenha e
vinhos
Adubos, cal e cimento
Adubos, cal e gesso
Adubos, cal, gesso e cimento
Adubos, cal, gesso, telha e
ferragens
Adubos, cal, lenha, cimento, enxofre
e ferragens
Adubos, cal, telha e cimento
Adubos, cal, telha, cimento,
drogaria e ferragens
Adubos, cal, telha, tijolo e ferro
Adubos, cal, telha, tijolo, cimento,
gesso, drogaria, enxofre, ferragens, louças e
produtos químicos; Acessórios automóveis;
gasolina
Adubos, ferragens, mercearias
Alfaías agrícolas
Alfaías agrícolas em feiras
Ambulante - azeite, petróleo, vinagre
e sabão
Ambulante - funileiro, louças de
barro e ferro esmaltado; Objetos de funilaria
e louças em feiras e mercados no concelho
de Guimarães
Ambulante - petróleo, sabão e
vinagre (com carro no concelho)

Ambulante (fora dos mercados) -
petróleo e sabão; Mercearia e azeite
Arame e ferro
Arame, ferro em chapa, louça e
vergalhão
Armador
Armas de fogo, artigos desportivos,
caça
Armazenista e retalhista; Ferragens,
louças e penteeiro
Armeiro
Armeiro - cartuchos para armas de
alumínio para caça. Pólvora, dinamite
Armeiro, armas de fogo, artigos
desportivos, caça
Armeiro, pólvora e artigos de pesca
Artigos de funilaria
Artigos de funilaria em feiras
Artigos de funilaria, louças de pó de
pedra, esmaltada e vidro ou cristal nacional
Artigos de lavoura em feiras; Alfaías
agrícolas
Artigos de madeira em feiras e
mercados
Artigos decorativos e telefónicos,
louça FSF
Bomba de gasolina
Bomba de gasolina e café
Cal, cereais, lenha, etc.
Cal, gesso e análogos
Cal, gesso e telha

Cal, gesso, telha e análogos, louças
de pó de pedra

Cal, gesso, telha e tijolo

Cal, gesso, telha, tijolo, estância de
madeiras, lenha e cimento

Cal, gesso, telha, tijolos e lenha

Cal, telha, tijolo, cimento, batatas,
etc.

Cal, telha, tijolo, cimento, louça
sanitária e batatas

Calços e correntes

Cartuchos, chumbos, pólvora, etc.

Carvão e lenha

Carvão e louça

Carvão e madeira

Carvão vegetal

Carvão vegetal e mineral, lenha

Cimento, cal e gesso

Combustíveis

Cortiça em bruto

Cortiça em cinta e em bruto

Crivos e peneiras em feiras e
mercados

Cutelaria

Cutelaria e análogos

Cutelaria e análogos em feiras

Cutelaria e análogos; Cutelarias em
feiras

Cutelaria e calçado

Cutelaria e camisolas

Cutelaria e ferragens

Cutelaria e tecidos

Cutelaria e tecidos de algodão em
feiras; Vendedor

Cutelaria em feiras

Cutelaria em feiras e mercados

Cutelaria, papelaria e roupas

Cutelaria, quinquilharias e tecidos
de algodão em feiras

Cutelarias e ferragens

Cuteleiro

Drogaria

Drogaria e celuloide

Drogaria e ferragens

Drogaria e louças

Drogaria e materiais

Drogaria e miudezas

Drogaria e produtos químicos

Drogaria e quinquilharias

Drogaria e tecidos

Drogaria e tintas

Drogaria e vidros

Drogaria, adubos, cimento, cal,
gesso, telhas, tijolos - mercador

Drogaria, cal, gesso, etc.

Drogaria, cal, telha e cimento

Drogaria, cimento, cal, etc.

Drogaria, cimento, materiais
elétricos e de construção, etc.

Drogaria, ferragens e materiais de
construção

Drogaria, louças de porcelana e
vidros

Drogaria, louças e vidros

	Drogaria, vidros de vidraça e	Funilaria em feiras e mercados
cerieiro		Funileiro e bicicletas - aluguer de 2
	Empresário - madeiras	Funileiro e louças de barro
	Empresário do corte de árvores,	Funileiro, artigos de funilaria
lenha		Gasolina
	Estância de madeiras	Lenha
	Estância de madeiras - lenha	Lenha e análogos
	Ferragens	Lenha e carvão
	Ferragens e cutelarias	Lenha e outros combustíveis
	Ferragens e louças	Lenha e vinhos
	Ferragens em feiras	Lenha, batatas e vinhos
	Ferragens em feiras e mercados	Lenha, batatas, carvão e legumes
	Ferragens, tintas, etc.	Lenha, carvão, algodão e lã
	Ferramentas e tintas	Lenha, hortaliças e petróleo
	Ferreiro em feiras	Lenha, legumes e hortaliças
	Ferro e algodão	Lenha, padaria e vinhos
	Ferro e eletricidade	Lenha; Ambulante - peixe fresco
	Ferro e móveis	Louça de barro e ferro esmaltado,
	Ferro e sucatas	vidros
	Ferro usado	Louça e vinhos
	Ferro usado e sucata	Louças
	Ferro usado, sucata, lenha e papel	Louças de alumínio em feiras
usado		Louças de barro
	Ferro usado, trapo e papel velho	Louças de barro e alfaias agrícolas
	Ferro velho	Louças de barro e funilaria
	Ferro, sucata e papel velho	Louças de barro em feiras
	Fogões, óleos e petróleo	Louças de barro em feiras e
	Funilaria	mercados
	Funilaria e lateiro	Louças de barro, panos, etc.
	Funilaria e louças em feira e	Louças de ferro esmaltado e barro
mercado		Louças de pó de pedra e de barro e
	Funilaria em feiras	vidros

Louças de porcelana	Mercador - drogaria
Louças e artigos de funilaria em feiras	Mercador - drogaria e ferragens
Louças e cereais	Mercador - ferragens e cutelarias
Louças e vidros	Mercador - ferragens, adubos, cal e drogas
Louças em alumínio	Mercador - ferro usado
Louças em feiras	Mercador - ferro usado e sucata
Louças em feiras e mercados	Mercador - ferro velho e sucata
Louças, bebidas, etc.	Mercador - lenha
Louças, cereais e carnes salgadas	Mercador - lenha (sem estabelecimento)
Madeiras - corte de árvores	Mercador - lenha e legumes
Madeiras - empresário de corte de árvores	Mercador - lenha e outros combustíveis
Madeiras e materiais de construção	Mercador - lenha, hortaliças e legumes
Madeiras e pedra	Mercador - louça de barro
Madeiras sem derivados	Móveis, ferro, cal, telha, enxofre, louça de pó de pedra e barro, produtos químicos
Materiais de construção civil	Óleos
Materiais de construção, etc.	Óleos e borracha; Material de construção
Materiais de construção; Ferragens, produtos químicos, adubos, drogas, enxofre e sal	Óleos e gasolina
Material de construção e móveis	Óleos sem derivados
Material químico e gás	Óleos, gasolina e garagem
Mercador - adubos e cereais	Óleos, petróleo e gasolina
Mercador - adubos e ferro usado	Óleos, petróleo, gasolina, etc.
Mercador - adubos para agricultura e louças	Perfumaria
Mercador - adubos, sementes e sulfato	Perfumaria e drogaria
Mercador - cortiça sem estabelecimento	Perfumaria e produtos químicos
Mercador - cutelaria	Perfumes e telefonias

Petróleo e álcool desnatado	Agente - azeite
Petróleo e gasolina	Agente - bomba de gasolina
Petróleo e gasolina fora dos mercados	Agente - bomba de gasolina, papelaria e papel para cigarros
Petróleo e sabão em feiras	Agente - confeitiro
Petróleo e sabão fora dos mercados	Agente - couros e peles
Petróleo e sabão fora dos mercados; Merceria, vinhos, azeite, sabão e petróleo	Agente - cutelarias
Petróleo e vinhos	Agente - desperdícios de algodão
Petróleo em feiras	Agente - ferro e móveis
Petróleo fora dos mercados	Agente - fogões
Petróleo, sabão e álcool	Agente - gás butano
Plásticos	Agente - gasolina
Pólvora; Merceria, vinho, adubos, tecidos de algodão, cal, cimento e louça	Agente - máquinas
Produtos químicos	Agente - máquinas de escrever, eletrodomésticos
Sementes	Agente - merceria (com escritório)
Sementes e adubos	Agente - óleos e petróleo
Serradura de madeira	Agente - padaria, adubos, cigarros, café e chá; Adubos para agricultura
Sucata e ferro velho	Agente - papel, papelão e cartão
Sucatas	Agente - produtos químicos
Telefonias, acessórios e louças	Agente - quinquilharias
Tijolo, gesso, cal e telha	Agente - rolamentos
Grupo IV	Agente - tecidos
Agente	Agente - tecidos de algodão
Agente - acessórios	Agente - tecidos de algodão; Tecidos
Agente - algodão	Agente - tecidos e lã
Agente - algodão e seda	Agente - TSF
Agente - artigos de borracha, pneus	Agente - vinhos
Agente - automóveis	Agente - vinhos engarrafados
Agente - automóveis e acessórios	Agente comercial

Agente de comerciantes e
fabricantes nacionais

Agente de comerciantes e papelaria

Agente de comerciantes nacionais

Agente de comerciantes nacionais -
gasolina

Agente de comerciantes nacionais;
Desperdícios

Agente de comércio - cerveja e
bebidas gasosas

Agente de comércio não
especificado e papel

Agente de comércio não
especificados

Agente de comércio/anúncios

Agente de compra de seguros

Agente de fabricantes e negociantes

Agente de fabricantes e negociantes
- algodão

Agente de fabricantes e negociantes
nacionais

Agente de fabricantes e negociantes
nacionais - rolamentos

Agente de fabricantes nacionais

Agente de fabricantes nacionais -
vinhos

Agente de negociantes

Agente de negociantes - gasolina

Agente de negociantes - vinhos

Agente de negociantes estrangeiros

Agente de negociantes estrangeiros
- gasolina

Agente de negociantes nacionais

Agente de negociantes nacionais -
automóveis

Agente de negociantes nacionais -
calçado

Agente de negociantes nacionais -
gasolina

Agente de negociantes nacionais -
gasolina e gás

Agente de negociantes nacionais -
gasolina; Acessórios - automóveis

Agente de negociantes nacionais -
máquinas de costura

Agente de negociantes nacionais -
óleos

Agente de negociantes nacionais -
papelaria

Agente de negociantes nacionais -
papelaria, chá e café

Agente de negociantes nacionais -
queijo, papel e outros produtos

Agente de negociantes nacionais -
tecidos de algodão

Agente de negociantes nacionais -
vinhos engarrafados

Agente de negociantes nacionais
(com escritório) - automóveis

Agente de negociantes nacionais
(com escritório) - pimenta, vinagre, biscoitos
e colorau

Agente de negociantes nacionais e
estrangeiros - gasolina

Agente de negociantes nacionais e estrangeiros; Bomba de gasolina

Agente de negociantes nacionais; Merceria e vinhos

Agente de seguros

Agente de viagens com escritório

Agente/comerciante - vinhos

Agente/comissário

Agente/comissário - importador/exportador

Agente/comissário - papelaria e papel

Agente/comissário - vinhos

Agente/comissário - vinhos; Merceria, vinhos e tecidos de algodão

Agente/comissário de fabricantes e negociantes nacionais

Agente/comissário de fabricantes nacionais

Agente/comissário de negociantes nacionais

Agente/Comissário nacionais

Agente/comissário; Produtos químicos para a indústria

Agentes

Representações

Representações Nacionais e Estrangeiras

Grupo V

Aparelhos elétricos

Artigos de eletricidade

Artigos de eletricidade, oficina

Artigos domésticos elétricos

Artigos elétricos

Artigos elétricos e louça FSF

Artigos/material elétricos

Eletricidade

Eletricidade - acessórios

Eletricidade - instalador de materiais

Eletricidade - material

Eletricidade - material, artigos elétricos para uso doméstico

Eletricidade - mercador de materiais

Eletricidade - oficina de reparações

Eletricidade - oficina de reparações e mercador de material elétrico

Eletricidade - oficina e mercador

Eletricidade e louças

Eletricidade e telefonia

Eletricidade e TSF

Eletrodomésticos

Eletrodomésticos e gás

Eletrodomésticos, gás, etc.

Máquinas

Máquinas de costura

Máquinas de escrever

Máquinas de escrever e registar

Máquinas industriais

Material elétrico

Material elétrico, eletrodomésticos

Mercador - artigos elétricos

Mercador - eletricidade

Mercador - telefonias e acessórios

Rádios

Rádios e material elétrico	Objetos de verga e vime em feiras
Rádios e material elétrico; Agente	Objetos de verga em feiras
Grupo VI	Grupo VII
Artigos de pinho e verga em feiras	Albardeiro, malas
Artigos de verga e vime	Baús, malas e artigos de viagem
Artigos de verga e vime em feiras	Baús, malas, camisas, camisolas,
Artigos de verga em feiras	etc.
Marcenaria	Correias em feiras e mercados
Marcenaria - mercador de móveis	Couros
Marcenaria - oficina	Couros - mercador e armazém
Marcenaria e mercador de móveis	Couros e acessórios para Infancia,
Marcenaria, batatas, frutas,	óleos e gasolina
hortaliças, algodão e lã	Couros e linhos
Marcenaria, mercador de móveis,	Couros e peles
tecidos de algodão e calçado	Couros e peles para usos industriais
Mercador - marcenaria	Couros e peles verdes
Mercador - móveis	Couros e vinhos
Mercador - móveis, marcenaria e	Couros, fitas e análogos, agente de
verga	vinhos
Móveis	Mercador - baús e malas
Móveis - oficina	Mercador - couros
Móveis de madeira e artigos de	Mercador - couros e análogos
verga ou vime	Mercador e armazém - couros
Móveis de madeira e verga e	Mercador e armazém - couros e
análogos	peles; calçado e miudezas
Móveis de madeira, verga ou vime	Peles para usos industriais
Móveis e decorações	Solas e cabedais
Móveis usados e tecidos de algodão	Grupo VIII
Móveis, gás, ferro, etc.	Artigos de papelaria
Móveis, tecidos, etc.	Bolachas, lápis e penas de escrever
Móveis; Mercador - marcenaria e	Cartão
móveis	Cigarros

Cigarros, artigos escolares e
miudezas; Vinhos

Lápis e miudezas

Livraria

Livraria e papel

Livraria e papelaria

Livraria, papelaria e
artigos/mercadoria de escritório

Livreiro, livros novos; Cartuchos,
pólvora, chumbos, artigos de pesca

Mercador - livreiro

Mercador - papel, papelão, etc.

Mercador - papelaria

Mercador - papelaria e aguardente

Mercador - papelaria e artigos de
escritório

Papel

Papel para cigarros

Papel, papelão e cartão

Papel, vinhos e cerveja

Papelaria

Papelaria e artigos de escritório

Papelaria e cartuchos

Papelaria e cigarros

Papelaria e papel para cigarros

Papelaria e tabacos

Papelaria e tecidos de algodão

Papelaria, artigos de escritório,
papel para cigarros, tabaco estrangeiro;
Quiosque

Papelaria, jornais, revistas e papel
para cigarros

Papelaria, livraria, tabacos e artigos
religiosos

Papelaria, papel e cartas

Quiosque

Tabacos

Tipografia e papelaria

Trapo - mercador com depósito

Trapo e papel velho

Grupo IX

Artigos de fotografia

Artigos de toilette; Cabeleireiro

Artigos fotográficos

Artigos religiosos

Artigos religiosos e de papelaria

Artigos religiosos em feiras

Artigos religiosos; Drogaria

Brinquedos e quinquilharias

Caixões funerários

Capelista

Capelista - agulhas, linha e retrós

Capelista - agulhas, retros e

análogos

Capelista e algodão

Capelista e bordados

Capelista e camisolas

Capelista e cutelaria

Capelista e flores artificiais

Capelista e linhos

Capelista e malhas

Capelista e padaria

Capelista e quinquilharias

Capelista e rádios

Capelista e roupa	Capelista, tecidos, algodão e
Capelista e sapataria	malhas
Capelista e tecidos	Capelista; Roupa feita em feiras
Capelista e tecidos de algodão	Capelista; Vendedor em feiras e
Capelista e tecidos de algodão em	mercados
feiras	Capelista; Vendedor fora dos
Capelista e tecidos de algodão;	mercados
Tecidos; Venda em feiras	Celuloide
Capelista e tecidos em feiras	Celuloide e análogos
Capelista e vinhos	Celuloide e cutelaria
Capelista em feiras	Celuloide e louças
Capelista em feiras e mercados	Celuloide e plásticos
Capelista em feiras e mercados;	Cera, velas, etc.
Drogas e miudezas	Cerâmica e bijuteria
Capelista em feiras; Tecidos de	Cristais e vidros
algodão	Fotografia
Capelista, artigos religiosos e	Fotógrafo - oficina e mercador de
chapéus	análogos
Capelista, artigos religiosos e	Mercador - ótica
chapéus para homem	Mercador - ótica, instrumentos e
Capelista, camisas e bordados	relógios
Capelista, camisas e calçado	Mercador - relógios
Capelista, camisolas, camisas e	Ótica
botões	Ótica - mercador, instrumentos e
Capelista, confeções e frutas	oficina
Capelista, malhas e miudezas	Quinquilharia e papelaria
Capelista, tecidos de algodão e lã	Quinquilharia em feiras e vinhos
Capelista, tecidos de algodão,	Quinquilharias
agulhas, linhas, retrós e análogos	Quinquilharias e miudezas em feiras
Capelista, tecidos de algodão, roupa	Quinquilharias e tecidos de algodão
feita e eletrodomésticos	em feiras
Capelista, tecidos e algodão	Quinquilharias e tecidos em feiras

Quinquilharias e tecidos em feiras e mercados

Quinquilharias em feiras

Quinquilharias em feiras e mercados

Quinquilharias em feiras e mercados, exceto Porto e Lisboa

Quinquilharias em feiras sem lugar

Quinquilharias fora dos mercados

Quinquilharias; Merceria e vinhos

Quinquilharias; Vendedor

Relógios

Relógios - mercador e oficina

Relógios - oficina

Relógios em feiras e mercados

Grupo X

Acessórios - automóveis; Agente de negociantes nacionais

Acessórios - automóveis; Agente de negociantes nacionais - gasolina

Acessórios - bicicletas

Ambulância mista

Armazenista e retalhista

Artigos confeccionados

Automóveis

Automóveis - oficina de reparação

Automóveis e acessórios

Automóveis e motocicletas

Automóveis e pertences

Automóveis, bicicletas, análogos, etc. - mercador

Balanças - alugador

Bicicletas

Bicicletas - alugador

Bicicletas - aluguer de 1

Bicicletas - aluguer de 2

Bicicletas - aluguer de 3

Bicicletas - aluguer de 4

Bicicletas - aluguer de 5

Bicicletas - aluguer de 6

Bicicletas - aluguer de 6; acessórios

Bicicletas - aluguer de 7

Bicicletas - aluguer de 8

Bicicletas e acessórios

Bicicletas e motocicletas

Bicicletas e triciclos

Bicicletas e triciclos - oficina

Bicicletas, análogos e motorizadas

Bilhar russo - alugador

Bilhar russo - alugador; Vinhos

Bilhar russo - aluguer de 1

Bilhares

Bilhares e cerveja

Bilhares e outros jogos

Bilhares e vinhos

Bilhares, jogos e gado vivo

Decorações de arte

Decorador de igrejas

Feirante

Funerais

Funerais - alugador de apetrechos

Futebol de mesa - alugador; Bilhares e outros jogos; Bicicletas - aluguer de 6

Importador

Indústria e acessórios

Instrumentos - alugador

Instrumentos - alugador;

Eletricidade

Mecânica alargada

Mercador

Mercador - automóveis

Mercador - bicicletas

Mercador - bicicletas e acessórios

Mercador - bicicletas e triciclos

Música - alugador

Oficina de reparações

Prédios de revenda

Stand de automóveis

Venda em feiras

Venda em feiras e mercados

Venda em feiras e mercados nos

concelhos de Guimarães e Fafe

Venda em feiras; Hortaliças e lenha

Vendedor

Vendedor ambulante

Vendedor fora dos mercados

Vendedor; Cutelaria em feiras